



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

## **Cobertura Mediática do Massacre de “Monte Txota”**

Autora: Aidê Santa Maria Freire Barreto de Carvalho

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Jornalismo

Orientador:

Professor Doutor Paulo Moura

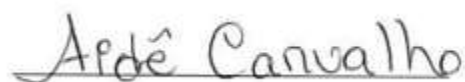
Outubro de 2024

Cidade da Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde

Outubro de 2024

## I. Declaração

Declaro, por minha honra, para os devidos efeitos, ser a autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social – I.P.L. Este trabalho é inédito e original na sua íntegra, nunca submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino para a obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que o mesmo constitui o resultado da minha investigação e que todos os autores citados estão devidamente identificados. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho apresentado.



Aidê Carvalho

## II. Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus saudosos pais:

João Baptista Barreto de Carvalho e Domingas Freire de Carvalho.

### III. Resumo

Na madrugada do dia 25 de abril de 2016, Manuel António Ribeiro, mais conhecido por “Antany”, assassinou, à tiro, oito colegas militares e três civis, no destacamento militar de “Monte Txota”, em Rui Vaz, concelho de São Domingos, na ilha de Santiago. Um acontecimento sem precedentes na história de Cabo Verde, que chocou o país e modificou a rotina dos jornalistas. A presente dissertação analisa a cobertura mediática do “Massacre de Monte Txota”, com base nas notícias publicadas nos Jornais Online e na Televisão de Cabo Verde (TCV), desde a descoberta da tragédia 26 de abril até a 03 de novembro do mesmo ano, por altura da leitura da sentença do julgamento do autor confesso do crime, que se auto-identifica por “*sniper*” (atirador). Buscou-se compreender de que forma os jornalistas reportaram esse caso inédito no país, debruçando-se sobre o papel dos media, os critérios de noticiabilidade adotados, as questões éticas e responsabilidades jornalísticas no tratamento desta tragédia. Constatamos que o imediatismo da Internet induziu a falhas jornalísticas, sobretudo, nas primeiras horas da cobertura, e que depois foram corrigidas com uma cobertura mais responsável. Nesta era digital, o desafiante papel dos jornalistas revelou-se muito importante na construção da realidade deste tema sensível, tendo em conta a sua influência sobre a sociedade. Entretanto, as limitações do acesso às fontes de informação e a autocensura têm sido os grandes entraves ao jornalismo de investigação em Cabo Verde, como é o caso do Monte Txota. Não houve um tratamento aprofundado das matérias desta tragédia que teve implicações éticas, políticas e sociais. Recorremos a algumas técnicas de pesquisa, como bibliográficas para o propósito da fundamentação teórica, análise de conteúdo, segundo o modelo mencionado pela autora BARDIN (2009-2011). Também adotamos a metodologia de análise televisual proposta por Beatriz Becker (2016) e ainda recorremos a algumas entrevistas dos jornalistas e responsáveis dos órgãos da comunicação social.

**Palavras-chave:** Cobertura Mediática, Massacre, Monte Txota, Jornalismo Online, Internet, Televisão.

## IV. Abstract

In the early hours of April 25, 2016, Manuel António Ribeiro, better known as “Antany”, shot dead eight military colleagues and three civilians, in the “Monte Txota” military detachment, in Rui Vaz, municipality of São Domingos, on the island of Santiago. An unprecedented event in the history of Cape Verde, which shocked the country and changed the routine of journalists. This dissertation analyzes the media coverage of the “Monte Txota Massacre”, based on news published in online newspapers and on Cape Verde Television (TCV), from the discovery of the tragedy on April 26th until November 3rd of the same year, at the time of the reading of the sentence of the trial of the confessed perpetrator of the crime, who identifies himself as a “sniper”. We sought to understand how journalists reported this unprecedented case in the country, focusing on the role of the media, the newsworthiness criteria adopted, the ethical issues and journalistic responsibilities in dealing with this tragedy. We found that the immediacy of the Internet led to journalistic errors, especially in the first hours of coverage, which were later corrected with more responsible coverage. In this digital era, the challenging role of journalists has proven to be very important in constructing the reality of this sensitive topic, taking into account its influence on society. However, limitations on access to information sources and self-censorship have been major obstacles to investigative journalism in Cape Verde, as is the case of Monte Txota. There was no in-depth treatment of the matters surrounding this tragedy, which had ethical, political and social implications. We used some research techniques, such as bibliographical ones for the purpose of theoretical foundation, content analysis, according to the model mentioned by the author BARDIN (2009-2011). We also adopted the televisual analysis methodology proposed by Beatriz Becker (2016) and we also used some interviews with journalists and those responsible for the media.

**Keywords:** Media Coverage, Massacre, Monte Txota, Online journalism, Internet, Television.

## V. Agradecimentos

Em primeiro lugar queria agradecer à Deus, que me conduz e nunca me abandona. A Ele reservo os meus momentos de fé e a minha eterna gratidão, pela vida e tudo que tenho.

Aos meus pais que, mesmo ausentes fisicamente, me inspiram com os seus ensinamentos, todo o amor e valores transmitidos. Com muito sacrifício, conseguiram me dar educação e me transformaram na mulher que sou hoje.

À minha filha Rânia, que um dia me disse: *“Mamá si bu poi foka bu ta konsigui”* (se colocares o foco vais conseguir). Obrigada, filha, pelo incentivo e por compreender todas as vezes que me ausentei e me afastei para me dedicar aos estudos. *“N ta ama-u txeu”*.

Ao meu querido orientador, Professor Doutor Paulo Moura, pela imensa generosidade em partilhar aquilo que sabe e por não nunca me abandonar. Sou eternamente grata pela paciência, compreensão e dedicação ao nosso projeto. Obrigada, por acreditar em mim.

Ao meu saudoso professor Mário Mesquita e minha professora Maria José Mata, pela disponibilidade, acompanhamento e, em especial, pelos ensinamentos que me transmitiram ao longo da minha fase académica, desde a licenciatura. Agradeço também a Sra. Coordenadora do curso de mestrado em jornalismo, Professora Fernanda Bonacho, pelo apoio incondicional.

Ao meu querido tio Daniel Furtado pela força, incentivo e muito carinho. Aos meus irmãos, pelo apoio incondicional. Sempre me deram força para continuar.

Aos meus colegas jornalistas e todas as pessoas que concederam a entrevista e disponibilizaram o seu tempo para dar sugestões que seguramente ajudaram a enriquecer este trabalho investigativo, deixo um abraço amigo e apreço pela bondade demonstrada.

Aos meus amigos, que foram essenciais para que me mantivesse motivada nesta difícil jornada. A todos que, de uma maneira ou de outra, foram absolutamente imprescindíveis para que este sonho se tornasse realidade.

## **VI. Siglas**

**AJOC** – Associação dos Jornalistas de Cabo Verde

**ARC** – Alta Autoridade da Comunicação Social

**CEMFA** - Chefe de Estado Maior das Forças Armadas

**FA** – Forças Armadas

**JN** – Jornal da Noite

**MAI** - Ministério de Administração Interna

**MPD** – Movimento para a Democracia

**PAICV** - Africano da Independência de Cabo Verde

**PJ** – Polícia Judiciária

**PN** – Polícia Nacional

**TCV** – Televisão de Cabo Verde

**TN** – Terra Nova

**TEVEC** – Televisão Experimental de Cabo Verde

**RCV** – Rádio de Cabo Verde

**RTC** – Rádio Televisão Cabo-verdiana

## VII. Lista de Tabelas

<b>TABELA 1.</b> Jornais Impressos.....	27
<b>TABELA 2.</b> Revistas.....	27
<b>TABELA 3.</b> Rádios.....	37
<b>TABELA 4.</b> Televisões .....	40
<b>TABELA 5.</b> Jornais Online.....	42
<b>TABELA 6.</b> Serviços de Programas de Televisão em 2016.....	95
<b>TABELA 7.</b> Notícias identificadas de 26 de abril a 03 de nov. nos Jornais Online: Expresso das Ilhas, A Semana, Terra Nova e <i>Ocean Press</i> .....	99
<b>TABELA 8.</b> Utilização de Fontes .....	102
<b>TABELA 9.</b> Análise da 1ª Notícia publicada no dia 26 de abril de 2016...115	
<b>TABELA 10.</b> Quantificação Mensal das Notícias sobre Massacre de “Monte Txota” no JN - TCV .....	116
<b>TABELA 11.</b> Quantificação no alinhamento diário JN da TCV.....	118
<b>TABELA 12.</b> Quantificação no alinhamento diário JN da TCV.....	122

## VIII. Figuras

<b>Figura 1</b> – Captura do Antany Silva no Expresso das Ilhas Online.....	50
<b>Figura 2</b> – Foto do Jornal A Nação Online, no dia 03 de Maio de 2024.....	62
<b>Figura 3</b> – Foto da página Onda Kriolu - viatura em Palmarejo.....	79
<b>Figura 4</b> - Foto dos oito militares retira do Google .....	80
<b>Figura 5</b> – Foto Antany retirada do Google.....	82
<b>Figura 6</b> - Logotipo Jornal A Semana .....	86
<b>Figura 7</b> – Logotipo Jornal Expresso das Ilhas.....	88
<b>Figura 8</b> – Foto promocional da página Ocean Press.....	89
<b>Figura 9</b> – Logotipo do Jornal Terra Nova .....	90
<b>Figura 10</b> - Televisão de Cabo Verde .....	92
<b>Figura 11</b> - Notícia disponibilizada pelo proprietário do Ocean Press.....	100
<b>Figura 12</b> – Notícia no Site do Jornal Terra Nova.....	102
<b>Figura 13</b> – Notícia no Site do Jornal Terra Nova .....	103
<b>Figura 14</b> - Notícia Terra Nova - suposta fuga de Antany .....	106
<b>Figura 15</b> – Gráfico JN – TCV 2016 .....	117
<b>Figura 16</b> – Gráfico de Notícias JN TCV .....	122
<b>Figura 17</b> – JN – 27 de abril de 2016 .....	123
<b>Figura 18</b> - (Imagem capturada do ecrã da TCV – Jornal da Noite).....	127
<b>Figura 19</b> - Imagens capturadas do ecrã da TCV – Jornal da Noite.....	129

## ÍNDICE

I.	Declaração .....	3
II.	Dedicatória .....	4
III.	Resumo .....	5
IV.	Abstract .....	6
V.	Agradecimentos .....	7
VI.	Siglas .....	8
VII.	Lista de Tabelas .....	9
VIII.	Figuras .....	10
1.	INTRODUÇÃO .....	13
	Capítulo 1. COBERTURA MEDIÁTICA .....	22
	1.1. A Notícia em Televisão .....	23
	1.2. Os Meios Digitais .....	24
	Capítulo 2. PERCURSO HISTÓRICO DA IMPRENSA CABO-VERDIANA .....	25
	2.1. A Imprensa Escrita no Período Colonial .....	28
	2.1.2. Do Independente à Terra Nova (1877 -1975) .....	29
	2.1.2. O Pós-Independência .....	32
	2.2. O Setor da Radiodifusão .....	35
	2.3. Televisão .....	39
	2.4. Jornais Online .....	41
	Capítulo 3. - O PAPÉL DOS MEDIA .....	45
	3.1. Ética e Responsabilidade Jornalística .....	47
	3.2. Critérios de noticiabilidade e valores notícia .....	50
	3.3. Processos de produção noticiosa em situação de tragédia .....	54
	3.1. 1. As fontes de informação .....	55
	3.4. Jornalismo investigativo em Cabo Verde .....	58
	3.5. Media como o 4º Poder e Poder Político .....	64
	3.6. Cobertura Mediática e Contexto Político .....	65
	Capítulo 4. A INTERNET E O JORNALISMO .....	68
	4.1. Jornalismo online .....	68

	12
4.2. O Imediatismo da internet.....	71
4.3. Fake news ou notícias erradas?.....	73
4.4. Influência das Redes Sociais no Jornalismo e na formação da Opinião Pública .....	74
Capítulo 5. - CONTEXTUALIZAÇÃO, METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	75
5.1. O Crime de “Monte Txota”.....	75
5.2. Perfil do autor do crime .....	82
5.3. Metodologia .....	83
5.4. Caracterização dos jornais em estudo .....	85
5.4.1. A Semana Online .....	86
5.4.2. Expresso das Ilhas Online .....	88
5.4.3. <i>Ocean Press</i> .....	89
5.4.5. Jornal Terra Nova.....	90
5.4.6. Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde (TCV) .....	92
5.5. Panorama da Comunicação Social, em 2016, segundo o Relatório da Autoridade Reguladora da Comunicação Social (ARC).....	94
Capítulo 6. CASO DE ESTUDO - COBERTURA MEDIÁTICA DO MASSACRE DE MONTE TXOTA NOS JORNAIS ONLINE E NO JORNAL DA NOITE DA TCV .....	97
6.1. Análise de conteúdo.....	97
6.1.1. Categorias em análise.....	99
6.2. Análise das notícias do Massacre de “Monte Txota” – Jornais Online .....	99
6.2.1. Análise da primeira notícia sobre Monte Txota, publicada no <i>Ocean Press</i> , no dia 26 de abril de 2016 .....	99
6.2.2. Análise da notícia sobre Monte Txota, publicada no <i>Jornal Terra Nova</i> , no dia 26 de abril de 2016.....	103
6.2.3. Análise da notícia sobre a suposta fuga de Antany publicada pelo Terra Nova no dia 1 de junho de 2016 .....	106
6.2.4. Análise da Notícia em primeira-mão sobre a suposta fuga - A Semana Online.....	110
6.3. Análise das notícias do Massacre de “Monte Txota” – JN da TCV .....	115
Capítulo 7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	125
CONCLUSÃO .....	131
BIBLIOGRAFIA.....	134
ANEXOS A– Entrevista aos jornalistas e responsáveis dos órgãos da CS .....	137
ANEXO B. Comentário de um internauta no jornal A Semana .....	159

## 1. INTRODUÇÃO

25 de abril é um dia histórico para Portugal e ex-colónias portuguesas, caso de Cabo Verde. Um dos símbolos marcantes desse dia de 1974 é a imagem de um menino a colocar cravo numa espingarda G3, simbolizando o fim da ditadura. E já lá vão 50 anos desse “silenciamento das armas” em Portugal e que precipitou o encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, também conhecido como Campo da Morte Lenta. No dia 1 de maio de 2024, os 50 anos da libertação os antigos presos políticos foram comemorados, neste arquipélago, com muita pompa, e ao mais alto nível, reunindo distintas personalidades de Cabo Verde, Portugal, Angola e Guiné-Bissau. No dia 5 de julho de 2025, este arquipélago, formado por 10 ilhas, vai assinalar os 50 anos da Independência Nacional. Datas marcantes na história de Cabo Verde e que estão intimamente ligadas à Revolução dos Cravos em Portugal. Mas, o 25 de abril de 2016 foi trágico nas “ilhas da morabeza”. Nesse dia, os pássaros não cantaram em “Monte Txota” e nem se viu o cravo na bela paisagem de Rui Vaz, muito menos na espingarda do soldado Manuel António Silva Ribeiro, mais conhecido por Antany. Este jovem, na altura com 23 anos, disparou à queima-roupa contra oito colegas no destacamento militar e, para fugir do local com um carro roubado, assassinou mais três civis, sendo dois espanhóis e um cabo-verdiano. A notícia do massacre espalhou que nem uma pólvora por todo o país e fez eco além-fronteiras, nomeadamente, em Portugal, Espanha, Estados Unidos da América e toda a diáspora cabo-verdiana. Alguns meios de comunicação social, em especial, os jornais online, com a “febre” da notícia em primeira-mão, acabaram por espalhar pânico na população com informações erradas. Por exemplo, alguns jornais online e outras páginas das redes sociais chegaram a relacionar o caso com o terrorismo e o narcotráfico. Entretanto, depois de se apurar o que realmente terá acontecido naquela trágica madrugada de 25 de abril de 2016, este crime, considerado o maior massacre em Cabo Verde, gerou muitas reações e indignações do público na internet e, particularmente, nas redes sociais. O então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Major-General Alberto Fernandes, sentiu-se obrigado a pedir a sua demissão, caindo depois toda a cúpula da 3ª Região Militar, na cidade da Praia. Muitos cabo-verdianos também pediram que o então Ministro da Administração Interna, Paulo Rocha, fizesse o mesmo. A cobertura mediática havia provocado efeitos vários e o caso de “Monte

Txota” enformava-se como um grande escândalo no seio da referida força de segurança que deveria estar em defesa do seu povo e do seu país. O Tribunal deu como provado que depois de um desentendimento com o comandante do destacamento militar de “Monte Txota” e de ter sido alvo de “*bulling*” por parte dos colegas, Antany entrou nos quartos onde todos estavam a dormir e disparou contra eles. Usou AKM e Macarov que tinha no seu poder. Ele foi qualificado como um psicopata, com comportamento dúbio. O autor confesso do massacre foi detido e condenado a 35 anos de prisão, pena máxima no sistema judicial cabo-verdiano. Foi, ainda, expulso das Forças Armadas e obrigado a pagar uma indemnização de 11 milhões de escudos às famílias das vítimas.

Os avanços tecnológicos nas últimas décadas mudaram a atuação dos meios de comunicação social, um pouco por todo mundo, incluindo Cabo Verde. As novas tecnologias deram origem a novos canais mediáticos e a novos tipos de conteúdos. A emergência de novos meios de comunicação, em especial da Internet, conferiu mais dinamismo e diversidade à paisagem mediática, onde se verifica, numa primeira fase, a migração para o digital dos media tradicionais criando as pontes necessárias entre velhos e novos media e numa segunda fase o induzir do estabelecimento de um cada vez maior número de interligações entre todos os media, digitais ou analógicos (Cardoso 2006: 28).

Os media têm o poder de moldar opiniões, criar tendências e influenciar comportamentos, tornando-se uma ferramenta poderosa de comunicação e influência social. No entanto, é importante estar ciente dos desafios e preocupações relacionados ao mediático, como o imediatismo da Internet, a falta de imparcialidade e a superficialidade na forma como as informações são consumidas. É essencial buscar fontes confiáveis e estar atento à manipulação da informação. Este estudo sobre a Cobertura Mediática do Massacre de “Monte Txota” revela-se de extrema importância, porquanto incide sobre o papel dos jornalistas, a ética e responsabilidade. Procura compreender o que poderá estar na origem das informações falsas ou erradas e com que objetivo foram divulgadas.

De um modo geral, independentemente das motivações e *modus operandi*, os massacres ou atentados são percecionados como fenómenos mediáticos, merecendo uma ampla e específica cobertura mediática, como foi o caso de “Monte Txota” que fez manchete nos jornais nacionais

e internacionais. Os critérios de noticiabilidade apontados por Nelson Traquina são relativos às práticas jornalísticas. A verdade é que a guerra, a catástrofe, a imprevisibilidade, o sensacionalismo, a morte e a tragédia, além de características comuns à maioria dos atos terroristas, são valores-notícia fundamentais para a cobertura mediática dos mesmos (Traquina, 2005, p.93). Assunto que vamos desenvolver no segundo capítulo.

Tradicionalmente, a imprensa tem como papel informar o cidadão sobre o mundo ao seu redor, permitindo que as pessoas tenham acesso à informação, com transparência, para que tenha percepção da realidade. Também ajuda na conscientização e na tomada de decisões. A forma como os acontecimentos são noticiados podem influenciar significativamente os telespectadores, leitores e ouvintes de diferente maneira. No caso do massacre, o papel dos media após a tragédia é essencial para garantir a segurança e a integridade de outras pessoas, amenizar um período difícil na vida dos familiares das vítimas, bem como ajudar a procurar respostas para situações obscuras e, sobretudo, evitar o alarmismo ou pânico na social. Entretanto, o maior inimigo é a falta de informação oficial, sabendo que a notícia errada que pode resultar na não compreensão do fenómeno.

Os média desempenham um papel importante na construção da realidade social. Neste trabalho, vamos refletir sobre os problemas éticos que podem surgir como constrangimento ao jornalismo de qualidade, comprometendo o seu papel enquanto mediador da opinião pública.

De acordo com a teoria de *gatekeeping e de agenda-setting*, como iremos ver mais adiante, os jornais e os jornalistas procuram e selecionam as notícias que vendem mais, construindo as histórias de forma a serem mais apelativas, de acordo com os seus interesses e de forma a terem mais audiência.

O jornalismo investigativo é essencial para expor a transparência e traduzi-la em conhecimentos relevantes para a população. Neste ponto, entendemos que a imprensa, para além de investigar e divulgar, deve assegurar com o acompanhamento das notícias tornadas públicas, até porque, para esclarecer algumas dúvidas ou mistérios. O caso do massacre de “Monte Txota” foi apontado por muitos como “uma história mal contada”, inclusive pelos jornalistas. Por exemplo, há pessoas que continuaram sem acreditar que um único soldado poderia matar 11 pessoas. Também, quando foi publicado que Antany tinha fugido da cadeia

militar, as pessoas que não acreditaram na sua confissão voltaram a falar que tinha algo “maior” por detrás de tudo e que as autoridades estariam a “camuflar” a situação.

A jornalista Sara Almeida do Jornal Expresso das Ilhas que fez a cobertura do caso, na entrevista concedida para este trabalho, faz a seguinte afirmação: “A história oficial sobre o massacre, no meu entender, tem pontas soltas” (ver anexo 1).

Os media são meios de exprimir queixas, injustiças individuais e, portanto, a legitimidade jornalística está assente, claramente, numa postura de desconfiança em relação ao poder (Traquina, 2015, p.47).

A problemática à volta do massacre de “Monte Txota” é um caso paradigmático. Apesar de fazer manchete nos jornais, telejornais e rádios jornais no país, acabou por sair da agenda mediática de maneira prematura. Aliás, é um facto que tem sido rotineira no panorama mediático destas ilhas. A falta de continuidade explica-se, essencialmente, por indisponibilidade das fontes de informação, a falta de jornalistas especializados, a pouca perspicácia dos jornalistas, ou ainda, por insensibilidade das chefias de informação pelo assunto.

Furio Colombo (1998), na sua obra “Conhecer o Jornalismo Hoje – Como se faz a Informação”, destaca um conjunto de factos que fizeram manchete nos media e que depois de terem despertado interesse, agitação, pânico ou difamação, desaparecem, pura e simplesmente, da agenda mediática. Outras tornam-se cíclicas, voltando de vez em quando. Outras ainda se mantêm em suspenso, sem um fim, deixando público sem um cabal esclarecimento. A autocensura poderá ser outro grande entrave ao jornalismo de investigação em Cabo Verde. No caso do “Monte Txota”, o sentimento no seio dos profissionais da comunicação social é que não houve um tratamento aprofundado das matérias.

Dado ao facto de Cabo Verde ser um país arquipélago, os meios de comunicação social, mais do que informar, desempenham um papel fundamental. É importante escrutinar a informação transmitida e perceber quais as dimensões ideológicas do discurso político que prevalecem. Nesta lógica, propusemo-nos levar a cabo uma análise da imprensa online e televisiva, tendo para o efeito selecionado quatro jornais online cabo-verdianos: A Semana, Expresso das Ilhas, Terra Nova, mas também o extinto jornal online “*Ocean Press*” que deu a informação em

primeira-mão, além das notícias veiculadas no na Televisão Pública de Cabo Verde (TCV).

## Justificação do Tema

Escolhemos o caso “Monte Txota” como proposta do trabalho de fim do curso de mestrado em jornalismo por ter sido um acontecimento inédito na história de Cabo Verde e que modificou, durante uma certa altura, a rotina dos jornalistas que, normalmente, trabalham com notas de imprensa e estão muito a reboque da agenda institucional.

A escolha do tema deve-se, também, pela grande repercussão nos media e provocou muita interação do público na internet com as notícias veiculadas, além do facto deste fenómeno mediático ainda precisar de ser compreendido. Busca-se com esta escolha trazer-se novas abordagens em torno do tema, e contribuir para melhor compreensão do papel dos jornalistas na cobertura de crimes e as implicações resultantes das notícias veiculadas.

A escolha dos jornais online em estudo (Asemana, Expresso das Ilhas e Terra Nova) justifica-se pela facilidade do acesso aos conteúdos para análise. Aliás, uma grande **dificuldade** que encontramos é que alguns jornais online foram suspensos em meio da preparação deste trabalho. Por exemplo, o “A Semana” Online que se encontrava em <https://www.asemana.publ.cv/>, em início de 2023 suspendeu esse link e alojou-se [www.asemana.cv](http://www.asemana.cv). Entretanto, recorremos a outras plataformas e a pessoas responsáveis dos jornais para obtermos as notícias. Também o “Expresso das Ilhas” saiu do <https://www.expressodasilhas.publ.cv>, para [www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv). Pretendíamos também analisar o Jornal “A Nação”, por ser um dos mais preferidos dos cabo-verdianos, segundo vários estudos da Afrosondagem, mas os seus conteúdos de 2016 já não se encontram disponíveis e não conseguimos obter nenhum dado de uma outra forma. Esses órgãos com edições online geralmente idênticas à versão impressa, possuem ampla abrangência, relevância na sociedade cabo-verdiana e são de carácter generalista. Escolhemos, ainda o *Ocean Press* (extinto) por ser o jornal que deu a notícia em primeira-mão. Em relação à televisão, a escolha recaiu sobre TCV pelo facto deste canal televisivo ser público, ser a estação nacional mais assistida pelos cabo-verdianos, segundo vários estudos da Afrosondagem. Cingimos a nossa

pesquisa no Jornal da Noite, por se tratar do serviço noticioso do horário nobre, que apresenta maior audiência no panorama televisivo em Cabo Verde.

## **OBJECTIVOS DE ESTUDO**

### **➤ Objetivo Geral**

Analisar a cobertura mediática do “Massacre de Monte Txota”, com base nas notícias publicadas nos Jornais Online Terra Nova, Expresso das Ilhas, A Semana e *Ocean Press* e na Televisão de Cabo Verde (TCV), para compreender o papel dos media nesse processo.

### **Objetivos Específicos:**

- Estudar o papel dos media no Massacre de Monte Txota e o seu impacto
- Verificar a questão da qualidade de informação, ética e da responsabilidade dos media
- Entender até que ponto o imediatismo da Internet pode induzir a falhas jornalísticas.
- Identificar as notícias falsas ou erradas e a sua origem. Refletir sobre as notícias falsas que são publicadas, os critérios de noticiabilidade e valores notícia, para o cabal esclarecimento da opinião pública.
- Perceber quais os entraves ao Jornalismo de investigação e a falta de seguimento ou aprofundamento das notícias
- Perceber se houve a tentativa do aproveitamento político do caso de “Monte Txota”, durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?

### **Delimitação temporal do estudo**

A investigação consiste em analisar a cobertura mediática nos referidos órgãos de comunicação social, entre as edições de 26 de abril e 03 de novembro do mesmo ano, por altura da leitura da sentença do julgamento do autor confesso do crime.

## Problema pesquisa

De que forma os media desempenharam o seu papel na cobertura do massacre de Monte Txota? Entender até que ponto o imediatismo pode induzir a falhas jornalísticas e o que estará na origem das notícias falsas ou erradas? Houve profundidade no tratamento do caso? Porquê?

## Estrutura

Além da parte introdutória, esta dissertação está estruturada em sete capítulos:

No **primeiro capítulo**, entendemos que para compreender as dinâmicas da **cobertura mediática** do “Massacre de Monte Txota” é antes importante compreender o conceito de cobertura mediática e os seus pressupostos. A importância deste conceito está ligada às diferentes técnicas que os meios de comunicação usam para transmitir as informações. Damos enfoque à Televisão e aos Meios Digitais.

No **segundo capítulo** pretendemos dar a conhecer o **percurso histórico da imprensa cabo-verdiana**, desde o período colonial até o pós-independência, à luz do conceituado historiador João Nobre de Oliveira. Entretanto, vamos romper a praxe cronológica e começar a contar a narrativa pelo fim. Ou seja, mostrar o panorama atual dos media neste arquipélago e, depois, fazer uma ponte com o passado.

No **terceiro capítulo** debruçaremos sobre o **papel dos media**. A importância deste conceito está ligada a compreensão das diferentes técnicas que os meios de comunicação usam para dar determinadas informações. Propomos uma reflexão teórica, onde abordaremos assuntos relacionados com a ética e responsabilidade jornalística, critérios de noticiabilidade e valores notícia, além de processos de produção noticiosa em situação de tragédia. Faremos também referência ao jornalismo investigativo em Cabo Verde, Media como o 4º Poder e Poder Político; Cobertura Mediática e Contexto político.

No **quarto capítulo** vamos “navegar” na Internet e falar sobretudo do Jornalismo Online, o Imediatismo da Internet, *Fake News*/notícias erradas, Influência das Redes Sociais no Jornalismo e na formação da Opinião Pública, entre outros tópicos:

No **quinto capítulo** apresentaremos a contextualização da pesquisa, faremos uma descrição do objeto de estudo, justificativas para o trabalho, assim como a sua metodologia.

Vamos descrever o crime de “Monte Txota”, traçar o perfil do autor do massacre. Caracterização dos meios de comunicação em estudo e mostrar o panorama da Comunicação Social em 2016, ano do Massacre, segundo o relatório da ARC.

O **sexto capítulo** incide sobre o CASO DE ESTUDO - Massacre de Monte Txota. Vamos analisar as notícias divulgadas nos Jornais Online e no Jornal da Noite da TCV, com a aplicação prática dos conceitos teóricos levantados.

No **sétimo** capítulo teremos os dados para análise do caso Monte Txota e as respostas.

Nas considerações finais, recorreremos ao cruzamento dos conceitos teóricos com os dados obtidos a partir da análise para sintetizar o resultado da pesquisa.

## **Metodologia**

Para alcançar o nosso propósito, pensamos que é preciso adotar três recursos metodológicos fundamentais: pesquisa bibliográfica, análise de conteúdo (pesquisa qualitativa) e servir-nos-á de suporte também o modelo de análise de discurso. No tratamento de dados é usada a análise de conteúdo, segundo o modelo mencionado pelo autor BARDIN (2009). Também recorreremos a metodologia televisual de Beatriz Becker.

Do ponto de vista prático, lançamo-nos no desafio de analisar as notícias sobre o caso de “Monte Txota” veiculadas no Jornal da Noite da TCV e nos jornais online: A Semana, Expresso das Ilhas, Terra Nova, mas também o extinto “*Ocean Press*” que deu a informação em primeira-mão. Amparamo-nos ainda em bibliografias e sítios de internet que abordam o tema, além de algumas entrevistas aos jornalistas e responsáveis dos órgãos de comunicação social em estudo. A entrevista é realizada tanto presencialmente, como virtualmente pelo aplicativo WhatsApp.

Depois, procuraremos traçar o perfil dos envolvidos no caso para dimensionar a gravidade da

ocorrência, desde a análise contextual em si, às práticas sociais, nomeadamente o processo do recrutamento militar.

Nas considerações finais, vamos recorrer ao cruzamento dos conceitos teóricos com os dados obtidos a partir da análise para sintetizar o resultado da pesquisa. Isso, numa reflexão a respeito dos aspetos mais relevantes provenientes da pesquisa.

A investigação vai incidir sobre a cobertura mediática do Massacre de “Monte Txota” nos referidos órgãos de comunicação social, entre as edições de 26 de abril e 27 de dezembro.

Deste modo, a partir das notícias e de entrevistas aplicadas a jornalistas e responsáveis de informação da TCV, analisou-se o desempenho da televisão pública na representação mediática do caso Monte Txota.

Para que possamos alcançar o nosso objetivo, levantou-se a seguinte pergunta de partida: de que forma a Televisão de Cabo Verde

Centraremos a pesquisa no massacre de “Monte Txota” ocorrido em 2016. Um caso sobre o qual foram noticiados factos que mais tarde seriam desmentidos por não corresponderem a realidade, muito por conta de terem sido divulgados à pressa, sem se ter em conta a devida apuração.

A parte relacionada à recolha de material bibliográfico referente aos media, com ênfase a cobertura mediática o tratamento e análise do corpus documental obedeceram a uma estratégia indutiva que visou responder à questão: quem disse o quê e onde? Numa primeira fase, procedemos

Houve um “discurso de desonra pública”, uma tragédia dentro da própria instituição castrense o chefe de Estado Maior e o governo são acusados de não cumprirem bem as suas funções. Um antigo comandante da Região Militar (Major Adriano Pires) exigiu que o chefe de Estado Maior das Forças Armadas (General Alberto Fernandes) colocasse o cargo à disposição, apontando-o como único culpado pelo massacre de Monte Txota e poupando o ministro da defesa que tinha tomado posse há apenas uma semana. Fala-se em fraca operacionalidade das Forças Armadas, (destacamento passou mais de 24 horas sem comunicar com o comando, questiona-se como é possível um militar ter acesso a tantas munições e armas, e da violação

de procedimentos básicos do regulamento das FA).

Para complementar, levaremos adiante um conjunto de entrevistas a um grupo de profissionais da Comunicação Social.

## Capítulo I

### Capítulo 1. COBERTURA MEDIÁTICA

O Massacre de Monte Txota, ocorrido a 25 de abril de 2016, foi um dos casos mais mediáticos na história deste pequeno arquipélago. A cobertura mediática dos grandes acontecimentos, como este, obriga o órgão de comunicação social a redefinir a sua estratégia de atuação, tendo em conta que esses momentos provocam alguma alteração no ritmo de vida das pessoas rompendo a rotina na produção de informação. Para compreender as dinâmicas da cobertura mediática do “Massacre de Monte Txota” é antes importante compreender o conceito de cobertura mediática e os seus pressupostos. A importância deste conceito está ligada a compreensão das diferentes técnicas que os meios de comunicação usam para transmitir determinadas informações. Segundo Salgado (2012:229), entende-se por cobertura mediática o processo que “consiste em posições que os media são vistos como um veículo mais ou menos passivo de mensagens e posições que defendem que os media se tornaram um ator político, cuja ação pode ter implicações em momentos [...] diversos.

O ideal de uma boa cobertura jornalística é que os artigos tenham valências neutras. Se a soma das valências positivas e negativas for inferior ao número de valências neutras, considera-se que a cobertura se situou nos padrões profissionais de objetividade e isenção. (Nhanale, Raposo e Gemusse, 2013:15).

Segundo Porta e Cianti (2016:37), citados por Atunes e Viseu (2017:510) entende-se por cobertura mediática “o progresso e a centralidade dos meios e das tecnologias da comunicação na constituição da cultura e das relações sociais contemporâneas”.

(**fonte:** Cobertura Mediática dos Ataques Terroristas em Cabo Delgado O caso de Mocímboa da Praia (Março- Maio 2020 e Agosto- Outubro 2021) Alexandre José Zua Maputo, 2022, pag.10)

O termo “cobertura mediática” refere-se à presença e ao tratamento de determinados temas ou eventos nos meios de comunicação de massa, como televisão, rádio, imprensa e internet. Essa cobertura pode influenciar a opinião pública e moldar percepções sobre questões sociais, políticas e humanitárias. Compreender o significado e a importância da cobertura mediática é fundamental para uma participação consciente e crítica na era da informação e da comunicação.

### **1.1. A Notícia em Televisão**

Falar em notícia é referir-se sobre um tema amplo, que evoca diversas interpretações. Para Traquina (1993, p. 169): “As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)”. HALL et al. (1993) dão complexidade à discussão de Traquina. De acordo com os autores, as notícias são o produto final de um processo complexo, que inicia com a escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos, de acordo com categorias socialmente construídas.

Para Correia (2011), p.79, as notícias são uma construção social, o resultado da intersecção entre um processo de produção centrado na sala de redação e o ambiente de trabalho envolvente que define os limites desse processo.

Já Silva (1985, p. 35) reflete sobre as notícias levadas ao ar no telejornalismo: “[...] qual o conceito de notícia para o telejornalismo? Que ele difere, na prática, do conceito de notícia para o jornal impresso, não há dúvida”. Para o autor, entre os fatores importantes na determinação da noticiabilidade no jornalismo televisivo estão o interesse humano e a carga conflitual. As notícias sobre morte têm muito apelo em relação ao interesse humano. Na concepção de Simmel (1998), a morte é uma temática estrutural para o homem. Rodrigues (1983) acrescenta que os seres humanos são a única espécie que tem a consciência de sua finitude e a certeza de que ela vai ocorrer. Ao falarem em cobertura jornalística em televisão,

Emerim e Brasil (2011) a caracterizam como um trabalho de reportagem a ser realizado no local em que determinado fato ocorreu. Seguindo a classificação dos autores, as coberturas televisivas de um acontecimento, tanto as grandes coberturas como as cotidianas, podem ser retrospectivas ou prospectivas. As retrospectivas se dão a partir do próprio fato. Já as prospectivas se baseiam na provável ocorrência e permitem que as equipas se preparem para a sua realização.

## 1.2. Os Meios Digitais

A emergência de novos meios de comunicação, em especial da Internet, conferiu mais dinamismo e diversidade à paisagem mediática, onde se verifica, numa primeira fase, a migração dos media tradicionais para o digital.

Face às inovações e aos dispositivos emergentes, Correia (1997) entende que a transmissão rápida de estruturas e modelos comunicacionais que existiam na forma atómica ou analógica e que foram convertidos em informação digital, a sua posterior federação em entidades aglutinando imagens, sons e textos, está na base de uma mutação tecnológica e comunicacional profunda com consequências sociais, económicas e políticas difíceis de prever.

As tecnologias online permitem ao cidadão comum aceder livremente às bases de dados eletrónicos, fazendo emergir uma nova figura de referência no espaço online (Bastos, 2000).

A emergência dos novos meios de comunicação conferiu maior dinamismo e diversidade a paisagem mediática, assim como uma maior interligação entre todos os media, digitais ou analógicos

Podemos citar as principais características do jornalismo digital:

**Global:** não existem barreiras geográficas quando se trata de jornalismo na internet. Os leitores podem acessar às notícias de qualquer lugar do mundo, sempre que quiserem;

**Rapidez:** os eventos relevantes do mundo não demoram muito para surgir na *timeline* das redes sociais, porque no jornalismo digital tudo pode ser produzido em questão de minutos, evitando atrasos;

**Hipertextualidade:** ao contrário do que acontece em textos das mídias impressas, os jornalistas digitais podem escrever de forma a dar aos leitores a liberdade de mergulhar mais fundo em um assunto clicando em hiperlinks;

**Multimídia:** a internet oferece oportunidade aos jornalistas de apresentar formas não lineares de contar histórias, utilizando a hipertextualidade e diversas formas inovadoras de mídias: texto escrito, vídeo, infográfico, podcast etc.

**Interatividade** — os portais de notícia já podem entregar conteúdos aos usuários de acordo com seus comportamentos nas plataformas. Os usuários conseguem interagir cada vez mais com a plataforma conforme as utilizam. (*Fonte: <https://rockcontent.com/br/talent-blog/jornalismo-digital-ou-ciberjornalismo/#01>*)

O conteúdo jornalístico pode estar em qualquer formato (texto, áudio, imagem ou vídeo), e sua distribuição na internet é muito mais rápida do que nas mídias tradicionais.

Agora, os portais de notícia, os blogs e as redes sociais (Twitter, Facebook, Instagram etc.) são usados para informar às pessoas sobre os mais variados assuntos.

## Capítulo II

### Capítulo 2. PERCURSO HISTÓRICO DA IMPRENSA CABO-VERDIANA

Cabo Verde, um pequeno estado insular e arquipelágico, descoberto em 1460, por navegadores Diogo Gomes (português) e António da Noli (italiano) ao serviço do rei de Portugal, D. Afonso V, foi o primeiro país da África Lusófona a receber a grande invenção de Gutenberg. Entretanto, acabou por ser das últimas colónias portuguesas a ter um jornal. Conforme escreve o historiador João Lopes Nobre de Oliveira na sua volumosa obra de mais de 900 páginas, intitulada “A imprensa cabo-verdiana 1820-1975”, a publicação do *Boletim Oficial*, a 24 de agosto de 1842, marca o início da história da imprensa cabo-verdiana.

HOHFELDT (2009) no seu estudo «A Imprensa das Colónias de Expressão Portuguesa» conta que assim como a maioria das colónias africanas pertencentes a Portugal, com exceção de Goa na Índia, Cabo Verde teve um grande atraso na produção impressa.

O desenvolvimento da imprensa nas colónias remonta a 1836, quando o Governo português através da pasta que tutelava a Marinha e o Ultramar ordenou, pelo Decreto de 7 de dezembro

de 1836, artigo nº 13, “que nas províncias ultramarinas” se imprimisse um Boletim, que teria como redator o secretário do Governo” (OLIVEIRA: 1998, 17). Mas o referido decreto era completamente inadequado para o contexto cabo-verdiano, uma vez que as condições técnicas para a prática da impressão ainda não existiam (HOHLFELDT, 2009:14). Assim este arquipélago passou a conhecer a imprensa só a partir de 24 de agosto de 1842 com a circulação do Boletim Oficial do Governo-geral de Cabo Verde (NEVES, 1989:69). Nesta fase inicial a imprensa não fazia mais do que o retrato dos assuntos que interessavam ao Governador. Mas esta é uma história que pretendemos contar mais a frente, ainda, neste capítulo.

Hoje, quase 50 anos após a Independência Nacional de 5 de julho de 1975, o país conta com 56 órgãos de comunicação social a funcionar: nove (9) canais de televisão, dez (10) serviços de programas radiofónicos nacionais, seis (6) rádios regionais, dez (10) rádios comunitárias, quatro (4) jornais impressos, onze (11) jornais online e seis (6) revistas, segundo o Relatório da Agência Reguladora da Comunicação Social (ARC), relativo ao ano 2023.

Dos jornais impressos mais conhecidos, podemos citar o Jornal *A Nação*, cujo primeiro número chegou às bancas no dia 06 de setembro de 2007, juntando-se aos semanários *Expresso das Ilhas* e o *A Semana*, que nasceram no contexto político. O primeiro número do *A Semana* deu à estampa a 26 de abril de 1991, quando se deu a abertura política. 10 anos depois surgiu o *Expresso das Ilhas*, no final do segundo mandato do Movimento para a Democracia (MPD). Desde a sua criação, este semanário manteve uma editoria ligada a política muito forte, apontado como sendo muito próximo ao MPD à semelhança do jornal *A Semana*, que foi tido como o próximo do PAICV. Este último, não está nas bancas desde dezembro de 2016 e segundo a justificação do seu novo dirigente, trata-se de uma suspensão temporária, tendo em conta os problemas financeiros.

*A Semana*, impresso, que estava no mercado há 26 anos, surgiu para acabar com o monopólio do Estado no domínio da imprensa escrita e audiovisual, que era dono do Jornal Horizonte (jornal impresso), Agência de Notícias Cabopress e da Televisão e Rádio públicas. Na sequência das primeiras eleições pluripartidárias, de 13 de janeiro 1990, assumiu na linha editorial como um semanário independente lançado para contribuir para a consolidação do regime democrático.

TABELA 1. Jornais Impressos

Nº	Nome	Entidade Proprietária	Periodicidade	Natureza
1	<b>A Nação</b>	A Nação Cabo Verde Lda.	Semanário	Generalista
2	<b>Expresso das Ilhas</b>	Média Comunicações S.A.	Semanário	Generalista
3	<b>Terra Nova</b>	Jornal Terra Nova Lda.	Semanário	Generalista
4	<b>Fogo Business</b>	EME Publicações, Sociedade Anónima Unipessoal	Semanário	Temática
5	<b>Jornal-Revista Artiletra</b>	Edições Artiletra – Sociedade Unipessoal Lda.	Trimestral	

**Nota: O Jornal Artiletra esteve suspenso, mas, regressou, em abril de 2024, às bancas para marcar o seu 33.º aniversário**

TABELA 2. Revistas

Nº	Nome	Entidade Proprietária	Periodicidade	Natureza
1	Acácia Magazine	Acácia Editora, Soc. Anónima Unip., S.A.	Trimestral	Temática
2	Leitura	Efe – Cultural Sociedade Unipessoal, S.A.	Trimestral	Temática
3	Revista Blue wax	Dze Produtora	Trimestral	Temática
4	Master Menu	Infoplus - Comunicação, Marketing e Eventos Ld.ª	Mensal	Temática
5	Turimagazine	Infoplus - Comunicação, Marketing e Eventos Ld.ª	Diário	Temática
6	Turimagazine	Infoplus - Comunicação, Marketing e Eventos Ld.ª	Mensal	Temática
7	Iniciativa			Temática

## 2.1. A Imprensa Escrita no Período Colonial

A imprensa cabo-verdiana na época colonial está dividido em dois grandes períodos: O primeiro, de 1842 a 1931, é um período que o arquipélago chegou a passar anos sem ter um único órgão informativo em circulação e, o segundo de 1931 a 1975, um período em que Cabo Verde consegue manter uma imprensa permanente. É claro que, em ambos os períodos, os jornais de iniciativa privada continuam a ter uma vida curta e irregular e só os apoiados pelo Estado conseguem aliar uma certa regularidade a uma longa vida. Sobre este ponto, também, é de notar que os jornais cabo-verdianos tendem a ser cada vez mais regulares e duradouros.

“De uma média de vida que oscilava em alguns meses a dois anos no período de 1877 a 1931 (excetuando, é claro, o caso do *Voz de Cabo Verde* que durou oito anos) alguns títulos ultrapassam os dez anos de vida no período de 1931-1975, se bem que nem sempre de forma regular. Paradigma disso é o *Notícias de Cabo Verde* que, com os seus 31 anos de vida, é ainda o recordista da longevidade em Cabo Verde”. (OLIVEIRA: 2022, 37).

Como já dissemos anteriormente, o primeiro número *O Boletim oficial* deu à estampa, em 1842, há 182 anos. Foi precisamente no dia 24 de agosto de 1842 que esta publicação, que era mantida pelo Estado, marcou o surgimento da imprensa em Cabo Verde, tornando o arquipélago pioneiro na introdução do prelo na África “portuguesa”.

Este marco histórico aconteceu 382 anos depois da descoberta oficial de Cabo Verde e 402 anos depois da invenção da imprensa por Gutenberg, como notou João Nobre de Oliveira, citando Francisco Lopes, na sua obra “A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975”, pag.55, reeditada em 2022, pela Ilhéu Editora Mindelo.

Apesar de nunca ter sido capital de Cabo Verde, Boa Vista, também conhecida como “Ilha das Dunas”, foi “berço” da imprensa cabo-verdiana, porque era lá onde funcionava a sede do governo colonial e era um ponto comercial estratégico. Nessa época, “a vila de Sal-Rei, com uma ponte de atracagem onde toneladas e toneladas de sal, era a única existente em Cabo Verde até 1840”, segundo o historiador João Nobre de Oliveira (2022), pag. 55. Sal-Rei, tornou-se importante não só pela sua pujança económica, devido ao comércio do sal, porque também “os

governadores da colónia chegaram ali a residir por longos períodos, fugindo ao calor e às febres que assolavam a Praia durante a época das águas”.

A primeira edição do Boletim Oficial tinha apenas quatro páginas, número que se manteve por dezenas de anos. Oliveira (2022) pag. 62. Essa única publicação, além de assuntos oficiais, trazia a chamada “parte não oficial”, que funcionava como um verdadeiro jornal, divulgando de forma resumida notícias de diversas publicações nacionais e estrangeiras, e produções literárias de autores cabo-verdianos ou residentes no arquipélago.

Apenas em 1877 é que o país passou a contar com “dois jornais independentes, que conseguiram sobreviver sem o apoio do Estado”, (Nobre Oliveira, 1998, p. 26). Curiosamente, nesse mesmo ano, foram postos à venda os primeiros selos postais de Cabo Verde.

### 2.1.2. Do Independente à Terra Nova (1877 -1975)

O Independente, o primeiro jornal cabo-verdiano, surge num momento crucial na história de Cabo Verde: “um ano antes da extinção oficial da escravatura em Cabo Verde e dois anos antes da desanexação do distrito da Guiné da província de Cabo Verde”. A escravatura tinha o seu fim oficial marcado para o dia 29 de abril de 1878.

O periódico de 1 de outubro de 1877, com sede na Cidade da Praia, ilha de Santiago, enfrentou períodos difíceis, devido a dificuldades de abastecimento dos materiais necessários. Por outro lado, as condições climáticas adversas não propiciavam a produção de materiais como os papéis, pelo que tudo era importado do exterior. O país, formado por 10 ilhas, no meio do oceano atlântico, contava com apenas um tipógrafo, de quem dependia toda a produção de jornais. Significa que a produção ficava paralisada quando ele se encontrava doente ou ausente da ilha. O desenvolvimento da imprensa cabo-verdiana foi muito lento na sua fase inicial e durante um longo período de tempo, não fazia mais do que o retrato dos assuntos que interessavam ao Governador. Isso, além de dificultar o desenvolvimento de imprensa, impossibilitava a liberdade de expressão.

*O Independente* marca a entrada na 1ª fase da atividade jornalística em Cabo Verde, que se estende até 1890, altura em que a promulgação do Decreto de 29 de março, que impunha

restrições à imprensa periódica, ditou o seu fim. O mesmo grupo do *Independente*, aproveitou a existência do prelo e lançou os jornais *Correio de Cabo Verde*, em abril de 1880, assim como *Echo de Cabo Verde*, o que levou os adversários a fundarem *A Imprensa*, logo a 1 de outubro do mesmo ano. *A Justiça* iniciou a sua publicação em abril de 1881, *O Protesto* no dia 4 de fevereiro de 1883, *O Povo Praisense*, teve a única edição que foi publicada no dia 13 de julho de 1886. Este último, era destinado especialmente à comemoração da chegada do governador João Cesário de Lacerda, médico naval e dramaturgo conhecido e muito estimado em Cabo Verde, onde exercera as funções de secretário-geral na década anterior. Já em 1889, surgem *O Praisense* e *Praia*. Quase todos eram de carácter político e noticioso.

A partir de 1889 (2ª fase), foram publicados quatro jornais na cidade do Mindelo (ilha de S. Vicente): *Revista de Cabo Verde*, em 1899 (acolhida com muita simpatia pelos leitores), *A Liberdade* que no dia 1 de março de 1902 (que não chegou a gozar de grande simpatia), *A Opinião* 1 de Novembro de 1902 (jornal recebido com grande entusiasmo) e *O Espectro*, a partir de 7 de fevereiro de 1904. Ainda nesta fase, foi publicado na Praia um número único, especial, do *Jornal Cabo Verde*, destinado a assinalar a passagem do príncipe real D. Luiz Filipe por Cabo Verde, em 1907.

Entre 1898 e 1902, sobreviveu o *Almanach Luso-Africano*, que tinha a revista *Esperança* como suplemento literário. O jornal era preparado na ilha de São Nicolau e a sua impressão era feita em Braga.

A terceira fase iniciou-se com a Proclamação da República em Portugal, em 1910, e termina com a abolição da ditadura do Estado Novo, no dia 25 de Abril de 1974. Um período considerado conturbado, mas fecundo. É que apesar de ser marcado pela ditadura, censura e ausência de liberdade de imprensa e de expressão, durante esse tempo foram publicados cerca de vinte jornais, assim como folhas manuscritas, da iniciativa de jovens estudantes do Seminário-Liceu de São Nicolau e do Colégio Municipal de São Vicente.

Na ilha de São Nicolau, os alunos internos do Seminário publicaram *O Recreio*, um jornal conservador. Já os alunos externos publicaram a *Fénix Renascida*, de cariz político, entre 1811 e 1913. Em São Vicente, os finalistas do Colégio Municipal publicaram *O Mindelense*. A euforia provocada pela mudança de regime político era tal que, no ano de 1913, circulavam simultaneamente *A Voz de Cabo Verde* (jornal anticlerical e defensor da liberdade de

imprensa), *O Independente*, *O Futuro de Cabo Verde*, *O Progresso*, *A Tribuna* e *O Mindelense*. O jornal *A Voz de Cabo Verde*, semanário democrático dedicado aos interesses da província de Cabo Verde, durou até maio de 1919, tendo registado 369 números publicados. Pedro Monteiro Cardoso, José Lopes e Eugénio Tavares, nomes sonantes das letras cabo-verdianas da época eram os colaboradores assíduos de *A Voz de Cabo Verde*, constituindo-se em “o trio mais temível do jornalismo cabo-verdiano”, segundo o historiador João Nobre de Oliveira (1998).

Muitas outras publicações ajudaram a construir a história da imprensa cabo-verdiana na época: *O Popular* e *Cabo Verde* (publicados em Mindelo nos anos de 1914 e 1920, respetivamente), *O Cabo-verdiano*, *A Acção*, *A Seiva* e *A Verdade* (publicados na Praia, de 1918 a 1922), *A Despesa* (1913), *O Manduco* (publicado no Fogo, a partir de 1923), *Notícias de Cabo Verde* (fundado em 1931), *O Eco de Cabo Verde* (fundado em 1931), e *O Ressurgimento*.

Em 1936, os consagrados escritores Baltazar Lopes da Silva e Jorge Barbosa iniciaram a publicação da revista *Claridade*, que marcou o movimento neo-realista em todo o território português (à exceção do Brasil). No entanto, só a partir de 1950 é que a imprensa cabo-verdiana começou a ganhar expressão, sempre ligada à literatura. De 1940 a 1961, surgiram várias publicações em Cabo Verde, no seguimento dos movimentos liberais africanos. Muitos jornais foram extintos devido, principalmente, a problemas financeiros.

Entre a proclamação da República e a instituição da ditadura do Estado Novo, a imprensa cabo-verdiana conheceu alguns “momentos de avanços e recuos. Com o colapso do regime ditatorial, em 1974, seguido da Independência Nacional, a imprensa cabo-verdiana conhece um novo alento”.

A quarta fase corresponde ao período que se segue à queda da ditadura portuguesa e a subsequente independência de Cabo Verde, conquistada a 5 de julho de 1975.

Poucos meses antes, em abril de 75, marcava o regresso do *Terra Nova*, um periódico religioso mais antigo, ligado à Igreja Católica, de periodicidade mensal, regular, fundado em 1968 na ilha Brava.

### 2.1.2. O Pós-Independência

“Evocar a missão da imprensa é já abordar a sua liberdade. Para que o direito do público a conhecer os factos e as opiniões sejam uma realidade, devem ser garantidas a independência dos jornalistas e a dignidade reconhecida à sua profissão.” (Cornu, 1994, p. 59)

Com a independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, sentiu-se a necessidade da criação de mais jornais, de forma, supostamente, a dar voz aos cidadãos que tinham sede de exercer a liberdade de expressão e de imprensa. Assim, surge o “*Voz di Povo*” no dia 17 de julho de 1975 e pouco tempo depois aparecem as revistas *Raízes* e *Ponto & Vírgula*,

O jornal público “*Voz di Povo*”, um semanário que passou depois para trissemanário. Tinha uma tiragem que chegou aos 5.000 exemplares. Apresentou durante uma década, 1975-1985, artigos de ideologia revolucionária, onde apoiou o sistema político liderado pelo PAIGC/PAICV. O “*Voz di Povo*”, foi extinto na década de 90, para ser substituído pelo *Novo Jornal de Cabo Verde* e, mais tarde, (1999) pelo *Horizonte*, também propriedade do Estado. Em 2001, num determinado período o jornal *Horizonte* saiu três vezes por semana, depois passou para duas vezes, mas a experiência não vingou e voltou a ser semanário até 2007, quando foi extinto.

*O Terra Nova*, começou a ser conivente com o PAIGC, mas rapidamente entrou em colapso com essa força política, passando a apoiar a oposição, embora não institucionalizada. Embora vivêssemos no sistema do partido único, *TN* era o único jornal crítico do novo regime, cuja circulação era tolerada, apesar de o seu diretor ter sido, por diversas vezes, perseguido e ameaçado por causa das notícias incómodas ao poder.

Na década de 90 deu-se a abertura política. Na altura, o mercado mediático era extremamente limitado: Havia a *Televisão Experimental de Cabo Verde* “*TEVEC*”, com apenas cerca de três horas de emissão diária, a rádio estatal e o famoso jornal “*Voz di povo*”.

Segundo a investigadora Isabel Ferreira em seu *Transição política em África* (2002), até finais

da década de 1990, o governo de Cabo Verde reservou para si a rádio e a televisão, liberando a propriedade de media escritos.

A 13 de Janeiro de 1991 foram realizadas as primeiras eleições livres e multipartidárias, tendo resultado na vitória, com maioria qualificada, do Movimento para a Democracia (MPD)<sup>1</sup>.

O mundo do jornalismo cabo-verdiano sofreu alterações significativas, com a introdução do sistema democrático, na medida em que surgiram os jornais privados *A Semana* e o *Artilheira*, sendo este último vocacionado para a educação, ciência e cultura. Com uma periodicidade bimestral, o jornal ainda vive. É que nessa altura, era constante o aparecimento e desaparecimento de jornais. Para afirmação ou consolidar os seus princípios ideológicos, os partidos políticos viam nesses meios de divulgação uma grande oportunidade. Por isso, apostavam na criação dos jornais, mas de uma forma muito discreta, já que era difícil se conhecer a identidade dos proprietários dos órgãos. Entretanto, era notória a aproximação do jornal a uma determinada força política, pela forma do tratamento das notícias.

Em maio de 1991, o chefe do governo de então, Carlos Veiga, deu uma controversa ordem para que as empresas públicas não anunciassem nos media privados (FERREIRA, 2002, 111). Na sequência desta citação de Isabel Ferreira, o jornalista João Almeida Medina entende que essa postura foi “um grande golpe à sobrevivência da imprensa na medida em que o mercado privado em Cabo Verde era naquela altura praticamente inexistente e o produto da venda dos jornais era, e continua a ser, bastante exíguo para sustentar as despesas de cada edição dos periódicos”.

A estratégia de sufocar o mercado privado da imprensa, financeira e moralmente, ficou também patente com vários processos judiciais contra os jornais, principalmente entre 1994 e 1995. Segundo Medina (2007) Pag.50, o jornal *A Semana*, respondeu mais de uma dezena desses processos em um ano. O semanário *Notícias*, também castigado com processos judiciais, fechou as portas em meados da década de 90 do século passado. O *A Semana* sobreviveu a duras penas, graças ao apoio dos seus leitores e dos opositores ao governo de Carlos

---

<sup>1</sup> MpD é um partido de centro-direita de Cabo Verde. Fundado em 1990, foi responsável pela transição do país para a democracia multipartidária. Seu surgimento marcou o fim do regime monopartidário liderado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

Veiga<sup>2</sup>. Os mais antigos do A Semana são jornalistas que em 1991 trabalhavam para o jornal oficial *Voz di Povo*. Saíram da imprensa estatal assim que o governo resolveu suspender o *Voz di Povo*, pois não aceitaram a ideia de desempenhar funções burocráticas no aparelho estatal. O jornalista José Vicente Lopes, por exemplo, protagonizou uma briga com o governo do MpD para garantir o direito de continuar a exercer a sua profissão na capital do país. Um valor tão irrisório que o jornalista se recusou a receber. A jornalista Filomena Silva, hoje diretora do A Semana, passou também por um processo idêntico.

São esses e outros jornalistas que, sobretudo a partir de 1994, protagonizam um trabalho de oposição ao governo liderado por Carlos Veiga. “Denunciaram casos de corrupção, nepotismo, mau uso de dinheiro público. Sofreram represálias, mas resistiram a ponto de alguns políticos imputarem ao semanário “A Semana” alguma responsabilidade na derrota do MpD, em 2001. Tornou-se senso comum em Cabo Verde que aquele semanário está vinculado, ideologicamente, ao PAICV, partido que derrotou o MpD nas duas primeiras eleições no início deste século”. Medina (2007) pag.51.

Na Cidade da Praia em 1994 surgiu o *Correio Quinze* – Periódico quinzenal, e, no ano seguinte, *O País* – Periódico semanal. Ambos continham informações de cariz político e cessaram as suas atividades em 1996. Analisando o percurso dos media em Cabo Verde, verificamos que mesmo depois da abertura de regime, alguma convivência entre determinados profissionais da comunicação social e os atores políticos.

As ideias do primeiro governo do regime pluralista de “rever a Lei de Imprensa; proibir qualquer forma de censura, estender a iniciativa privada a todo o sector mediático; regulamentar a abertura de concurso para atribuição de frequências de rádio e melhorar a cobertura radiofónica do arquipélago” (Ferreira, 2002, 110), entre outras, não se concretizaram, pelo menos ao ritmo desejado. A nova lei, intitulada “Lei da Comunicação

---

<sup>2</sup> Carlos Veiga é um político cabo-verdiano que serviu como Primeiro-Ministro de Cabo Verde entre 3 de abril de 1991 e 29 de julho de 2000. Foi o primeiro chefe de governo da nação eleito através de eleições multipartidárias

Social”, entrou em vigor apenas em 1998, numa altura em que já se notavam sinais de crise no segundo mandato do MpD.

Em 2016, com o PAICV no fim do seu terceiro mandato, e em plena campanha eleitoral, surgiu no mercado o jornal *A Voz*, um semanário que apenas durou poucos meses. Estas eleições ditaram o regresso do MPD ao poder, 15 anos depois.

Outra mudança ocorrida foi a substituição da Agência Noticiosa do Estado, Cabopress para Inforpress. A Empresa Pública Inforpress que nasceu em 1998, na sequência da extinção da Cabopress e do *Novo Jornal de Cabo Verde (NJCV)* “para abarcar as valências Agências de Notícias e um jornal impresso, no caso, o semanário *Horizonte*, que substituiu o *NJCV*”, (Correia, 2011).

## 2.2. O Setor da Radiodifusão

Para pôr fim ao monopólio dos jornais no processo de informar os cidadãos, em 1945, surge a *Rádio Clube de Cabo Verde (RCCV)*, a primeira estação emissora do país, a funcionar na capital. Era popularmente conhecida como “*Rádio Praia*”, e que deu lugar à *Rádio Sotavento*. João Nobre de Oliveira sustenta que, “tal como nos jornais, deve-se à iniciativa privada a introdução da rádio em Cabo Verde”. (OLIVEIRA, 1998: 670).

Segundo o conceituado jornalista da Rádio de Cabo Verde, Carlos Santos, na sua obra “O Megafone do Poder” (2017. Pag. 89), “não obstante a censura e o controlo apertado a que estavam, submetidas por parte das autoridades coloniais, as emissoras fundadas neste arquipélago, a partir de 1945, esforçavam-se no sentido de projetar a voz de Cabo Verde, não só com agrado, mas com o respeito que merecia”. No ano seguinte, surgiram outras emissoras, nomeadamente a *Rádio Clube do Mindelo*, *Rádio Pedro Afonso*, *Rádio Voz de S. Vicente*. Por essa altura, 1947, a rádio destacou-se como um instrumento de comunicação muito importante para o serviço das autoridades coloniais. Santos (2017) cita o exemplo aquando dos graves problemas sociais decorrentes de mais um ano de seca, ou fome 47:

“o Governador pôde contar com o auxílio da Rádio Clube de Cabo Verde que facilitou, sobremaneira, os trabalhos de distribuição das

verbas para socorrer a população, permitindo que os administradores de vários concelhos recebessem instruções para aplicação de fundos, no preciso momento que deviam atuar...”

A rádio foi ainda um salutar laço de união e ponto de contacto dos cabo-verdianos, sobretudo das comunidades emigradas nas sete partidas do mundo, com estas ilhas do atlântico.

A *Rádio de Barlavento (RB)* surge em maio de 1955, com uma emissão diária. Era considerada um instrumento poderoso de comunicação em São Vicente, tendo mais tarde alargado a sua audiência para todas as ilhas. Em 1974 foi transformada em *Rádio Voz de S. Vicente*. A tomada da *Rádio Barlavento*, no dia 9 de dezembro de 1974, representa um marco incontornável na história da radiodifusão em Cabo Verde. De acordo com Aristides Pereira (foi o primeiro Presidente da República de 1975 a 1991), citado por Mário Silva (2015), representa “uma viragem profunda porquanto a rádio passou a reforçar o trabalho político, que até essa altura se limitava a comícios e a atividades de consciencialização porta a porta”. Segundo Carlos Santos (2017- pag.90), a *RB* possibilitou o reforço das ações de sensibilização dos cabo-verdianos para o imperativo da independência nacional.

Após a abertura política aparece a *Rádio Nova*, emissora cristã e mais tarde a *Rádio Comercial*. Após a independência, a *Rádio Clube de Cabo Verde* foi substituída pela *RNCV (Rádio Nacional de Cabo Verde)*. O jornalista na sua obra “O Mefafone do Poder” considera que “maio deveria ser considerado o mês da rádio em Cabo Verde, porque emitiu, pela primeira vez, o seu sinal no dia 13 de maio de 1955”. Também justifica a sua proposta, pelo facto da data se encaixar na semana em que se assinala, em todo o mundo, a Liberdade de Imprensa.

A Revolução dos Cravos em Portugal e o fim da censura, a 25 de abril de 1974, provocam impactos políticos em Cabo Verde, momento marcado pela vinda de estudantes militantes do PAIGC<sup>3</sup> de Portugal e de outros países, que instalam uma intensa movimentação política no país, com vista ao reconhecimento do direito à autodeterminação de Cabo Verde que rapidamente se transforma na ideia de independência. Os partidos como a UDC e a UPICV “tinham erigido o PAIGC como o inimigo a combater e são colocados perante o facto consumado de terem de aceitar o seu governo”. (Oliveira, 1997, p.589)

---

<sup>3</sup> PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, também conhecido

Os acontecimentos se sucedem à velocidade da luz. A Rádio Barlavento que nesse contexto desempenhou um papel, como um dos espaços das movimentações que antecederam à Independência Nacional, é tomada de assalto por um comando do PAIGC, no dia 9 de dezembro de 1974. Sobre a tomada da Rádio Barlavento, Nobre de Oliveira escreve os trechos seguintes:

“O novo regime em formação corta pela raiz qualquer hipótese de nascer uma imprensa independente na terra que se ia tornar independente. Cala mesmo toda a informação contrária.” (Ibidem, p.590)

“(…) o P.A.I.G.C. controla a tipografia do estado e vigia as outras. Consegue a adesão da Rádio Clube do Mindelo, controla a Rádio Clube da Praia e toma de assalto a Rádio Barlavento. No fim, acabou por fechar o Rádio Clube do Mindelo e fundir todas as rádios na Rádio Nacional de Cabo Verde, pondo fim às rádios privadas, ao mesmo tempo que acabava com o amadorismo neste sector”. (Ibidem, p.590)

Com emissão diária, a Rádio Barlavento era considerada um instrumento poderoso de comunicação na Ilha de São Vicente, tendo mais tarde alargado a sua audiência todo o país.

De acordo com Aristides Pereira, citado por Mário Silva (2015), a tomada da Rádio Barlavento, em dezembro de 1974, representa uma viragem profunda “porquanto a rádio passou a reforçar o trabalho político, que até essa altura se limitava a comícios e a atividades de consciencialização porta a porta”

**TABELA 3. Rádios**

Nº	Nome	Operador	Frequência	Âmbito	Natureza
1	<b>Rádio Cidade FM</b>	Cidade Comunicações, S. A.	91.1 MHz	Nacional	Generalista
2	<b>Rádio Comercial</b>	Multimédia, S.A.R.L.	99.9/92.9 MHz	Nacional	Generalista
3	<b>Rádio Crioula FM</b>	Rádio Crioula Comunicações, S.A	94.9/88.9 MHz	Nacional	Generalista
4	<b>Rádio Educativa</b>	Ministério da Educação/Rádio e Tecnologias Educativas	101.5 MHz	Nacional	Generalista
5	<b>Rádio Morabeza</b>	Estação emissora de São Vicente, S.A.R.L.	93.7/90.7 MHz	Nacional	Generalista

6	<b>Rádio Nova de Maria</b>	Associação Rádio Maria de Cabo Verde	101.6 MHz	Nacional	Generalista
7	<b>RCV</b>	Radiotelevsão Caboverdiana, S. A.	98.1 MHz	Nacional	Generalista
8	<b>RCV +</b>	Radiotelevsão Caboverdiana, S. A.	95.5 MHz	Nacional	Generalista
9	<b>Top FM – Rádio Kultura</b>	Top Mais Media Lda.	104.1 MHz	Nacional	Generalista
10	<b>Rádio Alfa</b>			Nacional	Generalista
11	<b>Mosteiros FM</b>	Mosteiros FM Socid. Unip.	90.5/97.3 MHz	Regional	Generalista
12	<b>Rádio Dia</b>	RP Consulting, Sociedade Unipessoal		Regional	Generalista
13	<b>Praia FM</b>	GC - Comunicações		Regional	Generalista
14	<b>Rádio Rural de Santo Antão</b>	Associação 14 Mais		Regional	Generalista
15	<b>Rádio CVRT</b>			Regional	Generalista
16	<b>Rádio Sal One</b>	Cabo Media Lda.		Regional	Generalista
17	<b>Rádio Comunitária de Espargos</b>	Associação Sal Apoiada	88.1 MHz	Local	Generalista
18	<b>Rádio C. para o Desenvolvimento da Mulher</b>	Liga dos Amigos do Paúl (AMIPAUL)	96.9 MHz	Local	Generalista
19	<b>Rádio Comunitária de Ribeira Brava</b>	Associação para o Desenvolvimento Integrado de S. Nicolau	107.4 MHz	Local	Generalista
20	<b>Rádio Comunitária de Santa Maria</b>	Associação de Cultura, artes e Animação António Martins (AKAAMAM)	98.0 MHz	Local	Generalista
21	<b>Rádio Comunitária Sodal FM</b>	Associação Comunitária dos Amigos de Tarrafal de S. Nicolau (ACAT)	97.1 MHz	Local	Generalista
22	<b>Rádio Comunitária Voz d' Bubista</b>	Associação dos Músicos de Boa Vista (AMBV)	96.1 MHz	Local	Generalista
23	<b>Rádio Comunitária Voz di Djarmai</b>	Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Morrinho	89.5 MHz	Local	Generalista
24	<b>Rádio Comunitária Voz de Ponta d'Água</b>	Citi-Habitat	96.5 MHz	Local	Generalista
25	<b>Rádio Comunitária Voz di Santa Krus</b>	Solmi – Associação para a Autopromoção das Mulheres		Local	Generalista
26	<b>Rádio C Voz di Djabraba</b>				

### 2.3. Televisão

O ministro José António dos Reis insistia que a medida, aliada a também junção administrativa da Rádio e Televisão Estatais (1997) para serem geridas por uma única empresa, a RTC, o setor da Comunicação Social “mais competitivo e com melhores condições de trabalho”. (Correia, 2011).

O cenário na área televisiva sofreu alteração em 1997 com o surgimento da RTP-África (um canal generalista produzido pela RTP), que veio juntar-se à CFI (atual TV5Afrique) A chegada deste canal foi considerada um passo importante para a televisão cabo-verdiana, que tinha na altura apenas oito horas de emissão. Mas o público passou a dispor de 24 horas diárias de televisão em língua portuguesa.

Alterações ainda mais profundas verificaram-se, em 2005, com a abertura do mercado radiodifusão televisiva a operadores privados e o conseqüente surgimento e novos órgãos de comunicação social em Cabo Verde. O projeto do fim do monopólio da televisão estatal foi concretizado no final de 2006. Foram licenciadas em 2007 para emitir a nível nacional, em sinal aberto, a Radiotelevisão Independente (RTI), a Televisão Independente (TIVER) e a Rede Record. A Nôs TV recebeu licença de emissão regional. A mudança no panorama da Comunicação Social em Cabo Verde deveu-se também ao avanço tecnológico registado no sector, em especial, com o surgimento de novas plataformas de difusão de conteúdo e formas de sociabilidade.

De referir que em 2006, o governo disponibilizou um serviço e TV Cabo, que permite ter acesso a televisão, telefone e internet. Conta com estes operadores televisivos condicionados ou TV por assinatura: a BOOM TV, ZAP TV – da CV Multimédia, Grupo Cabo Verde Telecom, e o Sistema Terra Verde da SGPM Comunicação (opera em DVB-T)

Em 2020 foi licenciada a TV Educativa que faz parte da Televisão Digital Terrestre, gerida pela Cabo Verde Broadcast. O canal que nasceu sob a chancela do Ministério da Educação é

resulta de uma reestruturação orgânica da Rádio e Tecnologias Educativas, para complementar o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pela Rádio Educativa e reforçar o programa do ensino à distância. Começou a funcionar em janeiro de 2021, com uma grelha inicial dominada pelas tele-aulas, emissão das 07 às 22h. Um canal de televisão infanto-juvenil, com emissões escolares, programas e entretenimento, documentários.

O setor da comunicação social em Cabo Verde sofreu profundas alterações em virtude da liberalização do mercado televisivo, do licenciamento de novos operadores de rádios e o aparecimento de novos jornais (impressos e online) e revistas, uma progressiva e significativa alteração do panorama audiovisual desde entrada em vigor nos termos do artigo 15º da Lei da Televisão, Lei nº 57/V/98, de 29 de Junho e do artigo 5º da Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2007, de 12 de Fevereiro, mas também do contexto atual, resultante da convergência dos meios tradicionais com as plataformas digitais.

	Nome	Operador	Âmbito	Natureza
1	<b>TCV –</b>	Radiotelevisão Cabo-verdiana, S. A.	Nacional	Generalista
2	<b>TCV Internacional</b>	Radiotelevisão Cabo-verdiana, S. A.	Internacional	Generalista
3	<b>Record Cabo Verde</b>	Rede Record de Televisão - Cabo Verde, S.A.	Nacional	Generalista
4	<b>Tiver</b>	SCD – Sociedade de Comunicação para o Desenvolvimento – Tiver, S.A.	Nacional	Generalista
5	<b>TVA</b>	Televisão África, S. A.	Nacional	Generalista
6	Rádio TV Sal One*	Cabo Media, S. A.	Regional	Generalista
7	TCSM*	TCSM TV Sal, S. A.	Regional	Generalista
8	TV Cidade*	Cidade Comunicações, S. A.	Regional	Generalista
9	<b>SBL TV (digital)</b>			Generalista

TABELA 4. **Televisões**

## 2.4. Jornais Online

O surgimento da imprensa digital teve lugar nos finais da década de 90. O jornalismo digital cabo-verdiano contou sobretudo com o impulso e o dinamismo da população residente no exterior, especialmente nos Estados Unidos da América. Os primeiros jornais digitais começaram a ser editados fora do país havendo representantes em Cabo Verde que se encarregavam de escrever as notícias relacionadas com a atualidade do arquipélago e enviar para a sede do órgão de comunicação. Mais tarde, com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação no país, a imprensa digital cabo-verdiana começou a deslocar-se da diáspora para dentro do arquipélago.

Ao longo das primeiras décadas de 2000, a imprensa eletrónica também fez parte do mosaico mediático cabo-verdiano. O primeiro jornal digital editado no país foi o *Paralelo 14* (2002-2006). Antes disso, em data que não pudemos apurar, surgiu o *Visão Online*, (inactivo), jornal editado por jornalistas cabo-verdianos e sobre temática cabo-verdiana, nos Estados Unidos, onde reside uma expressiva comunidade destas ilhas. Com o tempo surgiram projetos como o *Liberal Online* (2005), (depois de algumas descontinuidades e retomas e neste momento encontra-se inativo) e os jornais impressos passaram a transpôr para o espaço digital os seus conteúdos, como são os casos do *A Semana*, *Expresso das Ilhas*, e *A Nação*, que persistem até hoje e que serão analisados neste estudo.

Não existem muitos estudos sobre os primeiros jornais online em Cabo Verde, mas, entretanto, segundo Ana Bela Landim (2012, p. 53), o primeiro passo foi dado em agosto de 2002 por iniciativa privada da empresa *Tudo Directo*. Porém, o projeto deixou de ser estratégico para os propósitos da empresa proprietária do website. Assim, a *Tudo Directo* fundiu-se, em 2005, com o website *Paralelo14.com*, de Manuel Delgado. Depois vieram a surgir, segundo a autora, os jornais online *Expresso das Ilhas* (2003), *A Semana* (2003), *O Liberal* (2006) e *A Nação* (2009), *Ocean Press* (2014). Para além destes jornais online, existem atualmente outros como *O País* (2018), *Santiago Magazine* (2017), *Mindel Insite* (2017), *Notícias do Norte* (2012), *Sports Mídia* (2016), *Terra Nova* (2015) entre outros.

TABELA 5. Jornais Online

Nº	Nome	Entidade Proprietária	Periodicidade	Site
1	A Nação Online	A Nação Cabo Verde Lda.	Diário	<a href="http://anacao.cv/">http://anacao.cv/</a>
2	A Semana Online	Sociedade de Comunicação Independente, S.A.	Diário	<a href="https://www.asemana.cv">https://www.asemana.cv</a>
3	Expresso das Ilhas Online	Média Comunicações, S.A.	Diário	<a href="https://expressodasilhas.cv/">https://expressodasilhas.cv/</a>
4	Mindel Insite	Ilha Mítica Media Press, S.A.	Diário	<a href="https://mindelinsite.cv/">https://mindelinsite.cv/</a>
5	Notícias do Norte	Editora Notícias do Norte	Diário	<a href="https://noticiasdonorte.publ.cv/">https://noticiasdonorte.publ.cv/</a>
6	O País	AGC, Agência Grafismo e Comunicação, Ld. <sup>a</sup>	Diário	<a href="http://www.opais.cv/">http://www.opais.cv/</a>
7	Santiago Magazine	Santiago Editora	Diário	<a href="https://www.santiagomagazine.cv/">https://www.santiagomagazine.cv/</a>
8	Sports Mídia	Sports Mídia Ld. <sup>a</sup>	Diário	<a href="http://sportsmidia.cv/">http://sportsmidia.cv/</a>
9	Terra Nova	Jornal Terra Nova Ld. <sup>a</sup>	Diário	<a href="https://terranova.cv/">https://terranova.cv/</a>
10	Santo Antão News	Mangas Comunicação e Multimédia	Diário	<a href="https://santoantao.news.cv/">https://santoantao.news.cv/</a>
11	Salwave	Salwave, Ld. <sup>a</sup>	Diário	
12	TurismoSAB	Proturismo- Promoção do turismo Cabo-verdiano, Ld. <sup>a</sup>	Diário	<a href="https://turismosab.cv/">https://turismosab.cv/</a>
13	Arquipélago	ISE Digital Média Sociedade Unipessoal Ld. <sup>a</sup>	Diário	<a href="http://arquipelago.cv/">http://arquipelago.cv/</a>
14	Diário de Negócios	ISE Digital Média Sociedade Unipessoal Ld. <sup>a</sup>		<a href="http://www.diariodenegocios.cv/">http://www.diariodenegocios.cv/</a>

15	Balai Verde	Cabo	Sociedade de Plataformas de Agregação Ld. <sup>a</sup>		<a href="http://www.balai.cv">www.balai.cv</a>
----	-------------	------	--	--	--

**Nota:** O A Semana Online, estava em <https://www.asemana.publ.cv/>, mas, passou para <https://www.asemana.cv>. O Expresso das Ilhas e o A Nação também mudaram.

Landim (2012, p. 54) aponta ainda que, no início, o Expresso das Ilhas e o A Semana, ambos online, disponibilizavam conteúdos muito próximos às suas versões impressas. Segundo a autora do estudo o “Jornalismo Online em Cabo Verde”, esses jornais usavam a web para colocar as notícias publicadas e assim estimular os leitores à compra da versão impressa. Mesmo no caso de jornais que possuem apenas versões online, a forma como era trabalhada a notícia e o formato não diferia muito do modelo usado nos jornais em papel (Landim, 2012, p. 54). Portanto, tendo em conta o primeiro passo dado com a iniciativa do *Tudo Directo*, em 2002, podemos dizer que o jornalismo online existe em Cabo Verde há mais de duas décadas. Durante este período várias publicações destinadas única e exclusivamente à Internet foram concebidas e os media (jornais, rádios e televisões) criaram as suas próprias páginas web. No entanto, algumas características, peculiares deste novo meio, ainda permanecem inexploradas.

Uma visualização das páginas web dos meios de comunicação social em Cabo Verde permite concluir que a grande maioria se encontra na fase do modelo digital, sendo as notícias de última hora a grande aposta, têm um layout pensado e criado para o meio online. A utilização do hipertexto e a possibilidade de comentar são características que também estão presentes. Embora ainda muito pouco, mas tem aumentado os meios de comunicação que, para além da imagem, trabalham o som, o vídeo e animações.

Entretanto, um acompanhamento informal dos sites noticiosos do país mostra que há uma tendência de evolução para o modelo multimédia, aumentando a interatividade, como uma atividade humana que é, está submetido a uma constante e natural evolução, facto este que Anabela Gradim confirma.

Novas formas não surgirão de geração espontânea, radicalizando cortes com os modelos de

apresentação clássicos, mas, pelo contrário, evoluirão gradualmente a partir das antigas, proporcionando ‘pontes de familiaridade’ com as rotinas cognitivas estabelecidas pelos destinatários” (Gradim, 2002, p. 3).

Relembrando o ponto anterior em que citamos que Edo (2002) defende a brevidade dos textos para jornais online, podemos verificar que a maioria já faz textos típicos para o espaço digital. Textos breves contendo uma espécie de lead que responde a “o quê”, “quando”, “quem” e “onde”, indo ao encontro da pirâmide deitada sugerida por Canavilhas (2006). Por outro lado, a maioria não responde ao “como” e “porquê” ao nível da contextualização que oferece informações adicionais com vídeos ou sons.

A uniformização dos conteúdos também é nítida na imprensa online. Podemos encontrar um ou outro conteúdo diferente, mas quase sempre encontramos notícias com a mesma abordagem, as mesmas fontes. No que se refere a fontes, muitas vezes, os jornais online reproduzem publicações da agência noticiosa *Inforpress*<sup>4</sup>.

O jornalista, José Mário Correia, na sua obra *“Da Cabopress à Inforpress S.A. 1988-2011, duas décadas de Jornalismo. Um novo começo...Online”*, numa narrativa detalhada, recapitula a trajetória desta agência noticiosa ao longo de mais de duas décadas, desde a fundação da Cabopress, em 1988, até a transição para a Inforpress S.A., em 2011. O livro destaca os desafios enfrentados pelas agências no cenário político, social e econômico do país, além das inovações tecnológicas e da crescente influência da internet no jornalismo cabo-verdiano.

Um dos pontos centrais do livro é a transformação do jornalismo tradicional para o modelo online, com o surgimento de novas plataformas de disseminação de notícias e o impacto dessas mudanças no comportamento da sociedade e na forma como a informação é consumida.

Ao longo da obra, José Mário Correia compartilha suas próprias experiências enquanto jornalista e os desafios pessoais e profissionais enfrentados ao longo dessa jornada. O livro

---

<sup>4</sup> Em funcionamento há mais de 30 anos, a Inforpress SA – Agência Cabo-verdiana de Notícias (antes Cabopress) é uma organização central no sector da comunicação social em Cabo Verde, garantindo conforme as suas atribuições, a produção de notícias e informações de forma isenta, objetiva, confiável e independente sobre acontecimentos de âmbito local, nacional e internacional. A Agência contribui ainda, para alimentar e suportar o crescimento dos órgãos de comunicação social no país, desempenhado um papel importante na ligação de Cabo Verde com o mundo e com a sua diáspora.

também reflete sobre o papel do jornalismo na construção da democracia e no desenvolvimento social de Cabo Verde.

De um modo geral, o autor traz-nos uma visão histórica e reflexiva sobre o jornalismo em Cabo Verde, colocando em evidência os avanços tecnológicos e as novas práticas do setor.

### Capítulo III

#### Capítulo 3. - O PAPÉL DOS MEDIA

«As notícias são um produto centrado no referente, onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Assim, o referente, ou seja, a “realidade”, não pode deixar de ser determinante no conteúdo noticioso»

(Traquina, 2002 :77)

É inquestionável o importante papel que os meios de comunicação desempenham em sociedades democráticas, tanto para garantir o direito à informação à população, ou como o escrutínio público. A imprensa, surge aqui, segundo Cornu (1999) como uma função de informar os cidadãos sobre as correntes de ideia, a fim de criar uma opinião pública cuja expressão há de ser organizada pela democracia.

Por sua vez, Curan (2002) acrescenta que o papel dos media inclui, ainda, ajudar a sociedade civil a ser eficaz e de ser um sector de media geral que facilite procedimentos democráticos e regule conflitos. Assim, os media são meios de exprimir queixas, injustiças individuais e, portanto, a legitimidade jornalística está assente, claramente, numa postura de desconfiança em relação ao poder (Traquina, 2015, p.47).

Os média são um poderoso agente de controlo social (Pina, 2009) e de construção social da

realidade (Berger & Luckmann, 1966/2004). Os média constituem um poderoso aparelho ideológico, na medida em que os seus discursos se baseiam em pressupostos com um forte caráter ideológico. Por um lado, os média contribuem para o controlo e reprodução social e, por outro, funcionam como bens culturais, entretendo as pessoas, mantendo-as política e socialmente informadas e refletindo mudanças de valores e identidades (Mendes, 2004, p. 153).

Neste sentido, é fundamental compreender como os média são os principais produtores e fornecedores de “conhecimento” sobre o crime, a desordem e o controlo (Greer, 2013).

Tudo aquilo que o jornalista escreve, deve partir de uma noção de relevância: o que é importante e que a população precisa saber. Um princípio comum no jornalismo é o da objetividade, que prega que o texto deve ser orientado pelas informações objetivas, não subjetivas, ou seja, descrevendo características do objeto da notícia e não impressões ou comentários do sujeito que o observa. Mais recentemente, no entanto, diversos críticos e profissionais têm refutado este princípio, alegando que, na prática, "a objetividade não existe", pois toda construção de texto é um discurso e uma narrativa em que ocorrem seleções vocabulares influenciadas por ideologias, pela práxis e por outros valores subjetivos.

Gay Talese desenvolveu criticamente seu livro sobre o The New York Times, onde questiona os métodos mediáticos de chegar a verdade no mundo moderno:

“Não fazemos matéria direito porque a reportagem se tornou muito tática, confiando em e-mails, telefones, gravações. Não é cara a cara. Quando eu era repórter, nunca usava o telefone. Queria ver o rosto das pessoas”. (TALESE. 2000)

Isso afirma como os jornalistas não devem se desprender da checagem pessoal dos fatos, estando dispostos a literalmente correr atrás da verdade. As notícias apresentadas, nas primeiras horas do Massacre de Monte Txota, em alguns órgãos online, não cumpriram essa missão. Portanto, é papel dos repórteres procurar ouvir várias fontes, sobretudo as oficiais, mostrar imparcialidade.

### 3.1. Ética e Responsabilidade Jornalística

A enciclopédia define a ética jornalística com um “conjunto de normas e procedimentos éticos que regem a atividade do jornalismo”. Ela se refere à conduta desejável esperada do profissional. A palavra ética “[...] deriva do grego ethos, que significa caráter distintivo, disposição, modo de ser adquirido”, segundo Srour (2005, p. 307).

O Código Internacional de Ética Jornalística proclama que o dever supremo do jornalista é servir a causa do direito a uma informação verídica e autêntica através duma dedicação honesta à realidade objetiva e duma exposição responsável dos factos no seu devido contexto, destacando as suas relações essenciais.

A cobertura mediática de acontecimentos trágicos ou atos criminosos deve ser feita de forma responsável, tendo sempre em consideração os valores éticos e as normas deontológicas, evitando tornarem-se um elemento ao serviço da causa do criminoso.

A forma como o tema é tratado nos media é cada vez mais discutida. Cabe à categoria profissional, ao jornalismo como instituição e aos próprios jornalistas entender como essa questão se relaciona com a ética da prática.

***“Os canais e os meios mudam, mas o jornalismo continua a ser o mesmo: procurar a notícia, decidir se é relevante, apurá-la com rigor, contá-la bem e publicá-la com liberdade. É isso que fazemos.”***

---

(El País, 2016)

É preciso analisar e determinar como noticiar o fato de forma responsável, sem expor vítimas, menores de idade e incentivar mais casos. A ética na comunicação é um tema debatido por

diversos autores ao longo da história do estudo do *métier*<sup>5</sup>.

Os jornalistas, enquanto promotores privilegiados do debate público, têm sido alvo de debate e visto a sua profissão ser cada vez mais escrutinada, resultado dos inúmeros problemas surgidos com a cobertura mediática dos acontecimentos, nomeadamente ao nível ético-deontológico e à imoderação do uso da liberdade de expressão e de imprensa. Temas como o sensacionalismo, a manipulação, o desrespeito pela vida privada ou a exibição de imagens eticamente reprováveis fazem questionar a legitimidade e rigor praticados por estes profissionais (Camponez, 2009, p.137; p.138). No caso do massacre de “Monte Txota”, a partilha, no Facebook, de imagens dos cadáveres das vítimas deu muito que falar e levou vários internautas a bloquear quer amigos quer uma página “informativa” que promoveram essa conduta. Para os críticos, mostrar as fotos na rede social ultrapassou os limites do tolerável e é um claro desrespeito pela dor dos familiares dos soldados e civis assassinados. Por isso, entenderam que esse comportamento deveria merecer uma firme condenação da sociedade cabo-verdiana e os autores serem alvo de processos-crimes. Aliás, o jurista Vuka Lopes incentivou os interessados a levar a Tribunal os administradores da página Onda Kriolu, além de outras pessoas, por terem publicado tais imagens. “Basta! Vamos ser consequentes e apresentar queixa-crime na Procuradoria da República contra os autores desta publicação infame. Partilhar essas imagens é ignorância”, escreveu o jurista mindelense. Os jornalistas Dai Varela e Jorge Montesinho, português, residente na cidade da Praia repudiaram e maioria das pessoas condenaram esse ato e criticaram aqueles que supostamente fizeram isso com a intenção de ganhar “*views*” e “*likes*”. A modelo Vaiss Reis, por exemplo, colocou uma mensagem esta mensagem na sua cronologia: “*bloqueado e denunciado ‘Onda Kriolu’. Uma vergonha!*” Depois do aceso debate na referida plataforma digital, a página referenciada foi uma das visadas pelos internautas e não teve outra alternativa que não apagar a pasta fotográfica “*Massacre di Monte Txota*”.

Apesar de o público ter direito ao conhecimento da verdade, as pessoas, nomeadamente as lesadas, têm direito à proteção de uma parte irredutível da verdade que só a elas lhes pertence. Portanto, cabem ao jornalista e à redação a responsabilidade de não dizer ou de ou cortar certas

---

<sup>5</sup> *Métier* - vem do francês e significa "ofício", "profissão" ou "especialidade". Em português, é usada para se referir a uma área de atuação na qual uma pessoa tem grande habilidade ou experiência.

imagens por respeito às pessoas implicadas e ao público. Este será, portanto, o “limite imperativo ao dever da verdade”: o jornalista não pode “dizer tudo e mostrar tudo” em nome da liberdade de expressão (Cornu, 1999, p.408; p.409).

Todos os códigos de ética do jornalismo incluem, como valores e preceitos fundamentais, a busca da verdade, a veracidade e a precisão das informações. A questão da imparcialidade é também central nas discussões sobre ética jornalística.

Também, é preciso ter atenção ao chamado “efeito contágio” que as notícias sobre a violência podem causar na sociedade. As informações dos infratores como nome e imagem não devem ser divulgadas, evitando assim dar fama aos assassinos e inspirar novos autores de massacres. Mesmo com todas essas medidas de cuidado, algumas coberturas acabam ganhando uma proporção maior nas redes sociais, como ocorreu no caso “Monte Txota”.

A partilha constante de imagens, vídeos ou fotos dos criminosos na imprensa e redes sociais, pode encorajar novos ataques, além de fazer do vilão um “herói”. O “efeito contágio” tem sido estudado nos EUA e na Europa, de acordo com um estudo publicado por John Cox, Monica Ulmanu et al. para o renomado The Washington Post.

<https://www.washingtonpost.com/education/interactive/school-shootings-database/>

O “efeito contágio” é um fenômeno que ocorre quando a cobertura mediática intensiva de eventos violentos, como ataques a escolas, pode impulsionar a recorrência desses crimes. Ou seja, a disseminação de informações e imagens de crimes violentos pode contribuir para o “efeito contágio”.

Em Cabo Verde, a Autoridade Reguladora para a Comunicação Social - ARC já recebeu algumas participações relativas a imagens suscetíveis de impressionar públicos mais vulneráveis.

**Figura 1.**

Fonte: Expresso das Ilhas - Foto Antany – momento apreensão

### 3.2. Critérios de noticiabilidade e valores notícia

"... a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias" (Wolf, 1995, p. 168).

Os critérios de noticiabilidade incluem fatores como a oportunidade, a proximidade, a importância, o impacto ou a consequência, o interesse, o conflito, a negatividade, a frequência, a dramatização, o sensacionalismo, a proeminência das pessoas envolvidas, a novidade (Sousa, 2000:101). Com isso, de acordo com McQuail (2003), chega-se ao conteúdo final das notícias por caminhos e formas diferentes. O processo de construção, como a seleção das notícias realiza-se em grande medida de acordo com esquemas de interpretação e de relevância das instituições burocráticas que são fontes de notícias ou de acontecimentos processuais (McQuail, 2003:283).

Na mesma linha, Galtung e Ruge (1993, p.71) apontam os 12 fatores por que passam os

critérios de noticiabilidade, mas, em alguns casos usam outras palavras como “a clareza, o significado, a consonância, o inesperado, a continuidade, a composição, a referência a países de «elite», a referência a pessoas de «elite»”. Assim sendo, e apesar de não ser imperativo, um acontecimento “será tanto mais noticiável quanto maior número de fatores possuir” (Traquina, 1993, p.22). Para Galtung e Ruge (1993, p.69), as notícias negativas entram no canal noticioso mais facilmente porque satisfazem melhor o critério de frequência.

Já, Leal de et al (2010), consideram que o critério de noticiabilidade está ligado ao que os estudiosos chamam de “valores notícia”<sup>6</sup>. O seja, para poder adquirir o estatuto de notícia, o acontecimento precisa passar pelo “aval” dos valores-notícia, que norteiam as práticas cotidianas do jornalismo e que permitem que os repórteres, nas redações, selecionem os fatos que vão ser levados ao público.

Traquina (2005) salienta que a previsibilidade do esquema geral das notícias ocorre devido à existência destes critérios de noticiabilidade, de critérios que são compartilhados pela comunidade jornalística. O autor cita a perspectiva de Mauro Wolf de que os valores-notícia podem ser caracterizados como valores-notícia de seleção e de construção; e os de seleção podem ser critérios substantivos e critérios contextuais. Entre os valores notícias de seleção, Traquina destaca a morte. Afirma que “onde há morte, há jornalista”. A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou nos ecrans da televisão” (Traquina, 2005, p.79).

Também são selecionados pelo mesmo autor (2005) como critérios de noticiabilidade de seleção, a notoriedade do ator principal; a proximidade do fato ocorrido, tanto em termos geográficos como em culturais; a relevância de um fato para o contexto social de onde é divulgado; a novidade que um fato irá apresentar; o tempo, em relação à atualidade; a notabilidade de um assunto, “[...] isto é, a qualidade de ser visível, de ser tangível” (Traquina,

---

<sup>6</sup> “Valores notícia” refere-se aos critérios que determinam o que é considerado relevante de ser noticiado num determinado contexto.

Os principais valores-notícia incluem: proximidade, relevância, imediatismo, conflito: confrontos, disputas ou novidade, curiosidade, humanidade, magnitude.

Esses valores variam de acordo com o público e a linha editorial dos meios de comunicação, mas ajudam a orientar o processo de seleção e produção das notícias.

2005, p.82); o inesperado também é um fator importante, é o que surpreende a comunidade jornalística; o conflito ou a controvérsia de um tema, “[...] isto é, a violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos” (Traquina, 2005, p.84). A infração também é um valor-notícia presente no jornalismo, ela está ligada à violência. Traquina explica a infração:

Por infração refere-se sobretudo a violação, a transgressão das regras. Assim podemos compreender a importância do crime como notícia. Uma parte importante das notícias sobre o crime são rotineiras e breves, porque o grosso do crime é visto como uma rotina. O crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente, e assim grande parte dele é observado pelos media noticiosos de uma forma igualmente rotinizada

(TRAQUINA, 2005, p.85).

Ainda entre os valores-notícia de seleção – critérios substantivos, Traquina (2005) aponta o escândalo, que exemplifica com o caso Watergate<sup>7</sup>. O autor analisa também os valores-notícia de seleção – critérios contextuais. Neste caso, ele destaca a disponibilidade, que pode ser vista como a facilidade para se fazer uma cobertura jornalística; o equilíbrio, que é relacionado com a quantidade de notícias divulgadas sobre um assunto; a visualidade, relacionada à existência de eventos visuais, como fotografias e imagens – este critério é muito importante no jornalismo televisivo.

Como valores-notícia de construção, Traquina (2005) destaca a simplificação – se a notícia for simples, mais facilmente ela será compreendida; a amplificação – quanto mais amplificado é um acontecimento, mais facilmente a notícia será notada; a relevância – que pode ser relacionada ao sentido que a notícia dá a um acontecimento; a personalização – quanto mais o acontecimento for personalizado, mais facilmente a notícia será notada; a dramatização, que está relacionada ao destaque aos aspectos mais críticos e aos aspectos emocionais e conflituais; e a consonância, que é tratada como: “[...] quanto mais a notícia insere o acontecimento numa ‘narrativa’ já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada” (Traquina, 2005,

---

<sup>7</sup> O caso Watergate foi um grande escândalo político nos Estados Unidos envolvendo a administração do presidente Richard Nixon, que começou em 1972 e finalmente levou à renúncia de Nixon em 1974.

p.93).

Os critérios de noticiabilidade apontados por Nelson Traquina são relativos às práticas jornalísticas de modo geral. Mas, ao observarmos as características específicas de cada veículo de comunicação, podemos inferir que, para cada meio, os critérios de seleção de notícias são distintos, de acordo com aspetos pertinentes às características de cada veículo.

Ao falarmos especificamente da televisão e do telejornalismo, destacamos que é pertinente enquadrar os critérios elencados por Traquina (2005), mas que algumas características relativas à natureza visual do meio, na maioria das vezes, são levadas em consideração e observadas no momento de se fazer uma reportagem ou uma cobertura: como a presença de imagens; as possibilidades de desenvolvimento de uma narrativa televisual de forma espetacular e humanizada; a disponibilidade de fontes especializadas no assunto enfocado e sua disposição para falar na TV; o destaque do fato ocorrido no contexto de abrangência do telejornal e o potencial caráter melodramático relacionado ao fato. Atentando para esses aspetos, concordamos ainda com as reflexões de Sousa (2010, p.2) sobre os critérios de noticiabilidade para o jornalismo televisivo:

Para o caso de a notícia ser veiculada na televisão, o acontecimento precisa ainda ser capaz de gerar boas imagens, ter unicidade, ser parte de uma grande narrativa, causar impacto emocional e apresentar um potencial espetacular para fazer frente aos demais produtos televisivos. Quando falamos de telejornalismo precisamos de imagens e a posse delas oportuniza a construção de uma narrativa noticiosa. Portanto, em geral, é possível afirmar que a própria existência de imagens faz-se um critério relevante para noticiar este ou aquele acontecimento.

Johan Galtung e Mari Holboe Ruge num estudo sobre a noticiabilidade concluíram que o jornalista é um simples selecionar de informações, mas quando assume o papel de informante precisa estabelecer critérios para organizar o mundo à sua volta. É o que fazem os editores quando determinam a pauta e a ordem das matérias que vão ao ar no telejornal. Esse processo de noticiabilidade e construção de uma notícia é constantemente negociado entre os profissionais de redação - editores, produtores e repórteres. (Traquina, 1993, p. 59)

Mas quais acontecimentos são considerados suficientemente relevantes e interessantes para transformar-se em notícia? Wolf explica que na seleção dos acontecimentos o jornalista utiliza os valores/notícia, os quais o autor define como regras práticas intimamente ligadas às rotinas produtivas e aos valores profissionais. Ele acredita que os valores/notícia são utilizados para rotinizar as tarefas, de forma que elas passem a ser exequíveis e geríveis (Wolf, 1985, p. 174).

Atualmente, o que percebemos nos telejornais é que alguns acontecimentos destacados como notícia não seguem os critérios da noticiabilidade, mesmo assim são selecionados pelo interesse público que despertam e pela carga emocional. Desta forma a notícia é narrada como uma história que é revelada com uma certa interpretação e até dramatização. Ao contrário das notícias que chegam ao telespectador unicamente pelo seu grau de noticiabilidade, onde a objetividade e imparcialidade do texto jornalístico são muito cobradas.

Para Joana Mota (2017, p.6) para que a morte seja relatada nos órgãos de comunicação é necessário que haja a conjugação de dois aspetos importantes: “o inesperado” e “a notoriedade da personalidade envolvida”. O importante e interessante, para os media, não é a morte em si, mas sim o modo assombroso com que o indivíduo se deparou com ela (Lima & Kurtz, 2018, p.2; Rocha & Santos, 2013, p.5).

Concomitantemente relacionado com os critérios de noticiabilidade está, também, o interesse do público e a procura pelo que este quer ver ser noticiado. As audiências demonstram uma especial curiosidade pela cobertura de tragédias e a estas junta-se um interesse mórbido pelo sofrimento e morte de figuras públicas (Oliveira, 2005, p.1953).

### **3.3. Processos de produção noticiosa em situação de tragédia**

De acordo com Paula Cristina Lopes (2010) “a produção de informação é uma atividade complexa e multifacetada, resultado de inúmeras intervenções e pressões” (p.1), por isso, o processo de produção jornalística implica, antes de mais, o conhecimento da realidade que se vai noticiar e das regras e técnicas próprias do jornalismo. Para além disso, o jornalista deve estar sensível às mudanças sociais e tecnológicas que ocorrem na sociedade, como por exemplo

o desenvolvimento das redes sociais, que está a alterar a forma de fazer jornalismo (Chéné, Atala, Panamá & Arozamena, 2019).

Com o avanço do jornalismo online e das transformações sofridas nos critérios editoriais da imprensa diária, as questões sobre o que é notícia são ainda mais relevantes. A transformação do jornalismo fez atualizar o processo de produção informativa, uma vez que era preciso incorporar a tecnologia (Túñez-López, Toural-Bran & Abad, 2019).

Vizeu (2002) afirma que a produção jornalística tende a trabalhar entre uma mistura de ética jornalística com o interesse do público.

### 3.1. 1. As fontes de informação

As fontes de informação constituem uma dimensão central para a compreensão do jornalismo. Para Manuel Pinto, no artigo ‘Fontes Jornalísticas: Contributos para o Mapeamento do Campo’, “as fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos, deixados.

Herbert Gans (1980) considera que existe uma forte influência exercida pelas fontes nas decisões dos jornalistas. Sem a intenção de classificar as fontes, o autor denomina-as, ainda assim, por tipos: institucionais, oficiais, provisórias, passivas, ativas, conhecidas e desconhecidas. De acordo com Gans, os jornalistas recorrem às fontes conforme as próprias necessidades e a posição dessas fontes na sociedade, tendo em conta a proximidade social e geográfica. Para o autor, as fontes procuram informar o que mais lhes é mais conveniente. Pena defende que as fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas por terem interesses a preservar, informações a esconder e beneficiarem-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de Instituição. Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações estão nesta categoria. Entretanto, no meio desta suposta manipulação, o profissional da comunicação também pode decidir se deixa passar a informação, ou se a bloqueia. Ou seja, diante de um grande número de acontecimentos, só viram notícias aqueles que passam por um portão. E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou selecionador, que

é o próprio jornalista. Ele é o responsável pela progressão da notícia ou por sua "morte", caso opte por não a deixar prosseguir, o que significa evitar a publicação, segundo a teoria de jornalismo de **Gatekeeper**<sup>8</sup> de White (1950).

Ao definir o que é notícia ou não, os media acabam por, também, influenciar as pessoas ao pautar o dia-a-dia dos cidadãos. A literatura diz que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa. Ou seja, os media dizem-nos sobre o que falar e pautam nossos relacionamentos, através do agendamento.

Nas palavras de Shaw (1972), citado por Wolf (1996), "as pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo" (p.41).

Assim, entende-se que as pessoas comentaram sobre o assunto, essencialmente pela influência que os media exerceram na disponibilização de informações credíveis, principalmente em relação aos óbitos, já que "onde há mortes, há jornalistas", como aponta Traquina (2005, p.79), enquanto valor-notícia fundamental para a compreensão interpretativa.

Segundo Assis (2021), é responsabilidade do jornalista, ir a fundo na verdade e transmitir as informações de maneira clara e objetiva para que todos tomem conhecimento. Utilizando os veículos de comunicação, o jornalista manifesta seu pensamento e seu posicionamento em relação aos fatos, por isso, este profissional deve ser coerente com aquilo que acredita, e acima de tudo, deve ser atento a conduta ética que cercam os profissionais da comunicação.

A responsabilidade do jornalismo frente a sociedade é muito ampla. As pessoas merecem ser informadas, mais que isso, devem ser bem informadas sobre acontecimentos. Informação é um bem precioso que deve contribuir para que as pessoas sejam cada vez mais esclarecidas e motivadas a assumirem os seus papéis enquanto cidadãos.

---

<sup>8</sup> Gatekeeping é um conceito jornalístico para edição. Gatekeeper é aquele que define o que será noticiado de acordo como valor-notícia, linha editorial e outros critérios. Também pode ser entendido como o "porteiro" da redação. É aquela pessoa que é responsável pela filtragem da notícia.

Foi aplicada ao jornalismo em 1950 por David Manning White (PENA, 2005). De acontecimentos, só viram notícia aqueles que passam por uma cancela ou portão (gate em inglês). E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou selecionador (o gatekeeper), que é o próprio jornalista.

No contexto cabo-verdiano, a relação entre jornalistas e as fontes dá-se na maioria dos casos através das “notas de imprensa”. Muitas vezes é um texto relativamente curto, semelhantes às notícias e contendo o essencial, segundo quem o emite. Vem embrulhado (convenientemente refletindo a versão do assessor, ou a ‘voz do dono’), “já preparado em texto apropriado e estilo jornalístico, que irá requerer o mínimo de trabalho de adaptação”, (Ribeiro, 2014 p4, apud, Sigal, 1973; Simmons, 2006).

A forte presença das fontes oficiais é mais notória nas informações produzidas pelos meios de comunicação que fazem a cobertura diária das informações, neste caso televisão, rádio e jornais online. Uma grande percentagem da informação que estes produzem tem origem, em instituições públicas, institucional, ou governamental que têm poder de alterar as rotinas a seu favor e ter acesso regular aos media.

O trabalho de recolha de informação é um trabalho árduo, sujeito a normas, estratégias e tendo por base o Código Deontológico do Jornalista. Para entendermos como se processa a recolha de informação, temos inevitavelmente de falar da relação jornalista/fonte, já que ela é o “núcleo central do jornalismo” (Sobral & Magalhães, 1999, p.51) e, cada vez mais, são as fontes a procurar os jornalistas para “dar” as notícias e já não é tanto o jornalista que vai à “caça” da informação (Wolf, 1994). Atualmente, com as tecnologias e as redes sociais, há um número crescente de novas fontes de informação, como o Facebook e o Twitter, que estão a substituir os jornais como principais fontes de notícias e a desempenhar um papel importante na obtenção e produção noticiosa (Von Nordheim, Boczek & Koppers, 2018).

Nenhum jornal sobrevive sem fontes. São elas que fornecem e validam a informação, tornando-se, dessa forma, imprescindíveis para o trabalho jornalístico (Mecher, 1991; Sobral & Magalhães, 1999; Gradim, 2000; Pinto, 2000; Sousa, 2001; O’Neill & O’Connor, 2008). Contudo a relação jornalista/fonte nem sempre é fácil.

Receber a informação e contactar com as fontes pode ser um processo complexo e delicado, mais agora com a velocidade a que as informações circulam, mas as funções do jornalista mantêm-se intactas: receber, seleccionar, verificar e hierarquizar.

A fase de recolha dos materiais noticiáveis é influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, de modo a conseguir-se sempre executar o produto exigido.

Isso leva, naturalmente, a que se privilegie os canais de recolha e as fontes que melhor satisfazem essa exigência (...). (Wolf, 1994, p.19)

A verdade é que o resultado do trabalho do jornalista depende, em larga margem, da capacidade de se relacionar com as fontes. Uma vez que “são elas quem lhe fornece a matéria sobre a qual escreve. Mesmo quando presencia os acontecimentos sobre os quais trabalha, o jornalista não as dispensa” (Sobral & Magalhães, 1999, p.52).

Leon Sigal (1986) afirmou que as fontes fazem a notícia e, por isso, têm uma relação próxima com quem faz as notícias. Melvin Mencher vai mais longe, considerando que “a fonte é o sangue do jornalista” (Mencher, 1991, p.282).

Também Fontcuberta definiu as fontes de informação como “pessoas, instituições e organismos de todos os tipos que fornecem as informações de que os media precisam para fornecer as notícias” (Fontcuberta, 1993, p.58).

### 3.4. Jornalismo investigativo em Cabo Verde

O jornalista Alberto Dines, em “O Papel do Jornal: uma releitura”, aponta que o jornalismo investigativo não é sensacionalismo ou jornalismo de escândalo. O jornalismo investigativo “relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origem dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação da sua ocorrência” (DINES, 1986, p. 92).

Na mesma linha a jornalista Mônica Teixeira aponta que o repórter deve buscar o novo, ter a capacidade de se “espantar com a história” (p, 174).

“O Jornalismo Investigativo tem que ser preciso, não pode haver lacunas que possam levar ao erro na informação” (PERIAGO, 2003, p. 176). Não pode ser confundido com a investigação policial. Segundo a jornalista Mônica Teixeira, o jornalismo investigativo requer observação, comprovação in loco, comprovação documental, paciência e postura ética.

Para o jornalista Caco Barcellos, o repórter investigativo deve reunir perseverança, garra e

insistência. O repórter, ao contrário, não deve usar de sua credibilidade para persuadir a opinião pública. Barcellos destaca que o jornalismo investigativo é confundido com o jornalismo de “dossiê”. Neste, o jornalista recebe as informações, checa e publica. Esse processo não pode ser compreendido como jornalismo investigativo. Pode, sim, ocorrer de uma investigação se iniciar a partir de uma informação recebida. Mas é preciso saber quem enviou as informações e quais são os seus interesses com a denúncia. Segundo Caco Barcellos, os métodos utilizados pela investigação jornalística não se assemelham aos utilizados pela polícia.

A “boa reportagem”, para o jornalista, é a que apresenta duas perspectivas: pró e contra, com distanciamento. Para ele, além desses imperativos, deve ter sido realizada com objetividade jornalística e ética profissional.

Segundo Nilson Lage, a base do melhor jornalismo está na pesquisa. Para o jornalista, “toda reportagem pressupõe investigação e interpretação” (LAGE, 2005, p. 134). Em *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, o autor expõe o que compreende por jornalismo interpretativo e investigativo.

No entanto, Lage (2005, p. 138) compreende o jornalismo investigativo como uma “forma extremada de reportagem”. Nesse caso, é necessário tempo para a realização da investigação e também esforço por parte do repórter para o levantamento do tema. Geralmente, o repórter escolhe um assunto que o tenha deslumbrado. O jornalismo investigativo também pode ser compreendido “como um esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças cometidas; contar como as coisas são ou foram ou como deveriam ser ou ter sido” (LAGE, 2005, p. 139).

A conceção de uma reportagem investigativa pode ser iniciada, segundo Nilson Lage, por fatos curiosos ou inexplicáveis, por pistas dadas por informantes ou fontes regulares, a partir de leituras, notícias novas, ou mesmo pela observação direta da realidade. O segundo passo é a realização de um estudo de viabilidade, que inclui os documentos disponíveis, as fontes acessíveis, os recursos, a disposição de tempo e os possíveis resultados. O terceiro passo é a familiarização do tema, com a realização da pesquisa e a consulta das fontes secundárias. O quarto passo é o plano de ação, com os custos, o método de arquivamento e o cruzamento de informações. O quinto passo é a realização do plano, com a escuta das fontes e a consulta aos

documentos. O sexto passo é a reavaliação do material apurado e o preenchimento dos vazios de informação. As etapas seguintes são a avaliação final, a redação, a revisão, a publicação e o seguimento.

Em Cabo Verde, o jornalismo de investigação continua a ser um grande *handicap*. E alguns processos judiciais contra jornalistas inibem essa prática.

O jornalismo de investigação, sobretudo nos órgãos públicos, “de forma como as redações estão organizadas não facilita, porquanto estão mais viradas para cobrir as agendas institucionais”, afirmou o jornalista da RCV Carlos Santos, numa entrevista ao “Voa”, publicada, em 2022. (<https://www.voaportugues.com/a/cabo-verde-os-desafios-da-imprensa/6469671.html>).

Ele considera que os próprios jornalistas “deviam ser mais ousados”. No entanto, acrescenta que os posicionamentos recentes do Ministério Público acabam por condicionar e cortar tal ousadia de se fazer jornalismo de investigação. “É claro que os últimos acontecimentos como os processos judiciais contra os jornalistas, constituídos arguidos, condicionam um bocado, digamos, o atrevimento dos profissionais em avançar para o jornalismo de investigação quer queiramos quer não”, realça Santos.

O jornalista Hermínio Silves sabe bem do que fala o seu colega Carlos Santos, pois foi um dos constituídos arguidos e conhece muito bem as portas dos tribunais.

É consensual entre os jornalistas entrevistados neste estudo, que o acesso às fontes de informação é uma grande preocupação em Cabo Verde.

Segundo Hermínio Silves, “as instituições não respeitam o direito do jornalista em ter acesso a informações. Logo, a própria sociedade também se sente coibida de prestar depoimento, inclusive em off, ou seja, em total sigilo. Entretanto, temos de convir que a pequenez do país, onde todo o mundo se conhece, é sempre mais difícil encontrar fontes sem medo para partilhar informações. Existe sempre o receio de ser descoberto como fonte e ser penalizado, ainda que só por desconfiança. Com algumas décadas de experiência, ele garante que “o jornalismo de investigação aqui em Cabo Verde não tem a profundidade exigida por causa disso. Outro motivo é a excessiva politização de tudo, com pessoas na posse de dados relevantes a

engavetarem ou deixarem as coisas ruírem só para não prejudicar seu, seu governo, seus pares. E diz mais: “Mesmo particulares evitam estabelecer contacto com o jornalista que anda a investigar um determinado caso para não serem colados à notícia ou reportagem publicada. O que espelha muito bem a ausência da sociedade civil no país, não há massa crítica, apenas hostes partidárias beligerantes. Quando não acontece nada disso, é a intimidação e os processos em tribunal. É muito difícil fazer verdadeiro jornalismo de investigação em Cabo Verde.

Por seu lado, o jornalista Elvis Carvalho, do portal Notícias do Norte, numa entrevista ao Voa, afirma que a autocensura, muito destacada nos relatórios internacionais, não se resume apenas aos profissionais dos órgãos públicos e tal se deve à pequenez do mercado e à “ausência de uma política clara de incentivos e regulação do mercado publicitário, o que inibe os profissionais e os próprios órgãos tendo em conta a necessidade de subsistência”.

Sara Almeida do Jornal Expresso das Ilhas considera que o jornalismo investigativo em Cabo Verde é limitado e enfrenta vários desafios. Entre as várias deficiências aponta: a falta de tempo dos jornalistas, sobrecarregados com notícias de agenda e afins; a pequenez do meio, onde todos se conhecem e poucos se denunciam, a dificuldade de acesso a algumas fontes (pessoas e documentos), falta de verbas para este tipo de jornalismo, etc.

As Grandes Reportagens Televisivas são particularmente importantes no contexto do jornalismo de investigação, sendo o trabalho jornalístico que melhor permite um aprofundamento dos temas. É um dos géneros que melhor pode contribuir para que o jornalismo cumpra as suas funções de vigilante e fiscalizador dos diferentes poderes.

Numa época em que o jornalismo investigativo está cada vez mais difícil, com cada vez mais entraves, mais pressões por parte dos políticos, o jornalista deve ter uma atitude de não bajular, mas sim de respeitar leis da Comunicação Social e serem responsáveis. Mas, a verdade é que existem alguns jornalistas escondem atrás da autocensura com medo de perder o seu trabalho. Isto limita a atividade jornalística e põe em causa a credibilidade da informação e da democracia.

Em 2024, Cabo Verde registou uma queda vertiginosa no ranking da liberdade de imprensa. O relatório dos Repórteres Sem Fronteira, divulgado no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (03 de Maio), mostra uma passagem da 33ª posição em 2023, para a 41ª, em 2024, com 72,77

pontos, num total de 180 países analisados.

**Figura 2.**



**(Foto sobre liberdade de imprensa retirada da Internet – Google)**

O Presidente da República, José Maria Neves, defendeu a importância da defesa da liberdade de expressão e de imprensa como uma responsabilidade partilhada por todos e incentivou a busca por um jornalismo mais ambicioso, profissional, rigoroso e excelente, capaz de contribuir significativamente para a melhoria da discussão pública e o fortalecimento das liberdades e da democracia. O Chefe de Estado cabo-verdiano realçou a importância da especialização dos profissionais da Comunicação Social e incentivou o jornalismo de investigação, destacando o seu potencial para solucionar crimes e dissipar rumores infundados. Assim, sugeriu a organização das redações por editoriais, visando um tratamento mais aprofundado das informações. Neves que presidia um Fórum promovido pela Associação Sindical dos Jornalistas Cabo-verdianos – AJOC, afirmou que a liberdade de imprensa deve ser assumida como “um desígnio nacional”, lembrando que é necessário trabalhar no sentido, cumprindo a Constituição da República. “É essencial preservar o pluralismo de opinião, a objetividade, a diversidade e a imparcialidade”, considerou o Presidente da República, alertando que “tanto a liberdade de imprensa quanto a democracia estão sob ameaça globalmente, principalmente com o advento das redes sociais, sendo maior o risco quanto mais débeis forem as instituições”.

Constantemente, o Chefe de Estado tem afirmado que a liberdade de imprensa constitui “um bem essencial e um pilar do Estado de Direito Democrático”. Assim, insiste em lembrar que Cabo Verde tem condições para ir muito mais longe, não fossem os constrangimentos que têm que ver com “a precariedade laboral, a dependência financeira dos órgãos públicos em relação ao Governo e a fragilidade institucional e financeira dos órgãos privados. No que se refere à imprensa privada, entende que devem ser efetivamente repensados os instrumentos de apoio do Estado, tendo em atenção a pequenez do mercado de publicidade e a necessidade de se garantir “mais pluralismo no debate de ideias e no acesso à informação, uma condição essencial para a formação de uma opinião pública autónoma e a consolidação do Estado de Direito Democrático”.

Os jornalistas com medo de sofrer pressões ou repressões preferem autocensurar-se. A autocensura muitas vezes acontece porque o jornalista não quer perder o seu emprego, mesmo que fique com o peso na consciência de não fazer prevalecer a verdade dos factos, em determinados casos.

O jornalista João Almeida Medina, na sua tese de doutoramento, intitulada: “Silêncios: estratégia política e comunicacional em Cabo Verde”, fala de um silêncio negociado porque, segundo diz, “as pessoas sabem que há aspetos do poder ou da vida social cabo-verdiana que não se deve mexer”. “Outros o chamam de autocensura, mas, para mim, colocar a questão sobre a autocensura é pensar que se trata de um ónus individual, como se um jornalista decidisse que não deve falar de isso ou aquilo. Mas, todos sabemos que o jornalismo em si é uma atividade grupal, que depende de várias pessoas”, sublinha, salvaguardando que um jornalista pode ter um texto bastante crítico e esse texto não ser publicado tal e qual por decisão dos editores.

Luís Sobral e Pedro Magalhães (1999; p.52) atestaram que “o resultado do trabalho do jornalista depende em larga margem da capacidade de relacionar-se com as fontes”.

No caso de “Monte Txota” não houve aprofundamento do tema e esse sentimento é quase generalizado entre os jornalistas e opinião pública.

### 3.5. Media como o 4º Poder e Poder Político

O “quarto poder” é antes interpretado como uma força equilibradora dos outros três poderes: executivo, judicial e legislativo. Este conceito, envolve o relacionamento do jornalismo com a política, que era evidente no século XIX, altura em que os partidos eram proprietários de jornais. Existe uma relação bilateral entre a política e os média já que, por um lado, a política influencia a agenda mediática e por outro lado os média influenciam a agenda política, lançando debates em torno de temas que de outra forma não seriam debatidas.

Assim, “a convergência entre jornalistas e políticos ocorre em função de que tanto um lado quanto o outro acreditam que a publicação de um acontecimento é a melhor maneira para que se demonstre que cada um cumpriu com o seu papel: o político em sua função de personagem da notícia, o jornalista como agente que relata o que se passou no cenário do poder” (Barreto, 2006, p. 13). O papel dos média e dos jornalistas torna-se ainda mais importante na medida em que, com a chegada da internet, os meios de comunicação conseguem chegar a um público mais abrangente, tendo desta forma, mais impacto. Para além disso, como refere Noelle-Newmann (1995) “as pessoas têm tendência a seguir a opinião predominante nos média”. Sabendo disso, os meios de comunicação selecionam os acontecimentos que irá ter maior impacto na sua audiência. E isto está relacionado com a teoria de *Gatekeeping*, elaborada por Kurt Lewin (1943), que “descreve o processo de seleção que acontece à informação depois de ter ocorrido” (Shoemaker & Reese, 2014, p. 178). Ou seja, tem a ver com o processo de seleção das notícias, por exemplo, critérios de noticiabilidade, em que uma notícia é selecionada em detrimento da outra com o objetivo de atrair as audiências. A capacidade que os media têm de influenciar a opinião pública é abordada na teoria de *agendasetting* desenvolvida por Maxwell McCombs & Daniel Shaw em 1972 que, segundo Suzana Borges, “estabelece uma relação causal entre as agendas noticiosa e pública, quer quanto aos temas mais relevantes, quer acerca da sua importância relativa”, (2010, p. 137). Ou seja, a *agenda-setting* “implica que a agenda noticiosa antecipe a agenda pública, para que ocorra a ação de *gatekeeping* dos media no debate público”, (ibidem).

O conceito de "quarto poder", segundo o jornalista e professor Mário Mesquita, refere-se à imprensa como um ator fundamental na dinâmica das democracias modernas. Ele ressalta que

a imprensa desempenha não apenas a função de informar, mas também de influenciar a opinião pública e fiscalizar os outros poderes, contribuindo para a transparência e a responsabilização.

### 3.6. Cobertura Mediática e Contexto Político

Os temas, as questões e as informações que circulam na esfera pública, e que servem - ou podem servir - de subsídios para a formação da opinião pública, são, de alguma forma, resultado do tipo de tratamento dispensado aos mesmos pela imprensa.

A análise do papel da mídia no processo político, principalmente o seu poder de determinar a agenda do debate público e, assim, influenciar a opinião pública, é, muitas vezes, baseada em análises dos conteúdos da produção do campo jornalístico: notícias em jornais, noticiários televisivos, etc. O campo jornalístico é concebido como “o conjunto de relações entre agentes específicos especializados na elaboração de um produto específico conhecido como a informação” (TRAQUINA, 2002, p. 20).

Para o processo democrático, principalmente quando estão em questão as razões que levam certos temas a entrar na agenda pública e outros não, a compreensão do processo de produção da notícia se torna fundamental. “Os estudos do trabalho jornalístico são cruciais para o estudo das questões públicas porque oferecem a chave para a compreensão de como as questões específicas são enquadradas e oferecidas ao público” (KOSICKI apud TRAQUINA, 2002, p. 53).

Enquanto o jornalismo procura representar a realidade através dos factos, eventos e declarações das diversas fontes de informação, em defesa do interesse público, a política procura, por seu lado, dar publicidade às matérias que interessam aos respetivos partidos e instituições. O interesse político passa pela conquista do acesso aos meios de comunicação e não apenas à cobertura por parte dos mesmos, gerindo, ao mesmo tempo e com o máximo cuidado, as tentativas dos jornalistas de aceder aos “bastidores” do poder institucional. Por esse motivo, Estrela Serrano acredita que a “função serviço”, a qual deve respeitar o direito do público à informação, “não é tida como primeira preocupação dos políticos, que são vistos como estando

prioritariamente preocupados em persuadir o público a aderir a determinadas causas e objetivos políticos e partidários” (Serrano, A dimensão política do jornalismo, 2006). Assim, analisa Célia Belim, “a avaliação de parâmetros, como a credibilidade e a confiabilidade dos líderes políticos que serão representantes dos cidadãos, é uma tarefa premente na esfera pública e o palco dos avaliados é o mediático” (Belim, 2017).

Na mesma linha de pensamento das autoras portuguesas, o jornalista brasileiro Emanuel Barreto escreve, no artigo ‘Jornalismo e política: a construção do poder’, que os jornais e o jornalismo em geral “coexistem com o ato político que neles encontra espaços apropriados para exercer comportamentos de interferência, inserção e visibilidade junto aos leitores. Segundo Célia Belim, o “elo média-políticos pode configurar-se em harmonia quando os políticos, em lua de mel mediática, se vivi ficam publicamente, dulcificando a sua imagem. Pode também conformar-se em animosidade, aquando da exposição mediática de ações indecorosas dos políticos, irrigando a sua imagem pública de mácula, muitas vezes, irreversível”. Conclui a autora que assim “se denota que, na era da “visibilidade mediada”, numa era de escolta mediática, é difícil fechar as portas da arena política e encobri-la com um véu de segredo” (Belim, 2017).

Em ‘O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea’, Rita Lopes defende que “a expressão “quarto poder” carece de rigor analítico. Em primeiro lugar, porque nem os media, nem o jornalismo correspondem às definições clássicas de poder constituído enquanto capacidade de ação e de meios concretos de coerção no quadro de uma política. Em segundo, porque o conjunto de órgãos da comunicação social e das práticas jornalísticas não se articula num centro decisório unificado e coerente, análogo ao executivo, judicial e legislativo. Em terceiro, e último, porque quer se tenha presente a estrutura das empresas mediáticas, quer se pense nas formas de produção jornalísticas, o grau de autonomia dos media e do jornalismo é reduzido” (Lopes, 2004).

Poderemos então considerar que o jornalismo não é em si mesmo independente das relações com o poder político. Ou pelo menos não o é totalmente, como explica Timothy E. Cook, no artigo ‘O jornalismo político’, adaptado e traduzido do texto original ‘The political news media’, publicado como capítulo 5 do livro *Governing with the news: the news media as a*

political institution, para a Revista Brasileira de Ciência Política, em 2011.

O jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa” (Cook, 2011).

Além disso, a produção de notícias é necessariamente seletiva. Os jornalistas só podem cobrir alguns dos vários eventos que decorrem diariamente, destacando os elementos noticiáveis potenciais de um evento em específico para apresentar aos próprios chefes de redação, que depois escolhem as informações cuja relevância justifica dar a notícia e como adaptá-la no contexto do produto noticioso como um todo. Dessa forma, “o noticiário pode então não ser uma amostra representativa das ocorrências, mas os jornalistas podem responder com credibilidade – e o fazem – que chegaram com os eventos e pessoas mais importantes para incluir no noticiário.

Durante anos, os media foram apenas instrumentos do poder político. Hoje, os papéis inverteram-se e qualquer político terá de passar pelos meios de comunicação para chegar ao poder (WOODROW, 1996:105). Assim, nesta relação de simbiose, os políticos necessitam dos meios de comunicação para comunicarem com os cidadãos e desenvolverem as suas estratégias, enquanto os media utilizam a matéria política para manter ou aumentar as suas audiências (WILLIS, 2007:99). Para Thompson, esta relação é mesmo obrigatória uma vez que “...na era da comunicação de massa, a política é inseparável da arte de administrar a visibilidade” (THOMPSON, 1999:28). Contudo, tal não acontece sem ocorrer algum tipo de influência de um agente perante o outro. A evolução da relação entre os dois ditou o desenvolvimento de uma mediatização da política ou a subordinação da política perante os media. Não só se deu uma mediatização como ainda uma expansão da comunidade política dentro da própria Nação, graças ao estabelecimento de periódicos em vários locais do mundo que alcançaram mais pessoas e aumentaram a cobertura política (CURRAN, 2002:5)

João Almeida Medina, jornalista de formação e atualmente professor da Uni-CV, em São Vicente, questiona se, de facto, existe sociedade civil em Cabo Verde, quando esta não está refletida num grupo de indivíduos que partilham o mesmo sentido de Mundo e lutam independentemente dos seus vínculos políticos e partidários.

O poder pode não dizer que fazer, ou dizer, mas existe um “silêncio negociado” que impede as pessoas de tocarem em determinados aspetos da vida política e social. Os riscos da liberdade de expressão num meio pequeno como Cabo Verde onde tudo é partidarizado, inclusive o direito de livre expressão.

## **Capítulo IV**

### **Capítulo 4. A INTERNET E O JORNALISMO**

É incontornável a preponderância que a Internet assume na teoria dos novos media, da mesma forma que as modalidades de comunicação que veio criar são de domínio comum: difusão instantânea e comunicação em tempo real, que alcança todos os locais que integram esta rede mundial.

A Internet diferencia-se dos outros meios de comunicação não só porque incorpora outras tecnologias comunicacionais anteriores, mas também porque faz com que estas se reconfigurem. A rede é muito mais que uma tecnologia. É um meio de comunicação e de organização social e está a obter uma taxa de penetração considerável na nossa sociedade, com alcance planetário que nenhum outro meio de comunicação tradicional conseguiu até hoje.

Edo (2000) diz que a Internet quebra as fronteiras clássicas entre os estados e as cidades. Pode-se afirmar que é o novo espaço cultural em que cabem a produção, o trabalho, o comércio, a política, a ciência, as comunicações e a informação. A crescente popularidade da Internet e a sua disseminação de informação tem alterado o dia-a-dia das pessoas. Atualmente, esta plataforma de comunicação constitui um dos principais meios de procura de informação.

#### **4.1. Jornalismo online**

O desafio do jornalismo online passa por conjugar o que de melhor existe nas publicações já existentes, sejam elas impressas, rádio ou televisões, transportar para a Internet o capital de

credibilidade que esses suportes lhe conferem e, simultaneamente, aproveitar as vantagens que o multimídia e a interatividade têm para oferecer. A resposta da audiência ao publicado é um dos fatores-chave para se constituírem melhores sites informativos, que respondam e correspondam às ânsias dos utilizadores. Assim, como refere Deuze (1999), o primeiro passo para qualquer jornalista online parece ser a certeza que qualquer história oferece possibilidades interativas.

As primeiras experiências relacionadas com o jornalismo online foram feitas nos Estados Unidos, nos anos 80, a partir de sistemas de videotexto produzido por empresas como a Time, Time-Mirror e a Knight-Ridder. De entre todas essas experiências, os serviços por computador receberam maior atenção por parecerem ser o único modo de distribuição eletrónica capaz de projetar de forma eficaz os jornais de papel e, eventualmente substituí-los (Bastos, 2000:105). Este autor acrescenta ainda, citando Puvlik (1996), que as comunicações online conheceram nos anos noventa um florescimento à medida que a Internet abria caminho por entre as redações e se tornava uma ferramenta de trabalho, bem como uma plataforma para a divulgação de notícias. Com o crescimento da internet e dos comerciais online, a par da crescente capacidade da rede pública de telecomunicações e do aumento de velocidade dos modems e dos computadores pessoais, as comunicações online tornaram-se crescentemente um efetivo meio de comunicação em todo o mundo.

Com o surgimento do jornalismo online, os jornais, rádios e televisões entraram em força na Internet, embora inicialmente as publicações tenham mantido as características essenciais dos meios que lhe deram origem. Com isso, o conteúdo é modificado, surgem novos tipos de websites, novas linguagens, novas formas de utilização do conteúdo, que se transforma para se adaptar às características da sociedade em evolução.

Barbosa (2001) afirma que a digitalização da informação instaura uma nova era para o jornalismo, que na pós-modernidade tem passado de sistema de produção à distribuição de conteúdos até ao processo de redação jornalística e modelos de matéria modificado. O desaparecimento do meio físico a qual pressupõe atualização instantânea dos bits na forma de textos, gráficos, imagens, animações, áudio, vídeo, os recursos da multimídia renovam o jornalismo dando sequência ao movimento de evolução dos meios de comunicação diretamente

associado ao desenvolvimento e à dinâmica das cidades.

Não existem muitos estudos sobre os primeiros jornais online em Cabo Verde, mas, entretanto, segundo Landim (2012, p. 53) o primeiro passo foi dado em agosto de 2002 por iniciativa privada da empresa Tudo Directo. Porém, o projeto deixou de ser estratégico para os propósitos da empresa proprietária do website. Assim, a Tudo Directo fundiu-se, em 2005, com o website Paralelo14.com, de Manuel Delgado. Depois vieram a surgir, segundo a autora, os jornais online Expresso das Ilhas (2003), A Semana (2003), O Liberal (2006) e A Nação (2009), Ocean Press (2014). Para além destes jornais online, existem atualmente outros como O País (2018), Santiago Magazine (2017), Mindel Insite (2017), Notícias do Norte (2012), Sports Mídia (2016) e Terra Nova (2015). O Expresso das Ilhas, Nação e o A semana, ambos online, disponibilizam conteúdos muito próximos às suas versões impressas. Usam a web para colocar as notícias publicadas e assim estimular os leitores à compra da versão impressa. Mesmo no caso de jornais que possuem apenas versões online, a forma como era trabalhada a notícia e o formato não diferia muito do modelo usado nos jornais em papel (Landim, 2012, p. 54).

Portanto, podemos dizer que o jornalismo online existe em Cabo Verde há mais de duas décadas. Durante este período várias publicações destinadas única e exclusivamente à Internet foram concebidas e os media (jornais, rádios e televisões) criaram as suas próprias páginas web. No entanto, algumas características, peculiares deste novo meio, ainda permanecem inexploradas.

Gonzalez (2000) distingue quatro tipos de jornal online das diferentes fases de evolução desse tipo de jornalismo: fac-símile, modelo adaptado, modelo digital e o modelo multimédia. Uma visualização das páginas web dos meios de comunicação social em Cabo Verde permite concluir que a grande maioria se encontra na fase do modelo digital, sendo as notícias de última hora a grande aposta, têm um layout pensado e criado para o meio online. A utilização do hipertexto e a possibilidade de comentar são características que também estão presentes.

O acompanhamento informal dos sites noticiosos do país mostra que há uma tendência de evolução para o modelo multimédia, aumentando a interatividade. Todos os sites dos jornais

online nacionais contêm hipertextos<sup>9</sup> e links, que facilitam a navegação nos sites.

Relembrando o ponto anterior em que citamos que Edo (2002) defende a brevidade dos textos para jornais online, podemos verificar que a maioria já faz textos típicos para o espaço digital.

Textos breves contendo uma espécie de lead que responde a “o quê”, “quando”, “quem” e “onde”, indo ao encontro da pirâmide deitada sugerida por Canavilhas (2006). Por outro lado, a maioria não responde ao “como” e “porquê” ao nível da contextualização que oferece informações adicionais com vídeos ou sons. A uniformização dos conteúdos também é nítida na imprensa online. Podemos encontrar um ou outro conteúdo diferente, mas quase sempre encontramos notícias com a mesma abordagem, as mesmas fontes. No que se refere a fontes, muitas vezes, os jornais online reproduzem publicações da Agência Inforpress. De realçar que a Internet trouxe consigo as redes sociais, novas ferramentas de comunicação se enquadram na sociedade atual, em particular no jornalismo.

## **4.2. O Imediatismo da internet**

Define-se o Jornalismo como a prática de coletar, redigir, editar e publicar informações sobre eventos atuais. Portanto, um dos principais valores dessa profissão é a atualidade. Segundo Lopes (2010, p. 1) “o jornalismo é orientado para o relato dos fatos de atualidade”. Para a autora a atualidade é um dos cinco valores básicos nos quais o jornalismo é fundamentado, em simultâneo com outros dois fatores relacionados com o tempo: a novidade e a periodicidade.

É nessa linha que Traquina (2002, p. 147) afirma que “se o campo jornalístico fosse um país, (...) a paisagem desse país estaria marcada, por tudo quanto é sítio, pela presença de relógios”. Esta frase faz referência ao imediatismo e à sua importância enquanto um valor do jornalismo. Para o autor (2002, p. 149) “o fator tempo constitui o eixo central do campo jornalístico”. O autor explica ainda como esse eixo age como condicionante para todo o processo de produção de notícias.

---

<sup>9</sup> Hipertextos permitem ao leitor uma navegação livre, de forma não linear, assim como Lévy (1999) referira

O imediatismo é uma das principais qualidades do jornalismo na Internet, mas não surgiu com o novo meio. Até o ano 1930, as notícias eram divulgadas apenas pelos jornais e revistas impressos. Os jornais diários publicavam informações do dia anterior, enquanto os semanais, quinzenais e mensais, ofereciam um conteúdo mais profundo sobre temas e acontecimentos que estavam em discussão na atualidade. Porém o surgimento da rádio e da televisão possibilitaram o aumento da velocidade de produção e divulgação de informações. A Internet, por sua vez, possibilitou ao mundo que as informações chegassem ao público no exato momento do acontecimento.

Portanto, no jornalismo online, o tempo é um fator crucial e muitas vezes cria constrangimentos, nomeadamente, a manutenção dos valores éticos, de compromisso para com a verificação dos fatos, entre outros que são ameaçadas pela corrida contra o tempo.

A velocidade é consumida como fetiche, pois chegar na frente torna-se mais importante do que dizer a verdade: a estrutura industrial da empresa jornalística está montada para atender esta lógica (Moretzsohn, 2002, p. 120).

Da mesma forma Zurcher (2014) afirma que o imediatismo é um dos “perigos” apresentados no jornalismo digital. Neste caso, o “perigo” mencionado pelo autor, diz respeito a disseminação e a transmissão de informação sem a confirmação se se trata de uma informação verdadeira ou não por causa da pressão em noticiar os acontecimentos antes dos concorrentes. Esta pressão em escrever rápido para ser o primeiro, deixa pouco tempo para fazer o trabalho jornalístico que, há algumas décadas, seria considerado indispensável. Para Ferrari (2003) o maior erro do jornalismo online é a corrida para oferecer notícias de última hora o mais rápido possível. O autor defende que os leitores não se importam com quem publicou primeiro a informação, mas importam com a informação de qualidade, uma vez que uma notícia incompleta, superficial ou sem contextualização não causa boa impressão. É sempre melhor colocá-la no ar com qualidade, ainda que dez minutos depois dos concorrentes (Ferrari, 2003, p. 49).

Da mesma forma pensa Lopes (2015) que aponta os riscos apresentados pelos “imperativos da velocidade”. “Face a um desenfreado caudal de informação que jorra em permanência online, os jornalistas precisam de ser mais seletivos, precisam de confrontar mais fontes, precisam de

apurar mais o que se divulga”, alerta a autora (2015, p. 42). Um outro fato, é que nos últimos anos, a Internet proporcionou facilidade e liberdade à sociedade para expor o que bem entende. E perante o “ruído” proveniente da Internet, que permite qualquer um pronunciar-se para públicos que têm o potencial de ser grandes, por exemplo através da rede social Facebook, Ananny (2013) defende a importância de um silêncio cuidadoso nos órgãos de comunicação social. O autor sugere que, perante o caos, os jornalistas “não perguntem apenas “será verdade?” mas também “porque é importante que isto se saiba agora?” (Ananny, 2013).

Na maioria das vezes, a forma como as notícias são relatadas e consumidas no jornalismo digital é semelhante à forma como é feita nos media impressos e televisivos.

Os desafios geralmente estão relacionados à velocidade com que as publicações acontecem, na competição que os jornalistas enfrentam e nas dificuldades de colocar as notícias diante de leitores e ouvintes.

A capacidade de qualquer pessoa com um telemóvel transmitir um acontecimento ao vivo ou tuitar uma opinião cria um grande desafio para o jornalismo na era digital. Opiniões tomadas como fatos, sem nenhuma pesquisa, levam à disseminação de informações erradas que, muitas vezes, recebem mais atenção que os próprios fatos.

### **4.3. Fake news ou notícias erradas?**

Nas redes sociais ainda se enfrenta o dilema da responsabilidade que as plataformas têm na disseminação de desinformação, plágio, discurso de ódio e conteúdo enganoso.

Uma matéria divulgada na página “Lusa explica – Combate às fake news” explica esse fenómeno e o que o diferencia das “notícias”.

Na tradução literal do inglês significa "notícias falsas", embora esta definição, para os jornalistas, seja uma contradição: se for mentira ou falsificada (outro significado de 'fake'), não é notícia. Em alternativa, pode também dizer-se "informações falsificadas", conceito que remete para manipulação. As notícias erradas são resultado de um erro ou uma inexactidão não intencional da parte de um jornalista, enquanto as 'fake news' são informações falsificadas

com fins políticos, económicos ou outros. <https://combatefakenews.lusa.pt/perguntas-e-respostas/>.

A mesma fonte explica como se propagam: Através das redes sociais, Twitter, Facebook ou por aplicações mais fechadas como o WhatsApp. Há 'sites' dedicados a notícias falsas, sediados em países europeus, mas com o ip registado no Texas, por exemplo, de onde partiram centenas de notícias manipuladas. Em alguns casos, esses “sites” têm uma aparência e siglas idênticas aos dos “media” reais.

#### **4.4. Influência das Redes Sociais no Jornalismo e na formação da Opinião Pública**

As redes sociais oferecem uma plataforma para a disseminação instantânea de informações, permitindo que os usuários compartilhem notícias, opiniões e conteúdo de maneira amplificada. Isso tem alterado profundamente o papel dos jornalistas e dos meios de comunicação tradicionais.

Por um lado, as redes sociais democratizam a produção de conteúdo, permitindo que qualquer pessoa se torne um "repórter" ou criador de opinião, o que pode ampliar a diversidade de perspectivas. No entanto, também aumentam o risco de desinformação e notícias falsas, dado o difícil controle sobre o que é compartilhado.

O jornalismo, por sua vez, tem enfrentado desafios para se adaptar a esse novo ecossistema. Muitos veículos de comunicação têm recorrido às redes sociais para atingir públicos maiores, mas isso também tem levado a uma pressão pela velocidade e quantidade de publicações, muitas vezes em detrimento da qualidade da informação.

A formação da opinião pública também tem sido afetada, uma vez que as redes sociais promovem a criação de bolhas informativas, onde as pessoas tendem a ser expostas apenas a conteúdos que reforçam suas crenças pré-existentes, o que pode intensificar polarizações e diminuir o espaço para o diálogo construtivo.

Em suma, as redes sociais alteram profundamente o jornalismo e a formação da opinião pública, trazendo tanto oportunidades quanto desafios. A convivência entre as novas dinâmicas digitais e o jornalismo tradicional requer uma reflexão sobre como balancear a liberdade de expressão com a responsabilidade e a precisão das informações.

A Internet trouxe consigo as redes sociais, uma ferramenta “poderosa” de comunicação que se enquadram na sociedade atual, em particular no jornalismo.

A influência das redes sociais no jornalismo e na formação da opinião pública tem sido um fenômeno crescente, com implicações significativas para a sociedade

## Capítulo 5. - CONTEXTUALIZAÇÃO, METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

### **5.1. O Crime de “Monte Txota”**

No dia 25 de Abril de 2016, Manuel António Silva Ribeiro, mais conhecido por Antany, assassinou oito militares (seis soldados, um cabo e um sargento) e três civis, no destacamento militar de “Monte Txota”, em Rui Vaz, concelho de São Domingos, na ilha de Santiago, em Cabo Verde. Dos três civis, dois eram espanhóis e um cabo-verdiano, que prestavam serviços nas antenas daquele centro de telecomunicações. Totalizaram 11 mortos, fazendo com que o caso se torne no maior assassinato em série no país da “Morabeza”. Um acontecimento sem antecedentes na história de Cabo Verde, que chocou o país e fez eco além-fronteira. Antany Silva estava em serviço de sentinela e o “amargo de boca”, causado por ter perdido um confronto físico contra um dos seus colegas, teimava em não desaparecer. Era aliás por causa disso que tinha ficado no posto de serviço, ao invés do vencedor. A humilhação sentida pela derrota e agravada pelo gozo dos outros militares ensombrou-o, bem como o sentimento de

injustiça pela decisão do Sargento de trocar o serviço. Enquanto todos dormiam, exceto o cozinheiro, que já se levantara eventualmente para fazer o pequeno-almoço, Antany fez a sua primeira vítima. Revela que matou o cozinheiro com arma branca e, de seguida, disparou contra os restantes militares, que se encontravam deitados. Seis soldados morreram em cima da cama e os dois restantes no chão: um à porta e o outro debaixo da cama, na tentativa de fugir das balas.

Antany cumpriu assim, o que teria afirmado. Sempre disse que ia matá-los, mas, estas ameaças não foram levadas a sério. Após matar os colegas, dirigiu-se ao quarto do sargento e apanhou as armas dos oito militares mortos, que normalmente eram recolhidas e guardadas pelo sargento, além de uma caixa contendo mais de mil munições e ficou a aguardar a chegada dos técnicos civis, dois espanhóis e um cabo-verdiano, que há cerca de um mês faziam trabalhos na estação de comunicação em “Monte Txota”, onde se encontram as antenas das rádios e televisões e outras instituições do país. A estratégia era apoderar-se da viatura e fugir do local, com todo o armamento que já estava no seu poder. E assim fez. Entre as 8h30 e 9 horas de terça-feira, chegaram ao destacamento militar os técnicos espanhóis: Angel Martinez Ruiz e David Sanches Zamarreno - que prestavam serviço à CV Telecom -, acompanhados do professor universitário cabo-verdiano e assistente Danielton Monteiro num “Terios” branco, alugado, para fazer trabalhos de manutenção num dos radares instalados no local, o militar contou a um familiar que exigiu a viatura, mas que os ocupantes terão resistido, por isso, disparou a matar. O professor ainda tentou fugir, mas, o esconderijo revelou-se num beco sem saída e foi, também, morto a tiro, totalizando as 11 vítimas (uma degolada com arma branca e as outras mortas com tiros de uma espingarda automática AKM e de uma pistola Makarov)”. Depois do massacre, Antany terá saído do isolado planalto de “Monte Txota”, via S. Domingos.

Segundo uma moradora de Rui Vaz, o “Terios” foi visto a passar entre as 10 e 11 horas em alta velocidade e por pouco capotava, ao fazer uma curva nessa zona.

Em São Domingos, Antany embateu com o carro em pelo menos dois “hiaces” na estrada principal de Várzea da Igreja. Segundo “Djenis” – condutor de um “hiace” que seguia no sentido Assomada-Praia –, quando parou à berma da estrada de São Domingos para deixar

passageiros, o veículo conduzido por Antany, após ultrapassar uma carrinha parada diante duma agência bancária, bateu no para-choques do seu “hiace”. O militar, no entanto, não parou e seguiu em direção à cidade da Praia.

De imediato, o hiacista desceu do carro e apanhou uma boleia num “*Ford Ranger*” para tentar parar o carro em fuga. “Durante o percurso informei a Polícia de São Domingos do sucedido, no sentido de acionarem os agentes que estavam na estrada de Ribeirão Chiqueiro para deterem a viatura. Só que Antany não parou quando viu os agentes. Logo, deixei o “*Ford Ranger*” e apanhei boleia no carro de um colega de volta a São Domingos, onde deixara o meu hiace com os passageiros”, conta.

A **descoberta do crime** teria acontecido mais de 24 horas depois.

Os técnicos da CV Telecom quando chegaram a Monte Txota, estranharam o facto de não terem sido recebidos por nenhum militar à porta do destacamento, como era habitual, por isso, acionaram o Comando da 3ª Região Militar na Praia, que logo colocou uma equipa no terreno para averiguar o que se passava. Coincidência ou não, a Polícia Nacional da Praia entrou em contacto com as FA informando que haviam encontrado uma viatura de marca Terios na Cidadela com uma mochila contendo oito armas e uma caixa com mais de 1000 munições.

A viatura alugada a uma empresa da Praia teria sido abandonada naquela segunda-feira, 25, alegadamente, pelo autor do crime. Segundo testemunhas no local, Antany teria recebido apoio de duas pessoas para empurrar o carro que tinha parado o motor, alegadamente por falha mecânica. Incapaz de pôr a viatura a funcionar, deixou-a no local. Não se sabe como lá chegou, mas o certo é que ele foi à casa da irmã no Palmarejo, onde ficou à espera de que a notícia se espalhasse. O militar teria mostrado à família fotografias dos corpos das vítimas, no telemóvel, tendo se assumido como o autor do massacre.

Assim, que a informação começou a circular, Antany saiu de casa e ficou a deambular pela cidade da Praia de táxi, tendo deixado a sua metralhadora AKM na residência da irmã.

É noticiado que em casa dos familiares fora encontrado armamento. As Forças Armadas, em conferência de imprensa, no sábado, especificam: “Por volta das 16h10 de dia 26, no âmbito das buscas, procedeu-se a recolha de uma AKM, três carregadores, dois contendo 30 munições

cada e um com 11, na residência do Sr. Zezé e dona Graciete, na zona de Monte Vermelho, local de residência do soldado Manuel António Silva Ribeiro”.

Segundo fonte policial, o visado refugiou-se numa barraca no bairro de Coqueiro. Ao ver que estava sendo perseguido, apanhou um táxi - alegadamente fazendo o motorista de refém - e ficou por cerca de três horas a circular pelas ruas da capital, até ser detido por policiais e militares na zona da Fazenda. Estava disfarçado com uma peruca quando foi capturado.

Tanto o “semanaonline” como o Expresso das Ilhas trouxeram uma cronologia dos acontecimentos do caso “Monte Txota”. Entretanto, os mesmos jornais levantam algumas questões: **“Como é que ele conseguiu matar, sozinho, oito militares?”** Alguns, acharam que o treino nos videojogos que ele jogava compulsivamente o tenha ajudado no terrível feito. Ele próprio se intitulava “*sniper*” no seu perfil de Facebook, o que significa em português “atirador” - um membro das Forças Armadas ou da força policial que é especializado em tiros de longa distância e precisão.

As autoridades também não explicaram como é que ele, que não possui carta de condução, conseguiu conduzir na estreita e inclinada estrada que liga Rui Vaz a São Domingos. **Se ele nunca conduziu um carro, como é que conseguiu chegar à capital do país?** “Quem conhece a estrada de Monte Txota sabe que não é fácil percorrê-la, já que possui muitas curvas perigosas”, questiona uma internauta. O assassino confesso, também, teria explicado que aprendera a conduzir nos videojogos. Mas, esta tese continuou a levantar dúvidas e questionamentos.

Os militares em Monte Txota ficam no destacamento durante uma semana. Tinham entrado numa quarta-feira e saíam na seguinte, dia 27. No Sábado, o comandante da 3º Região Militar, Carlos Monteiro, havia feito uma visita surpresa aos soldados. Nada de anormal se passava, constatou. Também nenhuma situação anómala foi registada no domingo, pelo guarda operativo.

Na segunda-feira, já por volta das 18h (depois do crime), o oficial de dia, não conseguiu estabelecer comunicação com Monte Txota. Não era a primeira vez que a comunicação não funcionava. Em conferência de imprensa o próprio comandante da 3º região militar, Carlos Monteiro, corroborou que às vezes há problemas de comunicação.

“Monte Txota fica num ponto elevado e por causa das condições climatéricas meteorológicas, há avarias técnicas. Isso tem acontecido. Quando acontece, no dia seguinte os técnicos da Telecom vão lá e faz-se a reparação”, contou Monteiro.

Ninguém esperou o pior. Aguardou-se pelo dia seguinte. As críticas a esta falta de comunicação com o destacamento acumulam-se.

Na terça-feira de manhã, 26, uma equipa da CVTelecom chegou a Monte Tchota e deparou-se com o destacamento militar abandonado, sem militares à vista. As Forças Armadas foram avisadas e enviaram uma força para o local. O estado era de Alerta Máximo e procedeu-se ao “reforço de todas as infra-estruturas críticas sob responsabilidade da Guarda Nacional”, conforme divulgou, o Coronel Jorge Martins Andrade, Comandante da Guarda Nacional.

O Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, major-general Alberto Fernandes, que estava ausente do país, em missão de serviço em Moçambique, foi também avisado do desaparecimento do pessoal do destacamento.

**Figura 3.**



**Por esclarecer** está o momento do abandono do carro (o soldado abandonou a viatura antes

ou depois de ir dormir a sua casa?) e das armas (porque deixou armamento no carro?). O aparecimento desta viatura adensava o mistério para as FA que ainda pouco ou nada sabiam sobre o que se passava. Um contingente da Polícia Militar (PM) juntou-se à PN, na Cidadela.

Entretanto, uma equipa de seis fuzileiros chegou ao destacamento de Monte Txota onde já estavam elementos da Polícia Judiciária (PJ), Protecção Civil e Bombeiros e deparou-se com o cenário de horror. Por volta das 13h00, começava uma reunião, convocada pelo Ministro da Defesa na qual foi constituído um Gabinete de Crise encarregado de ir “seguindo o desenvolvimento da situação e a coordenação das operações”. Mais ou menos por essa altura, a *OceanPress* noticiava em primeira mão as mortes em “Monte Txota”. Numa primeira fase, dizia o site noticioso, a tese era de atentado terrorista. O jornal eletrónico “A Semana”, por sua vez, associava a chacina ao narcotráfico.

#### Figura.4



Fonte: Google

A informação era escassa, mas as notícias relacionadas com o caso começaram a proliferar por vários Órgãos de Comunicação Social nacionais e estrangeiros. Houve inclusive alguma desinformação. As autoridades ainda em silêncio. Elas próprias ainda estavam a tentar perceber o ocorrido e sua dimensão.

Nessa fase, já tinha sido apurado que o soldado desaparecido e suspeito do massacre era o fuzileiro Manuel António Silva Ribeiro, Antany.

Ao final da tarde, o Governo, através do Ministro da Administração Interna Paulo Rocha, informava que o ataque tinha sido cometido por um militar, devido a “motivações pessoais”.

No mesmo comunicado à imprensa, o governante confirmou as 11 mortes, das quais oito militares.

Começava a “caça ao homem”, com o envolvimento de forças militares, PN (Polícia Nacional) e PJ (Polícia Judiciária). Antany Silva já teria pernoitado em sua casa e depois feito um refém.

O taxista Rodney acabara de parar a viatura para que um passageiro descesse, quando logo entrou um outro. Era Antany, encoberto com um chapéu e uma peruca. Nada fazia prever o que se passaria nas horas seguintes, mas o mau-cheiro que exalava o novo “passageiro” começou-lhe a parecer suspeito, contou à TCV, numa longa entrevista conduzida pela Jornalista Deolinda Freire. Para se livrar do incómodo passageiro, disse que teria de ir buscar um outro passageiro e foi então que o disfarce caiu. Antany ter-lhe-á mostrado a arma, uma Makarov, e sob ameaça de morte, ordenou-lhe que fizesse tudo o que mandava.

Diz-lhe então que fosse para Achada Grande Trás, para a zona do Portinho, na Praia, que é um lugar isolado. Temendo ser abatido nesse local, Rodney tentou argumentar. “Disse-lhe que se ficássemos parados num lugar, a PN poderia suspeitar de nós. Ele concordou e decidimos então ficar dentro da cidade da Praia, sobretudo na zona baixa”, contou o taxista. Circularam ao longo de três horas, durante as quais tentou conquistar a confiança do soldado. E terá conseguido.

No táxi, o soldado confessou a Rodney que pretendia matar o comandante da 3ª Região Militar de Cabo Verde, o tenente-coronel Carlos Monteiro, e também o padrasto. Iria fazê-lo por não suportar injustiças, justificou. Queria ainda despedir-se da irmã.

Depois do desabafo, Antany pediu-lhe que lhe arranjasse algum dinheiro e lugar para ficar, e acreditou quando Rodney lhe disse que tinha um amigo a quem podia pedir a chave de um quarto e algum dinheiro.

Ainda segundo o relato do taxista, foram a casa desse amigo, na Fazenda, e o Rodney saiu da viatura. Subiu ao terraço da casa e chamou a polícia. Esta terá demorado 25 a 30 minutos a chegar. Antany ainda **tentou arrancar com o carro, mas acabou por ter um acidente**. Tentou fugir a pé. Foi então que cerca de 20 elementos das forças de segurança, alguns dos quais à paisana, o encurralaram, não lhe dando tempo de reagir. Os ponteiros do relógio marcavam 13h35 do dia 27. Havia decorrido mais de 48 sobre o início da tragédia.

## 5.2. Perfil do autor do crime

Figura 5. Perfil Antony Silva



**“Introspectivo, de poucas palavras e nas redes sociais identifica-se como “Sniper” (atirador na gíria militar)**

Manuel Silva Ribeiro, também conhecido por **Antany Silva**, quando matou 11 pessoas, em 2016, tinha 23 anos. O jovem soldado é natural da Cidade da Praia e filho de pais originários da Ilha do Fogo. A mãe é emigrante nos Estados Unidos. Antany Silva tinha entrado nas Forças Armadas há um ano. Quando a sua mãe emigrou para os EUA, ele ainda era criança. Nunca mais viu a mãe. O pai suicidou-se com um tiro na cabeça à sua frente, quando ainda era criança. Antany Silva cresceu com um padrasto em relação ao qual desenvolveu um sentimento de ódio profundo, por motivo até ainda desconhecido. Ele teve uma namorada que ficou grávida, teve um filho que nasceu prematuro e veio a falecer sem que tivesse a oportunidade de o conhecer. Um indivíduo com laços (ou vínculos) sociofamiliares bastante frágeis, segundo o psicólogo Jacob Vicente, que “pode diminuir e muito o seu nível de comprometimento social” (o que até agora consta, ele preocupava-se apenas com a sua irmã, com a qual morava no bairro do Palmarejo).

“Estamos perante um homem aparentemente com um alto grau de conflitos intrapsíquico e conseqüentemente com um elevado nível de recalçamento, uma vez que é caracterizado como um indivíduo introspectivo, de pouco convívio social, não pertencente a nenhum grupo social. Enfim, um indivíduo que nunca conseguiu estabelecer um laço ou vínculo social duradouro com ninguém, o que a nível sociofamiliar pode levar-nos a considera-lo alguém despojado desde sempre de amor, carinho, afeto, cumplicidade, etc., sentimentos necessários para que todos nós nos possamos sentir humanos e comprometidos com o nosso bem-estar e o dos outros”.

Psicólogo **Jacob Vicente**

(Jornal Asemanaonline-12 Maio 2016)

### 5.3. Metodologia

Para alcançar o nosso propósito, pensamos que é preciso adotar três recursos metodológicos fundamentais: pesquisa bibliográfica, análise de conteúdo (quantitativa e qualitativa) e servir-nos-á de suporte também o modelo de análise de discurso. Servir-nos-á de suporte a entrevista. Esta técnica metodológica qualitativa, é uma “fonte de matéria-prima” imprescindível (Foddy, 2002: 11), uma vez que fornece “material empírico rico e denso o suficiente para ser tomado como fonte de investigação” (Duarte, 2004: 216).

Ferreira (2014) considera, deste modo, que a entrevista “mais do que recolher informação” realista” sobre factos, permite o acesso a uma narração que os comenta, valoriza, interpreta, relaciona e contrasta com outros factos” (Ferreira, 2014: 984).

No tratamento de dados é usada a análise de conteúdo, segundo o modelo mencionado pelo autor BARDIN (2009-2011).

Para a Televisão, vamos recorrer a metodologia televisual de Beatriz Becker (2016). Ela apresenta uma importante abordagem no campo da análise televisual, destacando as formas de representação e os modos de produção do discurso mediático. Sua proposta teórica se fundamenta na compreensão de como os elementos audiovisuais — como imagem, som, narrativa e montagem — interagem para construir significados e influenciar a percepção do público.

Do ponto de vista prático, lançamo-nos no desafio de analisar as notícias sobre o caso de “Monte Txota” veiculadas no Jornal da Noite da TCV e nos jornais online: A Semana, Expresso das Ilhas, Terra Nova, mas também o extinto “*Ocean Press*” que deu a informação em primeira-mão. Amparamo-nos ainda em bibliografias e sítios de internet que abordam o tema, além de algumas entrevistas aos jornalistas e responsáveis dos órgãos de comunicação social. A entrevista é realizada tanto presencialmente, como virtualmente pelo aplicativo WhatsApp.

Depois, procuraremos traçar o perfil do principal envolvido no caso para dimensionar a gravidade da ocorrência, desde a análise contextual em si, às práticas sociais, nomeadamente o processo do recrutamento militar, os maus-tratos nas FA e o funcionamento da instituição castrense. Não aprofundaremos estes pontos, já que o nosso foco são as notícias falsas veiculadas durante a cobertura mediática. Nas considerações finais, vamos recorrer ao cruzamento dos conceitos teóricos com os dados obtidos a partir da análise para sintetizar o resultado da pesquisa. Isso, numa reflexão a respeito dos aspetos mais relevantes provenientes da pesquisa. A investigação vai incidir sobre a cobertura mediática do Massacre de “Monte Txota” nos referidos órgãos de comunicação social, entre as edições de 26 de abril e 03 de novembro.

Deste modo, a partir das notícias e de entrevistas aplicadas a jornalistas e responsáveis de informação da TCV, analisou-se o desempenho da televisão pública na representação mediática do caso “Monte Txota”. As reportagens do Jornal da Noite foram visualizadas a partir dos vídeos encontrados nos arquivos da TCV, disponibilizados pelas funcionárias Ana, Nanda e Janice, com a devida autorização da diretora deste canal público de televisão, Dina Ferreira.

Para que possamos alcançar o nosso objetivo, levantou-se a seguinte pergunta de partida: **De que forma os media desempenharam o seu papel na cobertura do massacre de “Monte Txota”?**

Quisemos saber o que poderá estar na origem das informações falsas ou erradas e com que objetivo foram divulgadas? Tentamos perceber, também, se houve profundidade no tratamento do caso e o seguimento das notícias?

Centraremos a pesquisa no massacre de “Monte Txota,” ocorrido em 2016. Um caso sobre o qual foram noticiados factos que mais tarde seriam desmentidos por não corresponderem a realidade, muito por conta de terem sido divulgados à pressa, sem se ter em conta a devida verificação das informações.

O **objetivo geral** é analisar a cobertura mediática do “Massacre de Monte Txota”, com base nas notícias publicadas nos Jornais Online e na Televisão de Cabo Verde (TCV).

Nos **objetivos específicos**, pretendemos:

- Estudar o papel dos media e o seu impacto;
- Verificar a questão da qualidade de informação, ética e responsabilidade dos media
- Entender até que ponto o imediatismo da Internet pode induzir a falhas jornalísticas.
- Identificar as notícias falsas ou erradas - origem.
- Perceber quais os entraves ao Jornalismo de investigação e a falta de seguimento das notícias
- Perceber se as eleições influenciaram a cobertura do caso em estudo

Neste trabalho que visa analisar a cobertura mediática do caso em estudo, também propomos uma reflexão sobre o papel dos jornalistas e os processos de produção noticiosa, além de tentar compreender a influência do imediatismo possibilitado pela internet na formação da opinião pública e na prática jornalística.

A diversidade de atores e os argumentos presentes na cobertura mediática ilustram a relevância e as tensões existentes no que se refere ao papel dos Media. A nossa ideia inicial era analisar as notícias nos três jornais mais conhecidos no país (generalistas), na sua versão online: A Semana, Expresso das Ilhas e A Nação, mas infelizmente acabamos por desistir do A Nação devido a dificuldade de acesso ao material, visto que o site anterior foi desativado. Em relação ao *Ocean Press*, já tínhamos no arquivo a primeira notícia e o Jornal Terra Nova tem todas as publicações na página que ainda se encontra funcional.

Feitas as apresentações dos caminhos metodológicos seguidos para elaboração e tratamento dos dados para esta dissertação, a seguir apresentaremos o historial e a caracterização dos jornais online e da Televisão que serviram de objeto estudo.

#### **5.4. Caracterização dos jornais em estudo**

Em 2016, ano do massacre de Monte Txota, o país contou, com três semanários, A Nação, Expresso das Ilhas e A Semana, sendo que este foi editado até 25 de novembro, após 26 anos

de atividade. Contou, ainda, com um mensário, Terra Nova, e um jornal/revista bimestral, Artiletra. O Terra Nova é um jornal da Igreja Católica, que também retrata assuntos do quotidiano e informação geral. Já o Artiletra é temático, dedicado à educação, cultura e investigação, com realce para a história de Cabo Verde. Num mercado fortemente afetado pelos concorrentes clássicos da imprensa escrita, a rádio e a televisão, e também pelos meios de comunicação emergentes, a internet, aliada a uma queda acentuada dos hábitos de leitura, os jornais têm enfrentado muitas dificuldades, nos últimos anos, registando-se quedas nas receitas de publicidade e aumento das dívidas principalmente ao fisco, apesar de contarem com incentivos do Estado. A este quadro de fraca previsibilidade financeira, juntam-se, para alguns jornais, constrangimentos em termos de condições de produção, dado que são na sua maioria impressos fora do país. Todos os semanários citados estão em formato digital e é precisamente Expresso das Ilhas e A Semana, Terra Nova que recaem o estudo. De referir que o “A Nação impresso que foi suspenso, durante a pandemia da Covid 19, está a tentar regressar às bancas aos poucos. O link do portal também já não é o mesmo. Neste momento (setembro de 2024) apenas o Jornal Expresso das Ilhas é impresso semanalmente.

#### 5.4.1. A Semana Online

Figura 6.



O Jornal *A Semana Online* é uma publicação digital, criada em 2005, visando informar e analisar os principais acontecimentos em Cabo Verde e no mundo, com uma abordagem focada em temas locais, mas também com cobertura internacional. Seu conteúdo é voltado para um público geral, abordando diversas categorias como, atualidade, política, social, economia, desporto, cultura, internacional.

A sua presença no ambiente digital, permite uma atualização constante de notícias e facilita a interação com os internautas, que podem comentar as matérias. A publicação busca sempre oferecer um jornalismo de qualidade, com um compromisso com a veracidade e a análise

crítica dos acontecimentos.

Além disso, o *A Semana Online* tem como objetivo destacar questões relevantes para a sociedade cabo-verdiana, levando em consideração os interesses e desafios enfrentados pelo país. Ao mesmo tempo, a publicação se insere no contexto global, trazendo uma visão internacional que complementa a compreensão do leitor sobre os fatos e tendências que impactam Cabo Verde e o mundo.

Em termos de estilo, o jornal adota uma linguagem clara e objetiva, prezando pela seriedade e credibilidade na cobertura dos assuntos abordados.

O *A Semana Online* é um dos pioneiros no formato digital em Cabo Verde. Também na sua versão impressa é o jornal privado mais antigo de Cabo Verde. Propriedade da Nova Editora SA, o *A Semana* surgiu em 1991, ano da abertura política e das primeiras eleições multipartidárias, em que o PAICV, que governava em regime de partido único, perde o poder dando lugar ao MPD. Era o semanário “com maior penetração no mercado mediático cabo-verdiano e com alguma audiência na diáspora, com particular destaque para a comunidade cabo-verdiana nos Estados Unidos da América. Com uma tiragem de 5 mil exemplares, foi um dos principais responsáveis pela mediatização da política no arquipélago. O jornal *A Semana* é um dos jornais mais completos do país, contando com vários suplementos, que completam o caráter generalista.

Neste momento, existe apenas a versão online do *A Semana*: [www.asemana.cv](http://www.asemana.cv) permanece em funcionamento. Com o encerramento da edição em papel será preciso uma aferição independente para saber se continua a ser o mais importante periódico digital cabo-verdiano, como era até aqui apontado. O atual diretor do *A Semana* é Alírio Dias de Pina, um jornalista antigo da casa.

*A Semana* é o que mais tempo se manteve de pé, 26 anos, tendo em conta que o primeiro número deu à estampa em 26 de abril de 1991. Durante todos os anos em que foi publicado, o *Jornal A Semana* foi identificado como sendo próximo do PAICV, ganhou com o tempo a credibilidade e passou a ser o jornal mais lido em Cabo Verde.

## 5.4.2. Expresso das Ilhas Online

Figura 7.



O Expresso das Ilhas é um jornal semanário cabo-verdiano, privado, generalista, com abrangência nacional e que sai às bancas às quartas-feiras. O Jornal impresso surgiu em 2001, num contexto de alternância política em Cabo Verde. Ou seja, depois do MPD, que estava no poder há dez anos, ter perdido as eleições. Tem uma tiragem de 3 mil exemplares. Segundo o seu estatuto editorial, caracteriza-se por ser “um jornal de informação, independente dos poderes político e económico, cuja linha editorial é orientada por critérios de rigor e seriedade, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política ou económica”. Defendendo ainda “um jornalismo de qualidade, com profundo sentido deontológico, baseado no rigor e na isenção, e recusa o sensacionalismo, a perseguição pessoal, o boato e a calúnia”.

Expresso das Ilhas é propriedade da Media Comunicações, SA. e tem a sua sede em Achada de Santo António, Cidade da Praia. É caracterizado por “ter uma componente política muito forte”. Ou seja, é conotado com o MpD.

A missão que este grupo (Media comunicações) visava para o jornal Expresso das Ilhas era lutar por um jornalismo plural em Cabo Verde. O fim da monopolização do sector da comunicação social em Cabo Verde por parte do governo da época era o principal objetivo daquele jornal que, apesar de jovem em comparação com as outras publicações nacionais, o periódico já contava com um público fiel e interessado pelo ponto de vista deste órgão. Entretanto, conforme pode-se ler na sua linha editorial, “o jornal procura estar junto aos problemas do cabo-verdiano e afirma-se como um órgão que não faz oposição ao governo, apenas dá voz ao povo mais oprimido”.

Encontra-se no site [www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv)

### 5.4.3. *Ocean Press*

O *Ocean Press* era um jornal online de Cabo Verde que se destacava por sua abordagem crítica e informativa sobre os acontecimentos locais, nacionais e internacionais. Fundado com o objetivo de fornecer uma fonte de notícias atualizadas e de qualidade, o site abrangia uma variedade de temas, incluindo política, economia, cultura e sociedade, com especial foco em questões relevantes para o arquipélago e a diáspora cabo-verdiana.

Além de ser um meio de comunicação importante, o *Ocean Press* também buscava promover a participação cívica e o debate público, oferecendo uma plataforma para a livre expressão e discussão de ideias. Seu estilo jornalístico tinha uma forte ênfase na objetividade, embora, como muitos veículos de comunicação independentes, também fosse conhecido por sua postura crítica em relação ao governo e às autoridades, sempre buscando proporcionar uma visão plural e diversificada dos fatos.

Com o tempo, o jornal foi ganhando notoriedade na comunidade cabo-verdiana e nas redes sociais, tornando-se uma das referências no cenário informativo do país. No entanto, como muitos veículos de mídia online, enfrentou desafios relacionados a recursos financeiros e sustentabilidade, o que acabou impactando sua continuidade.

**Figura 8.**



(Imagem promocional da página, retirada da internet)

O *Ocean Press* (com sede na ilha do Sal), surgiu o seu primeiro número em 2014, anunciou a “suspensão temporária”, com a promessa de um breve regresso, em novembro 2016, mas ainda continua fora do ar.

### 5.4.5. Jornal Terra Nova

**Figura 9.**



Terra Nova, um periódico religioso mais antigo, ligado à Igreja Católica, de periodicidade mensal, regular, fundado em 1968, na ilha Brava.

Era propriedade dos Irmãos Capuchinho de Cabo Verde. Este jornal acabou por ser extinto em 1974 e, em pouco tempo, reiniciou a sua atividade com a Independência Nacional, em 1975. Teve a particularidade de ser a única publicação periódica não oficial fundada antes da Independência. Servia-se para a difusão das informações religiosas no sentido de informar e formar a população.

Terra Nova é o jornal ativo mais antigo do país, reativado em abril de 1975, pelos Irmãos Capuchinhos nas pessoas dos freis António Fidalgo de Barros e Paulino Andrade Pina, e tem servido ininterruptamente o país há cerca de 50 anos. O jornal defendeu a independência do arquipélago, lutou contra a ditadura, pôs-se ao lado da democracia.

Suas páginas anunciaram o Cabo Verde independente, os sonhos de um país melhor, os desvios da 1ª República, a queda do comunismo no mundo, o advento da democracia, as grandes descobertas tecnológicas, as crises internacionais e nacionais, a eleição de três Papas. Acompanhou a Igreja de Cabo Verde desde o seu primeiro bispo nativo até o seu primeiro cardeal. Não faltaram as notícias do quotidiano das ilhas e das suas gentes.

O Jornal impresso Terra Nova (propriedade da igreja católica) tem periodicidade mensal. O

portal de notícias online que foca em informar o público com conteúdo relevante sobre diversos temas. Algumas das principais características do jornal incluem:

1. **Cobertura regional e nacional:** O Terra Nova tem um foco no cenário local, mas também abrange notícias nacionais e internacionais, com especial atenção às questões que impactam a sociedade.
2. **Variedade de temas:** O seu conteúdo é abrangente, tentando atender a uma variedade de interesses. O jornal possui, atualmente, as seguintes rubricas: Igreja, Sociedade, Internacional, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desporto, Meio Ambiente, Política, Estilos de Vida e Espiritualidade.
3. **Atualização constante:** Como muitos jornais online, o Terra Nova se caracteriza por ser um portal dinâmico, com atualizações frequentes e notícias em tempo real.
4. **Estilo direto e objetivo:** O jornal busca transmitir a informação de forma clara e objetiva, com textos concisos para facilitar a compreensão rápida das notícias.
5. **Interatividade com o público:** Oferece espaços para interação, como comentários nas matérias e presença nas redes sociais, permitindo que o público participe das discussões.
6. **Acessibilidade e design:** O site é estruturado para facilitar a navegação, com um design simples e adaptável a diferentes dispositivos, como smartphones e tablets.

<https://terranova.cv/>. O seu Diretor é o Frei Gilson Frede.

### 5.4.6. Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde (TCV)

Figura 10.



O Jornal da Noite é sem dúvida o programa informativo com mais audiência no país.

O Telejornal está organizado por editorias. São elas: Política; Economia; Desporto; Sociedade; Internacional, Cultura e Outros. Pretendemos, através da visualização do Telejornal, entender as editorias que têm maior e menor destaque. Acreditamos estritamente necessário definir o que consideramos cada uma das categorias e quais as secções que elas abarcam.

TCV, a primeira e única emissora de serviço público em Cabo Verde até o ano o momento. Atualmente o país tem outras três canais televisivos, além da TCV, a Tiver e a Record Cabo Verde e TVA. A grade de informações na TCV está constituída, atualmente, por dois telejornais, o Jornal da Tarde, o Jornal da Noite. Mas, em 2016 era três, porque havia o Último Jornal. Nesta pesquisa vamos nos debruçar sobre o Jornal da Noite, que vai ao ar desde a década de 1990. Transmitido às 20 horas, de segunda a domingo, o Jornal da Noite é o segundo serviço noticioso do dia e o de maior expressão da Estação. Tem uma duração média de quarenta e cinco minutos, chegando algumas vezes a ultrapassar os sessenta minutos. O Jornal da Noite está dividido em duas partes, sendo que na primeira possui três blocos: o primeiro reservado para as notícias do país, o segundo para as notícias internacionais e o terceiro bloco, para as notícias relacionadas com o desporto, cultura e entretenimento. Atualmente, este programa informativo é apresentado por Marco Rocha e Nazaré Barros. Já em 2016 era comandado pela jornalista Rosana Almeida de segunda a sábado, em alternância (semanalmente) com a jornalista Nazaré Barros. Aos domingos o Jornal da Noite era apresentado por Marco Rocha. A produção do telejornal fica centrada na sede da TCV, na cidade da Praia, capital do país. Mas existem sucursais da emissora em Assomada no interior de Santiago, além de outras ilhas do arquipélago, como São Vicente, Fogo e Sal e que dão cobertura às restantes ilhas. A emissora ainda dispõe de correspondente no exterior, mais

concretamente em Portugal.

Consideramos importante trazer um resumo do historial da TCV. São quatro décadas de história desde o seu funcionamento a 12 de março de 1984 como Televisão Experimental de Cabo Verde. A sua oficialização só aconteceria a 31 de dezembro do mesmo ano. Com o passar do tempo (1 de Junho de 1990), a TVEC (Televisão Experimental de Cabo Verde), depois passou a chamar-se TNCV (Televisão Nacional de Cabo Verde). Mais tarde, com a fusão com a rádio, passou a haver uma única empresa de radiotelevisão cabo-verdiana: a RTC (Rádio e Televisão de Cabo Verde). Atualmente continuam a funcionar como uma única empresa, mas distinguem-se como TCV (Televisão de Cabo Verde) e RCV (Rádio de Cabo Verde). O surgimento da primeira emissora de televisão em Cabo Verde, ajudou a modificar a história do país, embora, as mudanças tenham ocorrido muito lentamente. Foi necessário percorrer um longo caminho até chegar ao efetivo funcionamento da estação de Televisão Pública.

Com uma estrutura inicial mínima, instalações pequenas, apenas 22 profissionais e três emissões por dia com poucas horas, a então TEVEC passou, aos poucos a aumentar o número de funcionários, a frequência e a assiduidade. Começou a funcionar com irregularidade, já que as emissões eram interrompidas constantemente. Entretanto, eram sempre retomadas.

A TEVEC foi evoluindo para uma Televisão Pública Nacional e somando parcerias internacionais, nomeadamente com Portugal, França, Angola e outros países. Em março de 1997, a TNCV foi substituída pela Rádio Televisão de Cabo Verde e Empresas Públicas (RTC-EP). A 24 de abril, o boletim oficial divulgou a criação da RTC. Atualmente a televisão e a rádio possuem estruturas e programações diferentes, mas sob a mesma administração. Hoje a televisão ficou com o nome de “Televisão de Cabo Verde” (TCV).

No início, os funcionários não tinham uma formação adequada e os aparelhos também não eram sofisticados. A maioria dos programas era estrangeira, com produções realizadas pela Rádio Televisão Portuguesa (RTP) e pelo Canal França Internacional (CFI); as telenovelas e seriados eram transmitidos pela brasileira TV Globo, via satélite (Semedo, 2011).

Hoje a Televisão de Cabo Verde encontra-se mais bem estruturada tanto em equipamentos e espaço, como em termos de pessoal qualificado. Além da sede na Praia, a Televisão de Cabo Verde dispõe de delegações em quase todas as ilhas. Emite 24 horas por dia, com programas

nacionais e estrangeiros e tem apostado, também, no jornalismo com alguns espaços de informação, nomeadamente o Jornal da Tarde, Jornal da Noite, Magazines, Debates, Entrevistas, Grandes reportagens e entretenimento.

A TCV continua a ser o serviço de programa, em sinal aberto ou *free to air*, mais acedido por parte dos cidadãos, desde logo também pelo facto de o seu sinal chegar a quase todo o território nacional, segundo vários estudos da AFROSONDAGEM.

### **5.5. Panorama da Comunicação Social, em 2016, segundo o Relatório da Autoridade Reguladora da Comunicação Social (ARC)**

O panorama mediático cabo-verdiano, até 31 de dezembro de 2016, era composto por 56 órgãos de comunicação social, na sua larga maioria propriedade de operadores privados. Em diferentes datas, os jornais digitais *Ocean Press*, Cabo Verde Directo, *Brava News* e *Liberal* suspenderam as suas edições, tendo o semanário “A Semana” também sido suspenso em novembro de 2016 na sua versão impressa.

O ano de 2016 fica, entretanto, marcado pelo fim dado à empresa RTCI, criada pelo decreto-lei n.º 53/2016, de 24 de setembro, em que a Inforpress S. A., com capital social de 50.000.000\$00 foi fundida na Rádio Televisão Cabo-Verdiana, S.A., a 15 de julho de 2016.

O Governo deu por finda a fusão das duas empresas públicas, ficando as RTC a funcionar pelo modelo antigo, em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de radiodifusão e de televisão, assinado em 2013, mediante indemnização compensatória, conforme determinação do n.º 1 do Artigo 2.º do Decreto-Regulamentar n.º 3/2000, de 24 de abril, que aprova os Estatutos da Rádio Televisão Cabo-verdiana, S.A.

**A Inforpress**, que, com a fusão na RTCI, por força do decreto-lei n.º 53/2015, de 24 de setembro, registou a equiparação dos salários com os auferidos na RTC, ainda que a indemnização compensatória/subsídio do Estado seja a mesma antes e depois da fusão, pelo que persistiram dificuldades em relação a meios humanos, financeiros e tecnológicos, o que continua a limitar a ação da agência, que não dispõe de correspondentes em todas as ilhas, já

não tem um site fechado e não está em condições de acrescentar valor ao seu produto, com um novo modelo de fazer o jornalismo da agência e uma aposta nas novas tecnologias para produzir conteúdos em suportes áudio e vídeos.

**Rádio:** Em Cabo Verde, em 2016 operava um total de 26 rádios. Oito são rádios comerciais, temáticas, 2 regionais e 13 comunitárias, havendo duas internacionais com emissões regulares em todo ou parte do território nacional (RTP África e RFI). De entre as rádios comunitárias, a da Ribeira Grande de Santiago, cujo licenciamento ocorreu em dezembro de 2016, ainda não tinha começado a operar e a Rádio Comunitária da Brava encontrava-se suspensa. As maiores dificuldades do setor de radiodifusão sonora em Cabo Verde têm a ver com meios técnicos e financeiros, o que pode perigar a independência que dele se espera face ao poder político e económico. A situação mais preocupante é a das rádios comunitárias, propriedade de entidades da sociedade civil e sem fins lucrativos, que não dispõem de recursos financeiros para suportar o seu regular funcionamento, o que as obriga, quase sempre, a recorrer a apoios das Câmaras Municipais, também colocando em causa a sua independência face aos demais poderes.

**Televisão:** Em 2016, existiam 10 serviços disponíveis em todo o país: cinco em sinal aberto, três por assinatura e duas Web TV, conforme a tabela que se segue.

**TABELA 6. Serviços de programas de Televisão – em 2016**

Sinal Aberto Nacional	Sinal Aberto Internacional	Por assinatura	Web
TCV	RTP África	ZAP TV	Cabo Verde Global
Record Cabo Verde	TV5 Monde	BOOM TV	Green Studio
Tiver		STV	

A RTP África e TV5 Monde são televisões internacionais ou transnacionais que emitem para o território cabo-verdiano em sinal aberto no quadro de acordos entre os respetivos Estados de origem e o Governo de Cabo Verde.

Ainda que a maioria dos operadores de televisão em Cabo Verde seja de iniciativa privada, estima-se, na ausência de dados atualizados ou mais fiáveis, que a TCV continua a ser o serviço de programa, em sinal aberto ou *free to air*, mais acedido por parte dos cidadãos, desde logo também pelo facto de o seu sinal chegar a quase todo o território nacional. Já as duas televisões privadas têm tido grandes dificuldades em cumprir as condições impostas pelos alvarás n.º 1 e 2/VIII/2007, respetivamente, que lhes foi atribuído pelo Governo para exercer a atividade televisiva, em sinal aberto para cobertura nacional.

No quadro do alvará que lhes foi concedido, tinham a obrigação de: numa primeira fase chegar a mínimo de 65% da população, no prazo de 10 meses; na segunda fase: mínimo de 85% da população, no prazo de 24 meses; e na terceira fase: mínimo de 95% da população. Também não dispunham de um quadro de jornalistas acreditados com carteira profissional, e não têm respondido às exigências de programação, edição de conteúdos nacionais que respeitem a equidade de acesso, a produção e transmissão de programas destinados ao público jovem e infantil, educativos e de entretenimento, sem esquecer que a TiVer, principalmente, não tem um quadro de pessoal jornalístico para alimentar o seu programa informativo.

No que tange aos operadores dos serviços de televisão por assinatura, não se têm registado violações ao quadro legal estipulado, salvo casos bem identificados de falta de depósitos, junto da ARC, de contratos de direitos de transmissão de programas estrangeiros no território nacional, ou na situação, já detetada, em que o operador está licenciado para transmitir em DVB-T e emite em sinal não recomendado.

**Jornais impressos:** O país contou, em 2016, com três semanários, A Nação, Expresso das Ilhas e A Semana, sendo que este foi editado até 25 de novembro, após 26 anos de atividade. Contou, ainda, com um mensário, Terra Nova, e um jornal/revista bimestral, Artiletra. Destaca-se que o Terra Nova é um jornal confessional da Igreja Católica, que também retrata assuntos do quotidiano e informação geral. Já o Artiletra é temático, dedicado à educação, cultura e investigação, com realce para a história de Cabo Verde. Num mercado fortemente afetado pelos concorrentes clássicos da imprensa escrita, a rádio e a televisão, e também pelos meios de comunicação emergentes, a internet, aliado a uma queda acentuada dos hábitos de leitura, os jornais têm enfrentado muitas dificuldades, nos últimos anos, registando-se quedas nas receitas de publicidade e aumento das dívidas principalmente ao fisco, apesar de contarem com

incentivos do Estado. A este quadro de fraca previsibilidade financeira, juntam-se, para alguns jornais, constrangimentos em termos de condições de produção, dado que são na sua maioria impressos fora do país, o que coloca dificuldades acrescidas em termos de transporte para Cabo Verde e depois para as diversas ilhas, sem esquecer que, nos seus cerca de 500 mil habitantes, o mercado cabo-verdiano dificilmente poderia exceder 75 mil potenciais leitores.

**Jornais online:** Quanto aos jornais online, além dos sítios na internet em complemento aos jornais impressos, com atualizações diárias – *asemana.publ.cv*, *expressodasilhas.sapo.cv* e *anacao.cv* -, funcionaram, no último ano, o *Nhá Terra*, o *Sports Mídia*, o *Sport Kriolu*, *Notícias do Norte*, *Jornal de São Nicolau*, *Alfa.cv* e *Sapo.cv*. Ainda funcionaram o *Brava News (Brava)*, o *Liberal (Praia)* e o *Cabo Verde Directo*, que suspenderam as suas edições nos finais do primeiro semestre do ano 2016, e o *Ocean Press* (com sede na ilha do Sal) que anunciou uma suspensão temporária, com a promessa de um breve regresso, em novembro.

**Fonte:** Relatório da ARC - 2016

[https://www.arc.cv/arc/upload/old\\_arc/arquivos/relatorios/RELATORIO%20DE%20REGULACAO.pdf](https://www.arc.cv/arc/upload/old_arc/arquivos/relatorios/RELATORIO%20DE%20REGULACAO.pdf)

## CAPÍTULO VI

### Capítulo 6. CASO DE ESTUDO - COBERTURA MEDIÁTICA DO MASSACRE DE MONTE TXOTA NOS JORNAIS ONLINE E NO JORNAL DA NOITE DA TCV

#### 6.1. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é dividida em: qualitativa e quantitativa. O que caracteriza a análise qualitativa é o que se pode deduzir ou o sentido que se pode atribuir às palavras, aos temas, às

personagens etc. Já na análise quantitativa, o que pesa mais na pesquisa é a frequência com que determinados eventos aparecem no discurso.

A Análise de Conteúdo objetiva analisar o que foi dito em meio a uma investigação, construindo e apresentando concepções em torno de um objeto de estudo. A análise do material coletado segue um processo rigoroso frente às fases definidas por Bardin (2011), como: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados.

1. **Pré-análise:** Esta fase envolve a organização e o planejamento do material a ser analisado. Inclui a escolha dos documentos ou dados a serem analisados, a definição dos objetivos da pesquisa e a leitura exploratória para familiarizar-se com o conteúdo. A ideia é preparar o material e os conceitos que serão utilizados nas fases seguintes.
2. **Exploração do Material:** Aqui, o pesquisador começa a organizar as informações coletadas, realizando a codificação dos dados. Este processo envolve a segmentação do conteúdo e a construção de categorias ou unidades de significado que possam ser analisadas em profundidade. A ideia é identificar padrões, temas ou tópicos relevantes dentro do material.
3. **Tratamento dos Resultados:** Na última fase, ocorre a interpretação e a análise final dos dados, com base nas categorias formadas na fase anterior. Essa fase busca organizar e sintetizar os dados de uma forma que permita uma reflexão mais profunda sobre as questões centrais da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

Nos seus escritos, Bardin explora a análise de textos, discursos, imagens e outros dados qualitativos, destacando a importância de categorizar e sistematizar as informações para chegar a conclusões significativas.

A análise das notícias será feita com base em toda a teoria aqui desenvolvida.

Conforme já referimos anteriormente, permite-nos saber a quantidade e a qualidade do objeto em estudo, para depois, tirarmos as conclusões.

### 6.1.1. Categorias em análise

As categorias para as notícias dos jornais online são diferentes para as notícias do Jornal da Noite da TCV. Para os jornais online serão analisadas as seguintes categorias: **Título, Género Jornalístico, Fontes, Infografia.**

Já para o Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde vamos analisar: **Género Jornalístico, Fontes, Editoria, Temática, Espaço e Duração, Discursos.**

### 6.2. Análise das notícias do Massacre de “Monte Txota” – Jornais Online

TABELA 7. Notícias identificadas de 26 de abril a 03 de novembro nos Jornais Online: Expresso das Ilhas, A Semana, Terra Nova e *Ocean Press*

Jornais	Expresso das Ilhas Online	A Semana online	Jornal Terra Nova	Ocean Press	Total
Nº	16	12	20	1	<b>49</b>

De 26 de abril a 03 de novembro de 2016, que é o período temporal do levantamento dos dados para este trabalho, identificamos **49 matérias** publicadas sobre o Massacre de “Monte Txota”, nos jornais online em estudo, sendo que o jornal Terra Nova foi o que mais publicou conteúdos relacionados com essa tragédia **20**, seguido do Expresso das Ilhas com **16**, A Semana com **12** e *Ocean Press* apenas **1**, mas na verdade, segundo o editor foram publicadas pelos menos seis reportagens que agora não se encontram no site.

#### 6.2.1. Análise da primeira notícia sobre Monte Txota, publicada no *Ocean Press*, no dia 26 de abril de 2016

## “Soldados desaparecem do posto de Monte Txota. Três civis mortos”.



**Figura 9.** Notícia disponibilizada pelo Senhor Renato, proprietário da *Ocean Press*, visto que esse jornal foi suspenso desde novembro de 2016.

### Análise do título:

O título chama logo a atenção do leitor e cria expectativas, provocando o prosseguimento para a leitura da notícia. Este título é referencial, contém duas informações distintas e indica o ângulo principal do que será relatado. Neste caso, trata-se da notícia do desaparecimento de oito soldados de uma guarnição militar responsável pela segurança de um dos pontos cruciais do país, além da morte de três civis no mesmo local.

Quando formos ler a notícia completa, notamos uma falta de informações concretas. O leitor fica sem saber o que de facto aconteceu em “Monte Txota” e nem exatamente quando. Nessa linha há uma disseminação e transmissão de informações sem a confirmação se é ou não verdadeira, abordada por Zurcher (2014) como um dos perigos do jornalismo online, por causa da pressão em noticiar os acontecimentos em primeira mão.

## **Análise do gênero jornalístico**

No caso do *Ocean Press*, estamos perante uma notícia vinculada à novidade (oito soldados desaparecem do posto de Monte Txota e três civis mortos). Aliás a peça possui todos os principais valores-notícia enumerados por Escalonilla (2007): atualidade; importância; novidade; proximidade geográfica ou cultural e interesse potencial. O texto possui uma linguagem própria para a Internet, defendida por Concha Edo (2002). Trata-se de uma notícia curta, demonstrando a capacidade de síntese do jornalista que o autor qualifica como sendo um fator primordial em notícias de última hora. Também a “novidade” é entendida, segundo a definição de Traquina (2005), como conceito “central e fundamental” de entre os critérios de seleção das notícias.

## **Análise das Fontes de Informação**

Na notícia do *Ocean Press* não há nenhuma fonte citada. Podemos ver claramente que o jornal se preocupou em dar a notícia em primeira mão (furo jornalístico), sem se importar com a apuração e confirmação dos factos. Isso quando se sabe que o jornalista deve ouvir uma ou mais fontes para não ter dúvidas do que realmente aconteceu, para que se tenha a certeza do que está sendo tratado. Neste caso, deparamos com a precisão de uma fonte que possa atribuir credibilidade à notícia. Não há presença de informações credíveis com fontes também de confiança (autoridade responsável no caso, um indivíduo que tenha presenciado o caso ocorrido ou os familiares das vítimas). Os instrumentos utilizados para a recolha de informações para a notícia foram precários. As marcas de intencionalidade propostas pela enunciação foram sensacionalistas e não responde claramente as questões principais da notícia: Como? Porquê? Mesmo sem fontes oficiais a repercussão dessa notícia foi imediata, isto porque o extinto jornal *Ocean Press* era muito ativo na rede social Facebook. Todas as notícias publicadas no site do jornal eram partilhadas na sua página daquela rede social, onde contava com mais de 72 mil seguidores. A partir de então, esta primeira notícia foi partilhada por centenas de pessoas e tinha várias versões, desde ataque terrorista ao ataque do narcotráfico.

O primeiro impacto aconteceu quando as pessoas afirmaram que houve tiroteios no centro do Plateau, outros em Palmarejo. Até a imprensa internacional queria saber afinal do que se tratava.

Depois de ser esclarecido o que de facto aconteceu em “Monte Txota”, muito se especulava sobre o que levou o Antany a cometer esse crime. A sede em saber o motivo por detrás fez com que todos os jornais e emissoras estivessem alerta.

**TABELA 8. Tipos de Fontes de informação utilizadas na da 1ª notícia**

<b>Fontes</b>	<b>Ocean Press</b>	<b>Asemana</b>	<b>Terra Nova</b>
<b>Oficiais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Não Oficiais</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Anónimas</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>			

As fontes constituem um princípio crucial de atribuição de credibilidade e análise da objetividade e rigor da informação, tornando-se, também, um elemento importante de avaliação do pluralismo.

### **Análise da Infografia**

Segundo Moraes (1998, p. 112), infografia “significa informação apresentada visualmente a partir da combinação de imagens com pequenos conjuntos de textos, que funcionam como uma ponte entre essas imagens, ao mesmo tempo em que as explicam”. Para o autor, o texto e a imagem devem ser complementares. O objetivo da infografia não é apenas tornar a informação jornalística mais atrativa, mas auxiliar o leitor a compreender algo que, comunicado de outra

maneira, poderia ser muito complexo. Neste texto, porém, a incerteza sobre do que se trata também é visível na falta de uma fotografia ou representação gráfica, que o leitor poderia ter como referência para associar uma imagem ao acontecimento.

### 6.2.2. Análise da notícia sobre Monte Txota, publicada no *Jornal Terra Nova*, no dia 26 de abril de 2016

A notícia dada em primeira-mão pelo *Ocean Press*, rapidamente se propagou pelas redes sociais, mas também foi reproduzida em alguns jornais online. É o caso do “Terra Nova” que fez a seguinte publicação, conforme mostra a figura (*print* do telemóvel) e o link. [Soldados desaparecem | Resultados da pesquisa | Terra Nova](https://terranoa.cv/pt_PT/Soldados%20desaparecem%20|%20Resultados%20da%20pesquisa%20|%20Terra%20Nova)

[https://terranoa.cv/pt\\_PT/](https://terranoa.cv/pt_PT/)

**Figura 11.**



A notícia do Terra Nova prossegue, informando que também contactaram a esquadra policial de São Domingos e que o único agente presente no momento lhes garantiu, que estavam à espera de informações e não podiam avançar mais nada.

Pelos seus contornos o TN vai acompanhar o caso e dar mais informações.

E termina com... **“Notícia em atualização”**.

### **Análise do título:**

O título também chama logo a atenção do leitor que cria expectativas, A única diferença em relação ao Jornal Ocean Press que deu primeiro a notícia é o número de mortos (invés de três, cinco). Também é título é referencial. E, quando formos ler a notícia completa, ficamos ainda mais baralhados sem saber o número exato e nem o que realmente aconteceu em Monte Txota.

Outro facto curioso, é que pouco tempo depois (minutos ou mesmo horas) o Jornal Terra Nova desmente a si próprio, com esta informação, intitulada: **“Monte Txota: afinal, são 11 as vítimas mortais”**.

Notícia na íntegra em baixo e também nesse link: [Monte Txota: afinal, são 11 as vítimas mortais | Terra Nova](#)

26/04/2016

**Figura 13.**

*“O mistério de Monte Txota continua a intrigar as autoridades cabo-verdianas e toda a população. Acaba-se de confirmar que afinal, as vítimas são 11 em vez dos 3 inicialmente avançados.*

*São 8 soldados e 3 civis, sendo 2 de nacionalidade espanhola. Segundo informações, ainda por confirmar, 2 soldados estão ainda desaparecidos. A zona de Monte Txota e todo o São Domingos vive-se um autêntico estado de guerra.*

*Sabe-se que foi encontrado na zona de Cidadela, cidade da Praia, uma viatura, supostamente alugada e que se presume foi roubada no local do crime. A viatura tinha dentro uma arma militar, oito armas AKM.*

*O nosso online continua a acompanhar o caso.”*

*TN – 26/04/2016*

### **Análise do género jornalístico**

No caso do Jornal “Terra Nova”, estamos perante uma notícia vinculada à novidade os principais valores de notícia enumerados por Escalonilla (2007): atualidade; importância; novidade; proximidade geográfica ou cultural e interesse potencial. O texto em si vai ao encontro da linguagem própria para a Internet, defendida por Concha Edo (2002), pois trata-se de uma notícia curta, apropriada para online e informação de última hora.

### 6.2.3. Análise da notícia sobre a suposta fuga de Antany publicada pelo Terra Nova no dia 1 de junho de 2016

Figura.14



Manuel António Silva Ribeiro, conhecido por “Antany Silva”, acusado de assassinar 11 pessoas, em Abril último, no destacamento militar de Monte Txota, São Domingos, desapareceu das instalações militares de Fontes Almeida em São Domingos, desde esta terça-feira, 31, de acordo com o jornal A Semana Online.

O mesmo jornal avança ainda que não se sabe como é que Antany conseguiu sair da prisão militar. O Terra Nova vai acompanhar de perto este caso.

Recorde-se que Anthany estava a aguardar julgamento em prisão preventiva em as instalações militares em Fontes Almeida. É tido como o autor da chacina de Monte Txota, que vitimou onze indivíduos, sendo nove militares e dois civis, o ex-militar, de 23 anos.

Anthany foi preso por agentes da Polícia Nacional e Judiciária na zona da Fazenda, próximo do Instituto Nacional de Estatística e do Instituto das Ciências Jurídicas e Sociais, que ficam nas proximidades da Caixa Económica de Cabo Verde.

O *Terra Nova online* está a averiguar a veracidade da notícia avançada pelo já citado jornal.



O jornal ASemana online fez uma notícia com o seguinte título: **“Antany foge da cadeia militar e está a monte”**. Mais uma vez, a pressão em antecipar os concorrentes esteve presente e desta vez induziu não só um jornal, mas também outros órgãos, ao erro de transmitir uma informação que depois seria desmentida. Depois disso, o jornal, simplesmente, retirou a notícia da página, mas a mesma já se tinha espalhado. Temos, como exemplo, o jornal Terra Nova:

No **título** podemos ver que o uso de “Caso Monte Txota” antes de “Antany foge da cadeia militar”, é uma forma de chamar a atenção do público para um novo desfecho do assunto até então mais comentado pela imprensa nacional. Se na primeira notícia o título trazia apenas a informação de soldados desaparecidos e civis mortos, nesta segunda notícia esse facto já é denominado de um caso, ou seja, houve um conjunto de acontecimentos relacionados com a morte dos soldados e civis em Monte Txota e todos foram muito discutidos na comunicação social. O título referenciado como “*Caso Monte Tchota*”, remete o leitor a pensar no Antany, o autor da chacina, e os demais envolvidos neste acontecimento. E as informações de que ele teria fugido da cadeia militar, deixa o leitor em alerta. De um modo geral, traz uma informação clara, escrita numa linguagem acessível.

A principal característica destacada na notícia é a **intencionalidade** do autor do texto – que é informar sobre a fuga do militar. Numa notícia acontecimentos recentes despertam a atenção do público, pelo que, segundo a **relevância da notícia** quando foi publicada, era um assunto que chamaria atenção dos leitores, sendo assim digno de ser noticiado.

## **Análise do Género jornalístico**

Trata-se do género **notícia**, curta.

O jornal Terra Nova escreve o texto usando o verbo no passado: “Antany estava a aguardar julgamento...”. Este facto revela que o jornal considera como sendo certeza a fuga de Antany.

## **Análise das Fontes**

Assim como na notícia da *Ocean Press*, o jornal Terra Nova não confrontou as fontes, toda a notícia baseia-se no texto publicado anteriormente pelo jornal A Semana online. O jornal deixa claro que está a averiguar a veracidade da notícia vinculada por outro órgão que também não citou nenhuma fonte na sua notícia. Esse online escolheu difundir a informação para depois averiguar a veracidade da mesma quando deveria ser o contrário, conforme defende Moretzsohn (2007). Deveria ser evidente: o jornalista é aquele profissional autorizado a estar

onde o público não pode estar, e por isso tem direito ao acesso a fontes através das quais pode apurar as informações necessárias à sociedade. Este é nada menos que o status conferido pelo velho conceito de “quarto poder”, que, apesar de problemático, (...) é o que garante ao jornalista o reconhecimento social de seu papel de mediador (Moretzsohn, 2007, p. 266).

Segundo Sheilla Ribeiro, na sua monografia de licenciatura, intitulada “*A Internet, o imediatismo e a Opinião Pública nos Jornais online cabo-verdianos*”, o facto de não apurar as informações antes de divulgá-las “é um grande erro, pois sabemos que a desinformação que se multiplica através das partilhas nas redes sociais é capaz de influenciar e conduzir pessoas a ações negativas ou prejudiciais”. Neste caso, a notícia causou uma onda de pânico, talvez mais ainda pelo facto da notícia ter sido divulgada no dia 1 de junho, Dia Internacional das Crianças. Muitos pais que estavam com seus filhos a passear pelas ruas vira-se obrigados a regressassem para casas com medo do criminoso. Perante a reprodução do jornal Terra Nova, voltamos ao primeiro capítulo onde falamos dos transtornos do imediatismo. Dentre outros transtornos citamos a fiabilidade das informações, ou seja, há a possibilidade da transmissão incorreta de informações, sem a confirmação ou contextualização e o perigo de serem copiadas por outros meios. E foi o que de facto aconteceu depois que o A Semana online divulgou a suposta fuga do Antany. O jornal Terra Nova, bem como os outros órgãos, nomeadamente o *Ocean Press*, que reproduziram tal notícia, tomaram a notícia publicada pelo A Semana online como sendo verdadeira e não se preocuparam em consultar antes uma outra fonte que pudesse confirmar o ocorrido. A falta de informações concretas e a utilização de um outro órgão de comunicação como fonte apenas ajuda na perda de confiança dos leitores e a crítica aos jornalistas por não irem ao terreno para procurar outras fontes e verificar a veracidade da notícia.

A busca por visualizações na Internet faz com que a quantidade de notícias se torne num valor-notícia, por isso o jornal se limita à informação que pode ser disponibilizada. Por isso, há vários sites de órgãos de comunicação social que falam sobre esse único assunto (suposta fuga de Antany). O objetivo do jornal é conseguir mais acessos ao seu site uma vez que aquele é o assunto do momento, ao invés de conseguir oferecer todas as informações possíveis para esclarecer o caso ao leitor. A relação entre informação e comunicação também é comprometida em uma realidade onde ser o primeiro passou a ser mais importante do que ser

verdadeiro. Primeiro se publica, depois, se não estiver correto, faz-se a correção... (Tuzzo, 2016, p. 69). Ou seja, ser o primeiro tornou-se mais importante do que a qualidade da informação.

#### **6.2.4. Análise da Notícia em primeira-mão sobre a suposta fuga - A Semana Online**

O Conselho Regulador da Alta Autoridade da Comunicação Social relativa à notícia sobre alegada fuga do Antony Silva, publicada pelo jornal A Semana Online a 1 de junho de 2016

No lead desta notícia podia-se ler que:

*“Manuel António Silva Ribeiro, conhecido por “Antany Silva”, acusado de assassinar 11 pessoas, em abril último, no destacamento militar de Monte Tchota, São Domingos, desapareceu das instalações militares de Fontes Almeida na Praia, desde esta terça-feira, 31, segundo fontes num exclusivo ao asemanaonline. Ainda não se sabe como é que Antony conseguiu sair da prisão militar. Este diário digital está a acompanhar o caso.”*

No corpo da mesma notícia, dizia que, citamos:

*“Recorde-se que Anthany estava a aguardar julgamento em prisão preventiva em as instalações militares em Fontes Almeida. É tido como o autor da chacina de Monte Txota, que vitimou onze indivíduos, sendo nove militares e dois civis, o ex-militar, de 23 anos.”*

E finaliza da seguinte forma:

*“Anthany foi preso por agentes da Polícia Nacional e Judiciária na zona da Fazenda, próximo do Instituto Nacional de Estatística e do Instituto das Ciências Jurídicas e Sociais, que ficam nas proximidades da Caixa Económica de Cabo Verde.”*

O certo é que a notícia, que veio a ser desmentida pelo Estado Maior das Forças Armadas, através de um comunicado oficial, e depois foi retirada da página do “A Semana Online”, segundo a Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, ARC, sem nenhuma explicação da parte da direção do jornal.

A ARC, tendo em conta o seu mandato constitucional de regular o setor em Cabo Verde, notificou o Jornal A Semana Online para “colaborar com esta entidade reguladora e enviar, no prazo de três dias úteis, todas as informações e os esclarecimentos sobre a publicação da referida notícia, bem como as explicações sobre o porquê da retirada da notícia, inicialmente publicada, da página oficial do A Semana Online, condicionando a sua eventual consulta ou revisão pelos interessados”.

Além de falar com a Presidente da ARC, Arminda Barros, tivemos acesso ao relatório desta entidade reguladora que mostra qual foi a resposta do Jornal A Semana relativamente ao caso, após a notificação. Citamos:

“O Jornal A Semana Online argumenta nos seguintes termos: “1) A peça foi da responsabilidade de um jornalista, que já tem vários anos de serviço no jornal A Semana. Fez fé numa fonte que, até à data, era tida como sendo idónea e séria. Antes da edição da peça, este voltou, por instrução da coordenação da edição, consultar a mesma fonte, que reconfirmou a notícia. Assim sendo, foi publicada a peça em se veio depois a confirmar ser alegadamente falsa. “2) Na perspectiva de evitar mais pânico com a notícia, a Direção do Jornal preferiu retirar a matéria da edição e assumir as suas responsabilidades. “3) Publicou a seguir com destaque merecido o desmentido do Chefe de Estado Maior das FA. “4) Emitiu depois um desmentido público em que o A Semana online assumiu que errou, que ia apurar as responsabilidades internas e pediu desculpas aos leitores por essa falha grave e principalmente às Forças Armadas, através do Chefe de Estado-maior, pelos danos que o caso tenha causado à sua imagem. Tanto o Director do jornal como o administrador da sociedade Nova Editora junto do jornal tiveram contactos telefónicos, escritos e presenciais com o CEMA, pedindo desculpas pelo sucedido. “5) O jornal falhou por não comprovar a verdade dos factos e ouvir as FA. “6) Por causa da sua credibilidade e as exigências da lei da imprensa e da comunicação social em geral, a Direção do A Semana reitera a sua firme determinação em fazer os seus profissionais

a cumprir com rigor os princípios éticos e deontológicos da profissão e a legislação em vigor, mantendo sempre uma relação de respeito e cooperação com a Autoridade Reguladora para a Comunicação Social e demais instituições da República. “7) Este pedido de esclarecimento só seguiu hoje, porque o prazo limite coincidiu com um dia não normal (Domingo) – estamos legalmente no tempo. Além disso, o jornal precisava de algum tempo para apurar os factos (teve encontro com o novo CEMFA no Domingo à noite) e o Director ainda reside no Mindelo.” 8. O jornal A Semana Online termina o seu esclarecimento no ponto oito da sua carta, dizendo: “Ciente de ter prestado os esclarecimentos devidos, esperamos igual tratamento aos demais órgãos da comunicação social – alguns têm também, por vezes, incumprido regras básicas do jornalismo”.

Fonte: [Del5.pdf \(arc.cv\)](#)

A ARC faz lembrar que os jornalistas têm direitos, mas também, têm deveres.

Nos termos da alínea a) do Artigo 6.º da Lei n.º 70/VII/2010, de 16 de Agosto (Lei da Comunicação Social), são deveres dos órgãos de comunicação social “comprovar a veracidade da informação a ser prestada, recorrendo, sempre que possível, às diversas fontes e garantindo a pluralidade das versões”.

O Estatuto do Jornalista, aprovado pela Lei n.º 72/VII/2010, de 16 de Agosto, diz-nos nas várias alíneas do seu Artigo 19.º (que tem por epígrafe “Deveres”) que o jornalista está sujeito, de entre outros, aos seguintes deveres: “respeitar o rigor e a objetividade da informação” (alínea a); respeitar os limites impostos pela lei ao exercício da liberdade de informação e de expressão, designadamente a honra e a consideração das pessoas” (alínea c); “comprovar a verdade dos factos e ouvir as partes interessadas” (alínea f); “promover a pronta retificação de informação que haja publicado e se revelarem falsas ou inexatas” (alínea i), bem como “agir em conformidade com os princípios e deveres deontológicos da profissão” (alínea m);

A notícia, segundo o online, tinha como base uma fonte, sobre a qual, no entanto, não foi avançada qualquer informação adicional. O certo é que não se fez qualquer referência a fontes oficiais, que neste caso seriam as Forças Armadas de Cabo Verde, nem sequer foi feita

referência a quaisquer tentativas de procurar a confirmação da notícia junto de fontes oficiais. Na sua Deliberação n.º 5/CR-ARC/2016, a entidade reguladora afirmou que “além de transformar um fato inverídico em notícia, tal foi tratado como fato consumado, ou seja, não se resguardando do caráter de incerteza de uma notícia que não tem como fonte uma entidade oficial”. A notícia que não apresentou nenhuma referência ou preocupação com o contraditório, para ARC, “constitui uma violação do normativo deontológico da profissão, pois importa admitir que a sensibilidade da notícia, pelo potencial alarmista, impunha um tratamento mais cuidadoso, em particular que o contraditório fosse tido em devida conta”. E pelo facto da notícia ter sido apagada do A Semana Online, a situação agravou-se, determinando a reposição imediata da notícia retirada pelo jornal no repertório dos arquivos das notícias veiculadas; Adverte eventualidade dessa notícia não ser repostas, fica o Jornal sujeito a pagar uma sanção compulsória, por desobediência, na quantia de dez mil escudos por cada dia de incumprimento, passados cinco dias úteis a contar da receção desta notificação.

### **Análise da Infografia**

Diferente da primeira notícia sobre esse caso, esta (notícia) já vem acompanhada de uma fotografia. A fotografia, por sua vez, confere apoio a própria matéria jornalística, informando acerca do suspeito do caso na notícia relatada e também mais atenção ao olhar do leitor. Porém, a falta de legenda quebra um dos elementos importantes, pois numa fotografia ela caracteriza a função de descrever os aspetos impressos na ilustração com uma frase curta, concisa e objetiva. Também podemos conferir que não se trata de uma fotografia jornalística, mas sim, do arquivo militar. Neste caso, a imagem não complementa o texto.

TABELA 9. Análise quantitativa da 1ª Notícia publicada no dia 26 de abril de 2016 -

**Soldados desaparecem do posto de Monte Txota. Três civis mortos**

Variáveis	Ocean Press	A Semana Online	Expresso das Ilhas Online	Terra Nova
Factos errados	9			4
Fake News	0	0	0	0
Reprodução de notícias	-	1		1

Entendemos por *fake news* ou notícias falsas, as informações deliberadamente falsas ou enganosas, criadas com o objetivo de enganar, manipular opiniões, causar desinformação<sup>10</sup> ou até lucrar. Já a **notícia errada** é engano involuntário, não intencional.

O **boato**, segundo o dicionário Aurélio, é uma notícia anónima que corre publicamente sem confirmação. Tem como sinónimos boatice, atoarda, balela, ruído, rumor, voz, zunzum, etc. Já **rumor** tem três significados: ruído de coisas que se deslocam; murmúrio de vozes, burburinho; informação, notícia, fama, boato.

Isso significa que, toda vez que utilizar a palavra boato, poderá substituí-la por rumor. Mas o contrário não ocorre, por ser apenas uma das definições da palavra. No entanto, atualmente, a utilização mais comum da palavra rumor é a que tem como sinónimo boato.

In Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/rumoresboatos/2302> [consultado em 25-01-2024]

<sup>10</sup> A desinformação é uma informação falsa que alguém ou um grupo espalha online sabendo que é falsa

Na primeira notícia, o *Ocean Press* tinha nove (9) informações erradas, num texto muito curto.

Não recorreu a nenhuma fonte oficial para comprovar a veracidade das informações que recebeu. O Terra Nova tem quatro (4) informações erradas porque reproduziu a notícia do *Ocean Press*, assim como muitos órgãos da comunicação social e redes sociais.

**TABELA 9. Notícia sobre a fuga de Antany da Cadeia Militar**

Variáveis	Ocean Press	A Semana Online	Expresso das Ilhas Online	Terra Nova
Factos errados	-	3	0	4
Fake News	-	0	0	0
Reprodução de rumores	-	-	0	1

O jornal A Semana publicou a notícia de que Antany fugiu da Cadeia e depois retirou do ar para não provocar mais pânico na população. O jornal falhou por não comprovar a verdade dos factos e ouvir as FA.

### **6.3. Análise das notícias do Massacre de “Monte Txota” – JN da TCV**

Análise tendo em conta os seguintes variáveis: o Género Jornalístico, Espaço, Fontes de Informação, Temática, os Valores-Notícia, a Duração e o Tipo de Discurso

## JORNAL DA NOITE DA TCV

TABELA. 10 - **Quantificação Mensal de Notícias sobre Massacre de “Monte Txota”**  
no Jornal da Noite da TCV de 26 de abril a 03 de novembro de 2016

MÊS	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
ABRIL	36	De 26 a 30 de abril
MAIO	6	Mês inteiro
JUNHO	5	Mês inteiro
JULHO	1	Relatório FA (mês inteiro)
AGOSTO	0	Eleições
SETEMBRO	0	Eleições
OUTUBRO	2	Julgamento do caso (Início a 27 de outubro)
NOVEMBRO	1	Leitura da sentença a 03 de novembro
	<b>51 - Total</b>	

Na última semana do mês de abril, ou seja, durante quatro dias foram emitidas 36 peças sobre o Massacre de Monte Txota na TCV, num total de 51 identificadas desde o início da tragédia (26 de abril) até 03 de novembro (leitura da sentença). Notamos que o número de notícias começa a diminuir com o passar dos dias. Depois da divulgação do Relatório das Forças Armadas (FA), o assunto só foi retomado com o início do julgamento e leitura da sentença.

De referir que no período global da campanha eleitoral, (de 4 de agosto a 2 de setembro), a TCV emitiu 526 peças noticiosas nos blocos informativos Jornal da Noite, mas não encontramos nenhuma notícia sobre o massacre de Monte Txota.

Figura 15.

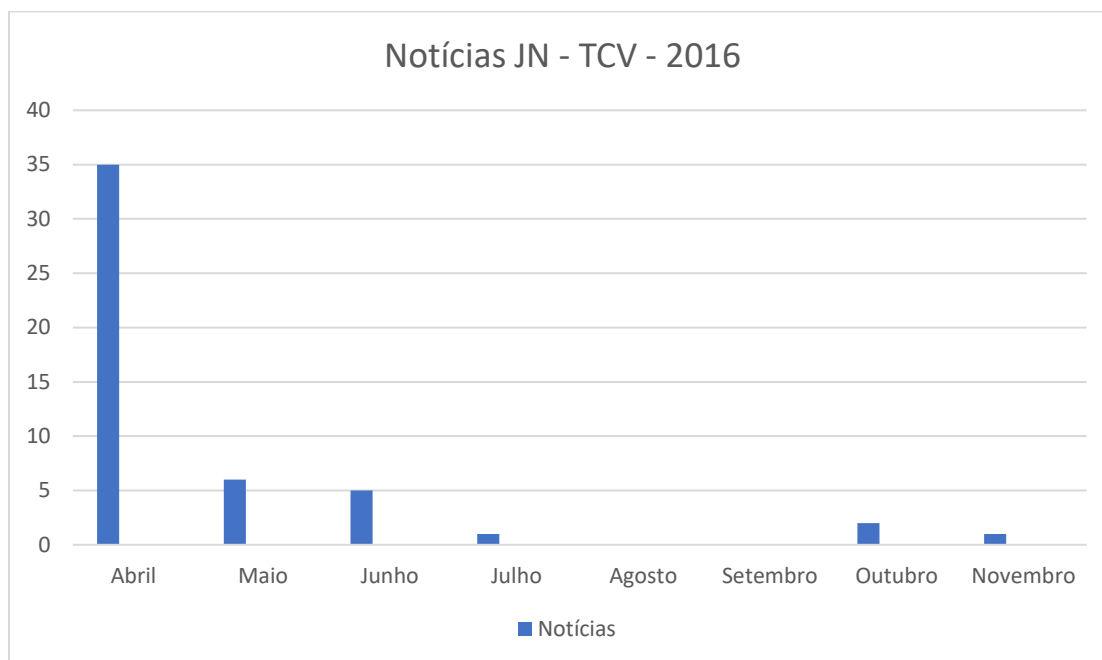


TABELA 11. Quantificação das notícias do Massacre “Monte Txota” segundo o alinhamento diário do JN 26 de abril a 03 de novembro de 2016

Editoria	Títulos ou Destaques	Espaço	Duração
Sociedade	JN – TCV - 26/04/16 – 3ª feira 1. Atentado no destacamento militar de “Monte Txota” mata três civis e oito militares - Duas vítimas são de nacionalidade espanhola	1ª Parte	03:05
	2. Governo descarta ligações deste caso ao Narcotráfico	1ª Parte	02:17
	3. Pulsar da Cidade da Praia a seguir ao atentado no destacamento militar de “Monte Txota” - Especulações sobre o atentado	1ª Parte	02:03
	4. VERBAL - ASA emitiu um comunicado a informar que, ao contrário daquilo que foi veiculado, os	1ª Parte	00:15

	Aeroportos estão a operar normalmente		
	5. INSERT - Embaixada dos Estados Unidos endereça condolências às entidades c.verdianas	1ª	00:30
	(...)		
	JN TCV– 27/04/ 16– 4ª feira	1ª	02:10
	1. Detido pela PN o suspeito do massacre de Monte Txota		
	2. Taxista refém do presumível autor do atentado de “Monte Txota” viveu momentos de pânico	1ª	09:58
	3. Cerimónias fúnebres	1ª	04:55
	4. Familiares de Danielton incrédulos	1ª	05:00
	5. Familiares revoltados pedem justiça e mais informação das autoridades	1ª	03:23
	6. Familiares das vítimas do Porto Novo em estado de choque com o massacre	1ª	02:11
	7. INSERT – Cerimónia fúnebre Santa Cruz	1ª	00:35
	8. Primeiro Ministro garante que o Governo está empenhado na melhoria significativa do sistema de segurança	1ª	01:35
	9. INSERT + EXTRATO - Embaixador dos EUA em CV reage com consternação e reitera a solidariedade do seu país para com Cabo Verde	1ª	01:09
	10. INSERT Presidente da República endereça condolências as autoridades espanholas	1ª	01:15
	11. INSERT PR, antigo PM e UCID endereçam condolências	1ª	01:09
	12. CM de S. Filipe suspende atividades no Presídio	1ª	02:02
	13. INSERT –Notícia do Monte Txota faz manchete na	1ª	00:35

	Imprensa Mundial		
	15. Monte Txota tem a sua história manchada com a Chacina inédita em Cabo Verde	1ª	01:34
	<b>SEPARADOR</b>		
	16. Governo - Avião Militar de EUA-CV	1ª parte	
	17. ISERT Assembleia Municipal da Praia	2º bloco	
	18. UCID/Bombeiros de CV		
	19. Reação PAICV obras em SV		
	20. Projeto ADEVIC para cegos		
	<b>2ª – PARTE - INTERNACIONAIS</b>		
	21. INSERT – greve paralisa Alemanha	2ª parte	1º bloco
	22. Crise na Venezuela		
	23. Primárias EUA		
	<b>SEPARADOR</b>		
	24. Sal Beach Soccer/seleção organização	2ª Parte	2º bloco
	25. Sal Beach Soccer/seleção portuguesa		
	26. Jordin Andrade nos Jogos Olímpicos		
	27. Exposição Fogo		
<b>Tempo Total – 01h04</b>			

Editoria	Títulos ou Destaques	Espaço	Duração
	<b>28/04/2016</b>	1ª Parte	01:30

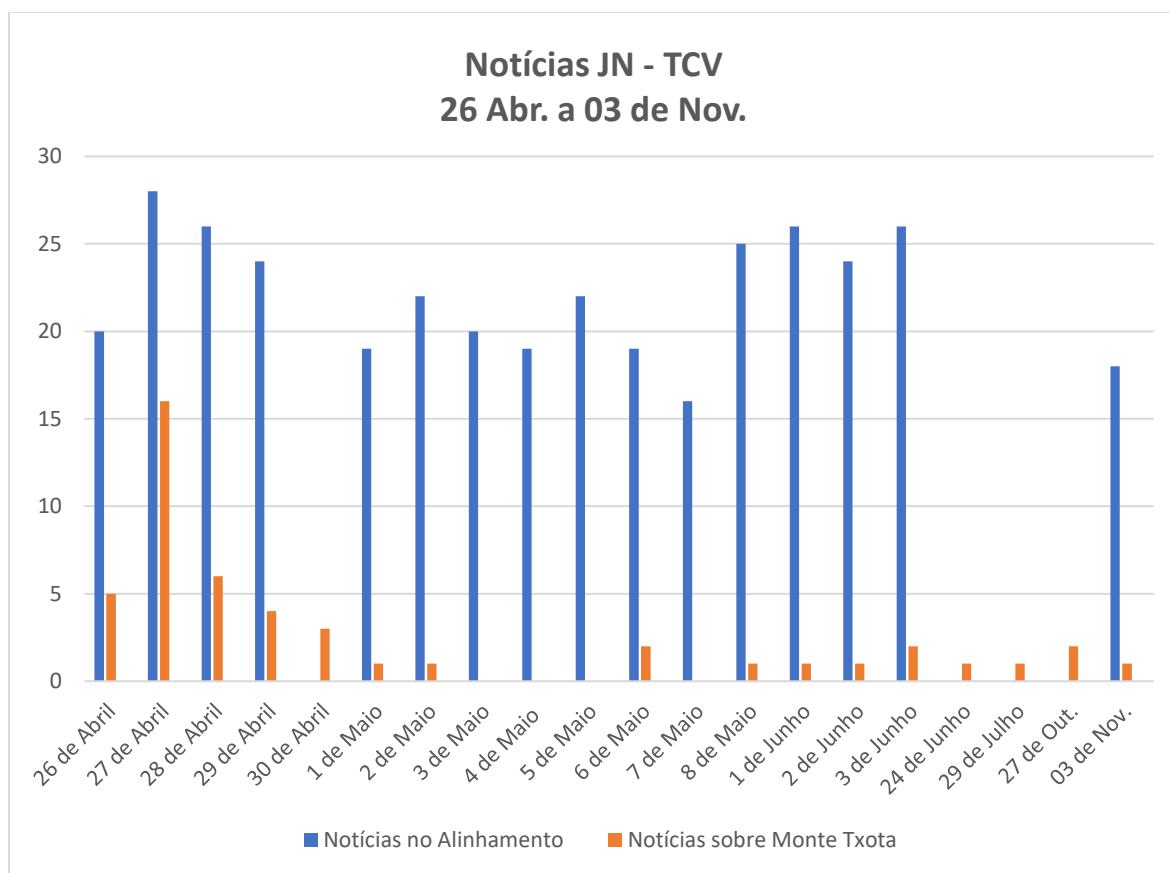
Sociedade	1. Perfil Antany Silva	(abertura)	
	2. Massacre Monte		
	3. Viaturas envolvidas em Massacre		
	4. Funeral das vítimas de Santa Cruz		
	5. Funeral Praia		
	6. Insert chegada do corpo a Santo Antão		
	29/04/2016		
	1. PR e PM assinam livro de condolências		
	2. Governo homenageia vítimas espanholas		
	3. Funeral vítimas de Santo Antão		
4. Comunicado do Governo			
(...)		51 min	
	30/04/2016		
	1. Extrato demissão CEMFA		
	2. Conferência de Imprensa FA		
	3. Verbal – Homenagem de Vítimas		
	01/05/2016		
	1. Insert – Funeral + Extrato		
	02/05/2016		4 min
	1. Conferência de Imprensa do CEMFA – Todo o Staff coloca cargo à disposição		
	06/05/2016	2º bloco - 1ª parte	
	1. Missa homenagem às vítimas		
	2. Juristas sobre o caso Monte Txota – T. Militar		

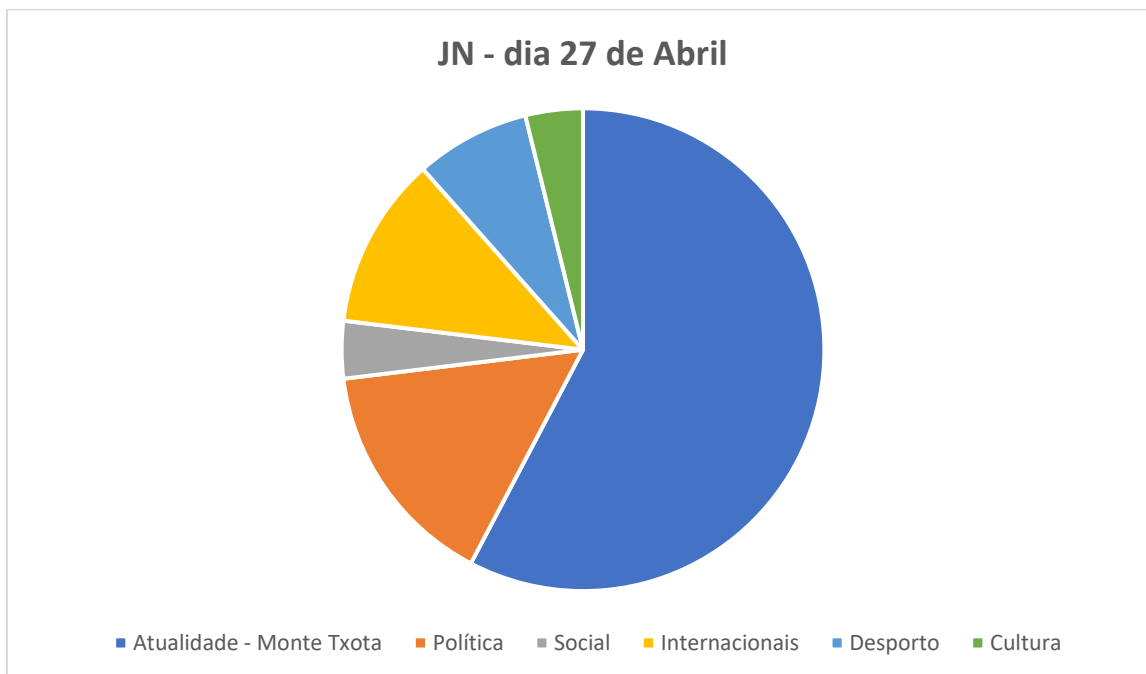
	Do programa Pontos nos Is	7ª peça	
	08/05/2016 1. Alegados maus-tratos - Criminalistas	1º bloco 2ª peça	

Editoria	Títulos ou Destaques	Espaço	Duração
Sociedade	01/06/2016 1. Insert - Forças Armadas desmentem notícia do A Semana online sobre fuga de Antany	1ª Parte (abertura)	01:30
	02/06/2016 1. Conferência de Imprensa - Forças Armadas exigem pedido de desculpa do A Semanonline sobre fuga de Antany 2. Promotor de Justiça junto do Tribunal Militar	1ª Parte	
			JN- 51min
	03/06/2016 1. Insert novo CEMFA	2º bloco	
	24/06/2016 1. Posse novo CEMFA/imposição insígnias		
	29/06/2016 1. Posse CEMFA	2º bloco	
	29/07/2016 1. Relatório das Forças Armadas - caso “Monte Txota”	1º bloco	
	27/10/2016 1. Insert – Julgamento de Antany Silva 2. Relembrar o caso Monte Txota	1º bloco	

	03/11/2016	1º bloco	
	1. Leitura da Sentença de Antany Silva		

**Figura 16.**





**Figura 17**

A peça de abertura está associada à relevância conferida à informação, sendo suposto que os critérios de seleção da informação não secundarizam ou ignoram acontecimentos significativos. O tema de abertura ou destaque mais presente a nível da abertura do bloco informativo é política nacional, ocupando cerca de metade do espaço no alinhamento. Entretanto, conforme se pode observar na **figura 17**. (JN - 27 de abril - segundo dia da descoberta do massacre), as notícias da atualidade/sociedade, ocupam todo o primeiro bloco do telejornal. Podemos dizer que aqui registamos um “pico” e as notícias vão diminuindo, consoante os dias vão passando, dando lugar as campanhas eleitorais.

A edição do Jornal da Noite do dia **26 de abril** contém 28 notícias, das quais cinco sobre o caso “Monte Txota”, ocupando o bloco inicial da 1ª parte do Jornal da Noite, mostrando a sua importância.

Comparando os dois dias, 26 e 27, podemos dizer que a prudência, o rigor e a responsabilidade em dar informações mais verdadeiras possíveis reinaram. Houve o sentido de responsabilidade e o cumprimento do código deontológico dos jornalistas. No Jornal da Tarde, a TCV deu apenas uma notícia breve (INSERT), porque as informações eram escassas e havia várias especulações nas redes sociais e muito pânico gerado na população. A Televisão Pública, aguentou toda a pressão a que estava sujeita e no Jornal da Noite conseguiu, com muito esforço,

apresentar cinco notícias, com dados fiáveis, fontes bem identificadas, inclusive a reação do Governo que descartou ligações do caso ao Narcotráfico. Ou seja, a TCV contribuiu para apaziguar e acalmar o medo que reinava no seio da população.

A título de exemplo, citamos a reação do senhor Nataniel Vicente Barbosa e Silva, num comentário nas redes sociais: *“Só acabei por confirmar toda a verdade já sem nenhuma margem para dúvidas através da RTC/TCV no jornal das 20 horas*. Como é possível um indivíduo chegar a este extremo? Seja quais forem as razões invocadas, nada justifica uma barbaridade desta natureza”.

Já no **dia 27**, já com mais informações apuradas, **15 notícias** fizeram parte do alinhamento do JN, ocupando todo o primeiro bloco. A peça sobre o taxista feito refém pelo autor do atentado de “Monte Txota”, além de ocupar o segundo lugar do alinhamento, teve uma duração fora do habitual. Foram nove (9) minutos e 58 segundos, de uma entrevista conduzida pela jornalista Deolinda Freire, dando a conhecer ao público momentos de pânico vivido e como conseguir escapar do militar em fuga.

No dia **1 de junho** o Jornal da Noite da TCV tinha 51 minutos. Mas, apenas uma peça de 1’30 é que foi dedicado ao caso Monte Txota. Tempo da leitura do comunicado das Forças Armadas desmentindo o Jornal A Semana online que tinha lançado pânico, embora sem intenção, com a notícia da suposta fuga do recluso.

A “morte” do seguimento das notícias já havia anunciada. Desde essa altura até o dia do julgamento do Antany Silva (03 de novembro) saíram apenas mais 6 notícias no JN da TCV. Sendo que duas relacionadas com a nomeação e o empossamento do novo CEMFA, uma no mês de julho (Divulgação do Relatório das Forças Armadas), duas em outubro sobre o julgamento do Antany e uma a 03 de novembro – a leitura da sentença.

No estudo tentamos perceber

Entretanto, as eleições tiraram um pouco o foco do caso. É basta ver a Tabela sobre a cobertura diária e o próprio relatório da ARC sobre a cobertura das eleições em 2016.

## CAPÍTULO VII

### Capítulo 7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Identificamos para análise 49 matérias publicadas de 26 de abril a 03 de novembro nos Jornais Online: Expresso das Ilhas, A Semana, Terra Nova e Ocean Press. Enquanto na Televisão de Cabo Verde (TCV) tivemos à nossa disposição 51 notícias que constaram do alinhamento do Jornal da Noite, no mesmo período de tempo.

Muitas entrevistas focaram no atirador (Antany) e na tragédia em si. São matérias que levam o leitor para dentro dos massacres, com relatos emocionados e muitos adjetivos, que ficcionalizam a narrativa. A maioria foi feita na primeira semana do massacre.

A internet fez com que, por um lado, o acesso a fonte tornasse mais rápido, mas, por outro lado, devido a pressão da concorrência, a verificação tornou-se mais difícil, como é exemplo o caso Monte Txota. O extinto jornal Ocean Press, através das suas fontes soube do ocorrido em Monte Txota, porém, para não ser ultrapassado pelos concorrentes publicou uma notícia colocando várias questões ao invés de esclarecer ou informar o público. O mesmo aconteceu com o jornal A Semana, que foi seguido pelo Terra Nova, quando reproduziu uma notícia falsa sem verificar a veracidade das informações disponibilizadas, tudo devido a ambição pelos cliques e visualizações no site. Mostraram irresponsabilidade de se noticiar algo sem a certeza dos factos. Apesar disso, Sara Almeida afirma que a imprensa teve um papel crucial em garantir que o público tivesse acesso a informação correta (ou o mais correta possível) e fiável sobre o caso. “Fez um filtro das informações, como é, aliás, o papel da imprensa.

Na urgência de informar em primeira mão no início da tragédia, circularam muitas informações erradas que depois foram retificadas, sobretudo nas primeiras horas do massacre de Monte Txota.

Segundo a jornalista Sara Almeida, no caso do Expresso das Ilhas, na sua versão online, houve

muito cuidado no que publicava, numa lógica de “não interessa sermos os primeiros a dar a notícia, não passaremos informação antes de a confirmar”. Reconhece que isso resultou em algum atraso na publicação das notícias, mas pelo menos não tiveram de fazer as retificações.

A TCV também Segundo o jornalista António (Tony) Teixeira, a TCV, enquanto televisão pública, *“seguiu os princípios de rigor jornalístico. Teve sempre a preocupação em verificar os factos antes de os divulgar, mesmo sobre a pressão da opinião pública que exigia mais informações”*.

O jornalista Hermínio Silves não tem dúvidas de que internet “exacerbou as causas do massacre e as especulações e boatos (hoje chamados fake news) propagaram com rapidez, influenciando, claro está, a opinião pública que na maioria das vezes não peneira a informação que recebe”. O problema que existe desde que proliferaram as redes sociais é a possibilidade de qualquer internauta poder contar estórias, revelar acontecimentos, o que tende a piorar. E sem as ferramentas teóricas de comunicação e sem o dever de respeitar as regras de deontológicas da profissão de jornalista, é fácil dizer-se o que se pensa, o que se especula ou, como antigamente, se dizia à boca pequena”, conclui.

O Frei Gilson Frede, Diretor do Jornal Terra Nova afirma que já era tempo da imprensa livre acostumar-se com isso e, por isso mesmo, esclarecer com dados concretos a mesma opinião pública que ainda acredita muito e mais na imprensa oficial do que nas “notícias” das redes sociais.

Com a profusão de informações veiculadas nas redes sociais, que se verificaram erradas, e que às vezes mais não eram do que teorias, a jornalista do Expresso das Ilhas, Sara Almeida, acredita que a opinião pública se voltou mais para a imprensa.

Da parte dos online, depois das primeiras retificações, também houve maior contenção e cuidado com o que se publicava. Porém, apesar desse cuidado, muitas informações erradas/teorias já tinham marcado a opinião pública.

**Figura 18.**



(Imagem capturada do ecrã da TCV – Jornal da Noite)

Como vimos na página 111, na exposição da ARC, o “asemanaonline” foi obrigado a pedir desculpas às Forças Armadas e reconhecer que errou ao publicar uma notícia sobre a alegada fuga do Antany Silva da cadeia.

Houve violação do ponto 1 do Código Deontológico do Jornalista que diz que “*o jornalista se submete ao compromisso escrupuloso de relatar com rigor e exatidão os factos, pautando a sua atuação pelo distanciamento em relação aos acontecimentos, e pela correta verificação e confrontação dos factos, através da consulta de diversas fontes de informação*”.

As fontes são um dos principais agentes no processo informativo. É delas que “depende grandemente a qualidade da informação” (Fidalgo, 2000, p.323).

Entretanto, apesar das falhas registadas, é que se reconhecer que a imprensa cabo-verdiana de

uma forma global fez uma boa cobertura do caso de Monte Txota.

A Semana criou uma rubrica intitulada “Investigação: Tudo sobre o caso Monte Tchota”

No dia 12 Maio 2016, matéria que foi “repiscada” do Jornal Impresso de 09 de Maio, traz todos os que envolvem a morte de oito militares e três civis no Destacamento Militar, em Monte Txota (Rui Vaz), e que chocaram Cabo Verde “pelos laivos de crueldade do presumível assassino, que terá baleado à queima-roupa as onze pessoas”. Segundo o jornal, por um lado, o crime reabre o debate sobre a segurança no país e, por outro, põe a nu não só o “descaso” das Forças Armadas quanto à inspeção rigorosa das pessoas que entram para as fileiras da tropa por vontade própria como também denuncia maus-tratos a que os militares são alegadamente submetidos.

Também o Expresso das ilhas, no dia 08 de Maio de 2016, já tinha a narrativa sobre o massacre de Monte Tchota que começava a ganhar forma. O título é interrogativo: “Monte Tchota: Uma história mal contada”?<sup>11</sup> <https://expressodasilhas.cv/pais/2016/05/08/monte-tchota-uma-historia-mal-contada/48579>

A grande reportagem assinada pela jornalista Sara Almeida já trazia informações avançadas pelas autoridades, a confissão do crime e vários testemunhos que somam detalhes ao puzzle. O Jornal tentou fazer reconstituição do crime, baseada nesses elementos, numa altura em que ainda havia muitas pontas soltas. Muitos cabo-verdianos estão com dúvidas, diziam que “a história estava mal contada.

A TCV também explorou vários ângulos da cobertura do massacre de Monte Txota, conversou com especialistas em várias matérias, nomeadamente, criminologistas, juristas, sociólogos autoridades oficiais, familiares, psicólogos, militares, entre outros para esclarecer a opinião pública sobre esta tragédia.

Teve o cuidado ao apresentar as imagens das vítimas desfocadas, como se pode observar nas imagens em baixo, ao contrário das redes sociais e alguns jornais online. Notamos também, sobretudo nas redes sociais, algumas entrevistas emocionadas com os familiares das vítimas,

---

<sup>11</sup> <https://expressodasilhas.cv/pais/2016/05/08/monte-tchota-uma-historia-mal-contada/48579>

afigurando-se como uma certa exploração da dor do outro para fins sensacionalistas.

Figura. 19



**Obs: Imagens capturadas do ecrã da TCV – Jornal da Noite**

Durante esta investigação perguntamos aos jornalistas se “consideram que houve profundidade no tratamento das notícias” para, também, tentarmos perceber o que teria faltado no tratamento dado ao caso, a maioria considera que não. mas não.

O jornalista Geremias Furtado, presidente da AJOC responde a pergunta com outra questão: Como é que uma pessoa sem carta de condução consegue trazer um carro de Monte Txota para a Cidade da Praia?

Já a jornalista Sara Almeida, disse que “houve alguma profundidade, sim, ou a profundidade possível”, mas entende que “se pode sempre ir mais a fundo”. “Porém, é também de referir, que o seguimento do caso – nomeadamente o julgamento – não teve a mesma profundidade. Essa questão do seguimento é, aliás, um *handicap* do jornalismo”, conclui.

O Jornalista da Rádio Morabeza, também, é de opinião de ter havido “alguma tentativa” de profundidade, mas, considera que a imprensa “poderia ter ido mais longe”. Para Nuno Ferreira, um dos problemas com que nos confrontamos no nosso jornalismo é um insuficiente “follow-up” e os desdobramentos da história. “Poderíamos ter ido mais longe, por exemplo, na tentativa

de compreensão da 'causa das coisas'. Uma explicação mais exaustiva de eventuais falhas de segurança e de protocolo, a compreensão sobre o acompanhamento psicológico garantido aos soldados no recrutamento e durante a incorporação. A questão do acesso às armas, etc”.

Jefferson Gomes, Chefe de Informação da TCV, também, considera que “ficou a faltar o acompanhamento do julgamento do autor do crime e investigações jornalísticas à volta dos reais motivos da sua perpetuação. “Senti que faltou uma explicação clara aos cabo-verdianos do porquê de Antany ter feito o que fez”, questiona.

Já o jornalista Daniel Almeida considera que de uma forma geral, sim! “O jornal A NAÇÃO, tanto on-line, como impresso, fez uma boa cobertura desse infortúnio”, garante. O massacre de Monte Txota foi um facto concreto, que teve um acompanhamento à altura e não havia espaço para investigação, porquanto o processo foi célere e tudo ficou esclarecido com a detenção do autor do crime”.

“Não há e não haverá tão cedo um verdadeiro jornalismo de investigação pelas razões já expostas. Os órgãos privados vivem na penúria e os órgãos públicos sofrem de vários condicionalismos”, afirma o Frei Gilson Frede, diretor do Jornal “Terra Nova”.

Aponta alguns problemas, nomeadamente “de sermos um país pequeno onde somos todos parentes e amigos e nos encontramos várias vezes em quase todos os eventos sociais e no dia-a-dia. Outrossim os jornalistas cabo-verdianos vivem muito a autocensura e ainda o deslumbramento. E exemplifica: “Se um Ministro, Presidente ou alguma entidade telefonar para um jornalista ou para uma redação dá-se logo o deslumbramento e facilmente a notícia perde a sua originalidade e a independência do próprio jornalista”.

Segundo Assis (2021), é responsabilidade do jornalista, ir a fundo na verdade e transmitir as informações de maneira clara e objetiva para que todos tomem conhecimento.

Entretanto, a grande preocupação de todos os jornalistas é o acesso às fontes. “As entidades oficiais não estão habituadas a dar informações sobre assuntos de interesse público e outras fontes se não for sob o anonimato não concedem as informações por causa de vários medos, entre os quais o de perder o seu emprego ou ser prejudicado de alguma forma”, afirma o diretor do Jornal Terra Nova.

## CONCLUSÃO

Chegado a este ponto, é momento de apresentarmos os resultados alcançados no decorrer da presente investigação académica.

No princípio, definimos a seguinte pergunta de partida: De que forma os media desempenharam o seu papel na cobertura do massacre de “Monte Txota”? Entendemos que a imprensa cabo-verdiana teve um papel muito importante ao cobrir o caso sem precedentes na história do país. Pode-se questionar a qualidade da cobertura, principalmente nos primeiros momentos, quando as informações ainda eram escassas, em que algumas foram divulgadas sem a devida confirmação, principalmente das redes sociais, provocando pânico na população, ao associarem a notícia com o narcotráfico e terrorismo. À exceção de um certo sensacionalismo inicial, por parte de alguns órgãos online, a imprensa teve um relevante papel no apaziguamento da sociedade diante um ato terrível que chocou Cabo Verde, com repercussão a nível internacional.

As redes sociais e alguns meios online permitiram uma disseminação rápida das informações, mas, também, contribuíram para as especulações e rumores, antes que os factos fossem devidamente apurados. *Ocean Press* divulgou notícias erradas, nas primeiras horas da cobertura e que foram retomadas por outros meios de comunicação social, caso do Jornal Online “Terra Nova”. Mais tarde, o *A Semana Online* também errou ao publicar informações sem verificar a veracidade dos factos. Aliás, o Código Internacional de Ética Jornalística proclama que o dever supremo do jornalista é servir a causa do direito a uma informação verídica e autêntica através de uma dedicação honesta à realidade objetiva e uma exposição responsável dos factos no seu devido contexto.

A cobertura mediática de acontecimentos trágicos ou atos criminosos deve ter sempre em consideração os valores éticos e as normas deontológicas.

Conseguimos apurar que não houve “fake news” (informações falsificadas com fins políticos, económicos ou outros), mas, sim, notícias erradas (resultado de uma inexatidão não intencional

da parte do jornalista). As falhas jornalísticas aconteceram por causa da pressa de dar a notícia em primeira mão, a escassez de informações e a demora das autoridades oficiais em se pronunciar sobre o caso. Verificamos, também, que o imediatismo da Internet, teve um grande impacto na opinião pública e induziu a tais falhas jornalísticas.

Entretanto, o estudo revela que os profissionais da comunicação social estiveram à altura no desempenho das suas funções, cobrindo um acontecimento inédito, pela violência envolvida, carga emocional, pelas implicações que tinha na imagem da instituição militar e pelo mediatismo que, naturalmente, acabou por gerar. É claro que houve os referidos “erros de julgamento”, devido também a “entusiasmos excessivos”, conforme frisou o jornalista Nuno Ferreira, mas, a cobertura, globalmente, “foi positiva e equilibrada, o que também, segundo este diretor da Rádio Morabeza, “denota a maturidade progressiva do jornalismo cabo-verdiano”.

Os jornalistas e responsáveis dos órgãos da comunicação social entrevistados, neste estudo, são unânimes em reconhecer a boa cobertura mediática que o Massacre Monte Txota teve.

A TCV, por exemplo, esperou o momento exato, com fontes credíveis, para dar informação correta sobre o caso. Borges (2011) afirma que a prioridade do jornalista é “informar com qualidade e responsabilidade”.

O presente estudo conclui, ainda, que em todos os órgãos, o género jornalístico mais priorizado foi a notícia. Os jornais online citaram muito menos fontes, enquanto a Televisão Pública Cabo-verdiana fez uma cobertura mais factual, focando em entrevistas com testemunhas, análises, etc. Mas, tanto os jornais online (Expresso das Ilhas, A Semana e A Nação) como a Televisão de Cabo Verde, em momentos pontuais, fizeram notícias mais alargadas sobre o caso, inclusive “um filme cronológico dos acontecimentos”. No caso da estação pública televisiva, o massacre de Monte Txota foi debatido no programa informativo “Pontos nos Is” e, depois, uma boa parte foi reproduzido no Jornal da Noite do dia seguinte. De realçar também, a grande importância que o Jornal “Terra Nova”, também, deu a esse caso, atualizando constantemente as informações no seu portal online. O assunto que estava na ordem do dia, fez manchetes dos jornais, abriu os telejornais e espaços informativos da rádio.

Muito se fez em termos de cobertura, mas... não tudo. O sentimento no seio da classe jornalista

é quase generalizado de que algo ficou a faltar, até porque para esclarecer algumas dúvidas que ainda pairam sobre a cabeça de muita gente.

Mesmo quando Antany veio a confessar o crime, algumas pessoas continuaram sem acreditar que um único soldado poderia matar 11 pessoas. Voltaram a falar que tinha algo “maior” por detrás de tudo e que as autoridades estariam a “camuflar” a situação. Isso mostra o peso ou o impacto da primeira notícia nas pessoas. Os primeiros relatos mantêm-se, ainda mais quando se trata de uma notícia “bombástica”. Daí a necessidade de se apurar devidamente os factos antes de se publicar e divulgar.

Apesar de muitos esforços feitos, é quase unânime entre os jornalistas que a imprensa “poderia ter ido mais longe” na abordagem de algumas questões sobre o caso de “Monte Txota”. Reconhecem que não houve profundidade, por exemplo, no tratamento do caso do julgamento.

“Nenhum órgão conseguiu ir além da versão oficial, apresentada pelas autoridades. Consegiu-se ouvir outras fontes, após o soldado ter saído de “Monte Txota”, mas sobre o que se passou naquele posto militar, só temos uma confissão que nunca ouvimos em primeira mão...”, recordou uma jornalista.

Entendem que podiam ter ido mais longe, na tentativa de compreensão da “causa das coisas”, ter uma explicação mais exaustiva de eventuais falhas de segurança e de protocolo, as fragilidades de comunicação, a compreensão sobre o acompanhamento psicológico garantido aos soldados no recrutamento e durante a incorporação, a questão do acesso às armas, etc”. Há quem diga também que “ficou a faltar as investigações jornalísticas à volta dos reais motivos do massacre para uma explicação clara aos cabo-verdianos do porquê de Antany ter feito o que fez, a questão da condução da viatura, etc.

O estudo conclui que a questão do seguimento das notícias é um *handicap* do jornalismo cabo-verdiano. Normalmente não há continuidade ou desdobramentos da história. E há vários motivos a volta disso: desinteresse, medo, falta de recursos financeiros e humanos, mas, sobretudo, por causa de dificuldades do acesso às fontes de informação.

Nesta era digital, o desafiante papel dos jornalistas revela-se muito importante na construção da realidade deste tema sensível, tendo em conta a sua influência sobre a sociedade. Entretanto,

as limitações acima apontadas e também a questão da autocensura, têm sido os grandes entraves ao jornalismo de investigação em Cabo Verde, como é o caso do Monte Txota.

Embora hoje as pessoas possam ser recetoras e produtoras de informações, o jornalismo continua a ser considerado uma referência de informação confiável e verdadeira para o público.

Para terminar, concluímos que o massacre de “Monte Txota”, que teve implicações éticas, políticas e sociais, apesar de ter acontecido no ano de todas as eleições em Cabo Verde (uma semana depois da eleição do novo Governo e durante as campanhas eleitorais para as autárquicas e presidenciais) não foi motivo de tentativa de algum aproveitamento político/partidário. Entretanto, as eleições tiraram um pouco o foco do caso “Monte Txota”.

## BIBLIOGRAFIA

Alves, J.S. (2005). O Poder da Comunicação – A história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet; Casa das Letras – Editorial Notícias.

Araújo. (2009). Da comunicação de massa à comunicação em rede (Colecção comunicação). Porto: Porto editora.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.

Barros Filho, C. d. (2001). Ética na Comunicação: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna.

Bastos, H. (2000). Jornalismo electrónico. Internet e reconfiguração de práticas nas redações. Coimbra: Minerva.

Bruns, A. (2005). *Gatewatching: collaborative online news production*. Nova York: Peter Lang.

Canavilhas, J. (20 de agosto de 2001). *Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web*. Obtido em 20 de abril de 2021, de BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>

Canavilhas, J. (24 de maio de 2006). *Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada*. Obtido em 20 de abril de 2021, de BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação.

Canavilhas, J. M. (9 de dezembro de 2004). *Os Jornalistas Portugueses e a Internet*. Obtido em 24 de abril de 2021, de BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalistas-portugueses-internet.pdf>

Cascais, F. (2001). *Dicionário de Jornalismo*. Lisboa: Editorial Verbo Lisboa/ S.Paulo.

Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Correia, F. (2006). *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Lisboa: Caminho.

Figueiras, R. (2017). *A Mediatização da Política na Era das Redes Sociais*, ALÉTHEIA EDITORES

Grandim, A. (18 de setembro de 2002). *Os géneros e a convergência: O jornalista multimédia no século XXI*. Obtido em 21 de abril de 2021, de <http://labcom-ifp.ubi.pt>: <http://labcom-ifp.ubi.pt/files/agoranet/02/gradim-anabela-generos-convergencia.pdf>

Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esferas públicas*. Petrópolis: Vozes.

Kapferer, J. N. (1993). *Boatos: a mais antiga mídia do mundo*. (I. d. Maya, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Kovach, B. R. (2004). *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial.

Lippmann, W. (2008). *Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Vozes.

Lopes, F. (2015). *Jornalista, Profissão ameaçada*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Machuco Rosa, A. (2006). *Cinco Lições sobre Comunicação, Redes e Tecnologias da Informação – da Cibernética ao Copyright*, Lisboa. Veja, 2006.

Mattoso, G. d. (12 de novembro de 2003). *Internet, Jornalismo e Weblogs: uma nova alternativa de informação*. Obtido em 18 de março de 2022, de BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mattoso-guilhermewebjornalismo.pdf>

MCQUAIL, D. (2003). Teoria da Comunicação de Massas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Medina, J. A. (setembro de 2007). Imprensa privada e estado numa sociedade orientalizada. Niteroi, Brasil.

Medina, J.A. (2020). Silêncios: estratégia política e comunicacional em Cabo Verde/Imprensa, Rio de Janeiro: UFRJ.

Mesquita, M. (2004). O Quarto Equívoco (2 ed ed.). Coimbra: Edições Minerva.

MESQUITA, M. (2004). O Quarto Equívoco. Coimbra: Minerva.

Mesquita, M. (2004). O Quarto Equívoco- O Poder dos Media nas Sociedades Contemporâneas (2 ed. ed.).

Edições Minerva: Coimbra. Miguel, P. R. (1 de junho de 2014). Novas formas de comunicação: história do Facebook -

Uma história necessariamente breve. Revista Alceu, 28(14), pp. 168-187. Obtido de <https://doi.org/1518-8728>

Moretzohn, S. (2007). Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan.

Moreira, S. d. (2016). Agenda Setting: teoria do jornalismo ou da opinião pública? Brasilia.

Moretzsohn, S. (2002). Jornalismo em “tempo real”. O fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan.

Nicholas, D. F. (2009). O poder dos boatos: Como os rumores se espalham, ditam comportamentos, podem ser administrados e por que acreditamos neles. São Paulo: Campus.

Nogueira, C. S. (2007). A Ética e a Deontologia no Jornalismo Cabo-verdiano. Em N. d. Lisboa (Ed.), A África na Conjuntura Internacional. Lisboa. Obtido em 24 de setembro de 2019, de [www.nosmedia.wordpress.com](http://www.nosmedia.wordpress.com)

Oliveira, J. N. (1998). A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975. Fundação Macau- Direção dos Serviços de Educação e Juventude

Oliveira, J. N. (2022). A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975. Ilhéu Editora. Mindelo (2022)

Recuero, R. (2009). Redes sociais na internet. Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina.

Ribeiro, Sheilla – A Internet, o Imediatismo e a Opinião Pública nos Jornais Online Cabo-verdianos – Análise de notícias e comentários sobre a Chacina de Monte Tchota, UniPiaget

2019.

Rodrigues, O. (2013). Problemas Associados à Credibilidade do Jornalista/Blogueiro. Mindelo: Universidade Lusófona Baltasar Lopes da Silva–Cabo Verde.

Rodrigo Alsina M, Cerqueira da Silva LJ. Ética e jornalismo: na era da Pós-verdade. Revista Observatório, v. 4, n. 3, p. 708–725, 2018. Disponível em: Acesso em: 12 jun. 2023.

Santos, C. (2017). O Megafone do Poder. Praia. Imprensa Nacional.

Sousa, J. P. (5 de maio de 2013). Jornalismo On-line. Obtido em 16 de abril de 2021, de ipv.pt: <http://www.ipv.pt/forumedia/5/13.htm>

Telles, A. (2010). A revolução das mídias sociais: cases, conceitos, dicas e ferramentas. São Paulo: M. Books.

Traquina. (2005). Teorias do Jornalismo. Por que as notícias são como são (Vol. I). Florianópolis: Insular.

Traquina, N. (2000). O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva.

Traquina, N. (2002). Jornalismo. Lisboa: Quimera.

Wolf, M. (2001). Teorias da Comunicação (6ª ed.). Lisboa: Presença

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação de massa. São Paulo: Martins Fontes, 2003

[Deliberacao 30 CR ARC Aprova Parecer 2 2019 relativo ao Codigo de Etica e Conduta da RTC.pdf](#)

MENEZES, Pedro. Ética. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/etica/>. Acesso em: 22 mar. 2023

Entenda o que são fake news (notícias falsas). Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/fake-news/>.

## **ANEXOS A– Entrevista aos jornalistas e responsáveis dos órgãos da CS**

ANEXO1. **Sara Almeida** – Jornalista Expresso das Ilhas

ANEXO.2 - **Frei Gilson Frede** – Diretor do Jornal Terra Nova

ANEXO 3 - **José Carlos Semedo** – Jornalista da TCV

ANEXO 4 - **Hermínio Silves** – Jornalista “Freelancer”, antigo Jornalista do A Semana e editor do Jornal online Santiago Magazine

ANEXO 5. **Daniel Almeida** – **Jornalista e Editor do Jornal A Nação**

ANEXO 6. **Deolinda Freire** – Jornalista da TCV

ANEXO 7. **Nuno Andrade Ferreira** – Diretor Executivo da Rádio Morabeza. Na altura do massacre de “Monte Txota” também trabalhou para o “Expresso das Ilhas”

ANEXO 8. **António Monteiro** – Antigo Diretor do Expresso das Ilhas e atualmente Diretor Adjunto

ANEXO 9. **Geremias Furtado** –Presidente da Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC) e Antigo Chefe de Redação da *Ocean Press* e atual Jornalista do “A Nação”

ANEXO 10. **Jefferson Gomes** – Atual Chefe de Informação da TCV

ANEXO 11. **António Teixeira** – Jornalista da Televisão de Cabo Verde. Na altura do Massacre de “Monte Txota” era Diretor da TCV

ANEXO 1.

**Sara Almeida – Jornalista Expresso das Ilhas**

### **1. Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

Sendo um caso de uma violência inédita e chocante, teve a atenção de todo o país. Ouviram-se e leram-se, nomeadamente nas redes sociais, muitas informações erradas e a própria imprensa, em determinado momento, deixou-se levar pela urgência de passar informação. Assim, se bem me lembro, houve notícias que depois foram retificadas.

Lembro-me que, com tanta informação que circulava, o Expresso das Ilhas, na sua versão online, teve muito cuidado no que publicava, numa lógica de “não interessa sermos os primeiros a dar a notícia, não passaremos informação antes de a confirmar”. Isso resultou

em algum atraso na publicação das notícias, mas pelo menos não tivemos de fazer essas retificações.

Falando da imprensa no geral, apesar de alguns erros que possam ter surgido, penso que teve um papel crucial em garantir que o público tivesse acesso a informação correta (ou o mais correta possível) e fiável sobre o caso. Fez um filtro das informações, como é, aliás, o papel da imprensa. Porém, considero que nenhum órgão (incluindo o Expresso das Ilhas) conseguiu ir além da versão oficial, apresentada pelas autoridades. Conseguiu-se ouvir outras fontes, após o soldado ter saído de Monte Txota, mas sobre o que se passou naquele posto militar só temos uma confissão que nunca ouvimos em primeira mão...

## **2. O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Sim, teve uma grande influência, sobretudo, num primeiro momento. Mas, com a profusão de informações veiculadas nas redes sociais, que se verificaram erradas, e que às vezes mais não eram do que teorias, acredito que a opinião pública se voltou mais para a imprensa.

Da parte dos online, depois das primeiras retificações, também houve maior contenção e cuidado com o que se publicava. Porém, apesar desse cuidado, muitas informações erradas/teorias já tinham marcado a opinião pública.

## **3. Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. O que poderá estar na origem dessas notícias erradas ou *fake news*?**

A história “oficial” sobre o massacre, no meu entender, tem pontas soltas. Eu não sei se, na realidade, há ou não alguma ligação ao narcotráfico. O que sei é que não houve nenhuma fonte que pudesse sustentar essa teoria, nem qualquer prova de que o massacre estivesse ligado ao tráfico. Assim, como jornalistas, temos de nos cingir aos factos conhecidos e confiar nas declarações oficiais do país. Não podemos alimentar teorias não comprovadas.

Em resposta direta à pergunta, penso que havia a incredulidade de que um soldado sozinho conseguisse perpetrar tal ato, contra tantos colegas, sem ser detido, pelo que os órgãos se aventuraram nas explicações que lhes pareceram mais óbvias. Isto, numa tentativa de dar as notícias em primeira-mão.

Recorde-se que Cabo Verde era, na altura, referenciado como país integrante da rota das drogas que vinham da América do Sul com destino à Europa. Nos meses que antecederam o massacre tinham, inclusive, sido apreendidos vários quilos de droga em operações distintas.

Para o surgimento dessas notícias erradas terá também contribuído a escassez de informações e a demora das autoridades oficiais em se pronunciar sobre o caso. As próprias autoridades parecem ter sido apanhadas de surpresa e ainda estavam a investigar o sucedido. Aliás, penso que a questão do narcotráfico foi algo que também as autoridades

ponderaram. Só várias horas depois de “descoberta” a chacina é que houve declarações oficiais, num comunicado do Ministro da Administração Interna, sobre o caso e se abriu a caça ao homem. (Porém, não se percebe muito bem porque nessa comunicação, ainda antes de Antany ter sido capturado e dado o seu depoimento já o Ministério de Administração Interna (MAI) alegava que o massacre, do qual não há testemunhas, tinha sido provocado por “motivações pessoais”...)

O quadro do que aconteceu só foi dado em conferência de imprensa das FA quase uma semana depois. De certo modo, tal é compreensivo, pois só aí, já com o testemunho do soldado e feita uma investigação mais aprofundada, logo, já poderia ser facultada uma informação mais completa.

#### **4. Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos?**

Houve a profundidade possível. As Forças Armadas, por natureza, são uma instituição extremamente fechada no que toca aos seus problemas internos. Neste caso, até explicaram, com algum detalhe, o que terá acontecido, mas seria interessante, por exemplo, ter acesso a uma transcrição da confissão do soldado, na íntegra. O ideal seria uma entrevista com o autor confesso, mas penso que legalmente tal não seria possível. Lembro que foram ouvidas várias pessoas com quem o alegado assassino se cruzou após ter chegado à Praia, foi feito também um pequeno perfil biográfico, falou-se com a família e taxista refém... Enfim, pode-se sempre ir mais a fundo, mas houve, alguma profundidade no tratamento, sim, embora não em todas as fases da cobertura. Ou seja, foi-se aprofundado à medida que mais informações se conseguiram recolher.

Houve também várias matérias sobre a violência e bullying nas FA; sobre as falhas de comunicação das FA; sobre a vulnerabilidade do Monte Txota que é um importante centro de comunicações do país... enfim, penso que houve uma profundidade razoável.

Porém, é também de referir, que o seguimento do caso – nomeadamente o julgamento – não teve a mesma profundidade. Essa questão do seguimento é, aliás, um handicap do jornalismo, no geral (não só em Cabo Verde)..

#### **5. Algo ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde?**

Certamente ficou a faltar algo, eventualmente porque os jornalistas chegaram a um ponto, a um beco, em que já não conseguiram mais informação.

Quando se fala de jornalismo investigativo há várias concepções, a meu ver, erradas. Primeira, é que se coloca todo o ónus no jornalista. Ora, a maior parte (para não dizer quase todas) as grandes peças de jornalismo de investigação partem de denúncias ou informações de uma fonte. O jornalista não tem uma bola de cristal nem faz ficção, precisa das fontes (sejam elas testemunhos, documentos, ou outro). Se não há fontes, não há jornalismo, não há peça. Outra ideia errada é de que só há jornalismo de investigação quando do trabalho jornalístico resultam grandes escândalos. Não é verdade. A investigação pode não dar em

nada, pode confirmar apenas o que já se sabia, pode resultar numa peça que não traga nenhum escândalo.

Então, a meu ver, pode-se falar, sim, da existência de jornalismo investigativo em Cabo Verde. Porém, é certo, este tem várias deficiências e limitações. Entre elas: a falta de tempo dos jornalistas, sobrecarregados com notícias de agenda e afins; a pequenez do meio, onde todos se conhecem e poucos se denunciam (mais uma vez as fontes); a dificuldade de acesso a algumas fontes (pessoas e documentos); falta de verbas para este tipo de jornalismo, etc.

Resumindo, há jornalismo de investigação, mas é limitado e enfrenta vários desafios.

#### **6. O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

Sem dúvida. Como disse, sem fontes não há notícias. Penso que ao longo dos anos, pelo menos em determinadas instâncias, houve uma melhoria, mas ainda é muito limitado. Aliás, penso que deveria haver legislação forte, para garantir esse acesso a fontes. Por exemplo, uma pessoa que ocupe um cargo público de chefia deve saber que com a sua função vem a obrigação de prestar contas, e, por essa via, de lidar com a imprensa. O mesmo se passa por exemplo no acesso a determinados documentos. Deveria haver uma entidade que fiscalizasse a garantia desse acesso.

#### **7. O massacre de “Monte Txota” aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

Penso que não. De alguma forma, as FA, tal como a Igreja, parece ser uma instituição com quem os políticos não gostam de “mexer”. Além disso, o caso terá sido visto como motivado por motivos pessoais, pelo que se tornaria mais difícil um aproveitamento político.

### ANEXO.2

**Frei Gilson Frede – Diretor do Jornal “Terra Nova”**

#### **1. Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

Dentro do possível. A imprensa privada não possui meios suficientes para empreender uma cobertura a longo prazo que o caso exigia e a imprensa pública é super condicionada também pelos recursos, mas muito mais por interesses políticos e outros. De forma que tudo ficou pela narrativa, digamos, oficial que se passou. Noutras latitudes, onde a imprensa constitui verdadeiramente um verdadeiro quarto poder ainda hoje este tema estarei na ordem do dia até ficasse tudo esclarecido.

**2. O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Influencia sempre. Mas já era tempo da imprensa livre acostumar-se com isso e, por isso mesmo, esclarecer com dados concretos a mesma opinião pública que ainda acredita muito e mais na imprensa oficial do que nas “notícias” das redes sociais.

**3. Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. O que poderá estar na origem dessas notícias erradas ou *fake news*?**

Porque o narcotráfico tem tido muito espaço na nossa sociedade e há a impressão de que ela goza do beneplácito de quem a devia combater e que em Cabo Verde existem muitos interesses obscuros. Por isso muitos acreditam, acreditaram nestas versões.

**4. Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos?**

Os obstáculos neste caso são os mesmos de outros casos: dificuldades em obter de fontes oficiais informações credíveis e na hora que a dinâmica das notícias exigem. Assim na ânsia do “furo” jornalísticos muitos caíram em notícias falsas ou incompletas.

**5. O que ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Porquê não houve continuidade? Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde?**

Não há e não haverá tão cedo um verdadeiro jornalismo de investigação pelas razões já expostas. Os órgãos privados vivem na penúria e os órgãos públicos sofrem de vários condicionalismos. Outrossim, temos o problema de sermos um país pequeno onde somos todos parentes e amigos e nos encontramos várias vezes em quase todos os eventos sociais e no dia-a-dia. Outrossim os jornalistas cabo-verdianos vivem muito a autocensura e ainda o deslumbramento. Se um Ministro, Presidente ou alguma entidade telefonar para um jornalista ou para uma redação dá-se logo o deslumbramento e facilmente a notícia perde a sua originalidade e a independência do próprio jornalista.

**6. O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

Sim. Uma grande preocupação. As entidades oficiais não estão habituadas a dar informações sobre assuntos de interesse público e outras fontes se não for sob o anonimato não concedem as informações por causa de vários medos, entre os quais o de perder o seu emprego ou ser prejudicado de alguma forma.

**7. O massacre de “Monte Txota” aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

Penso que não. O massacre aconteceu no momento da transição de governo, mas acho que não houve a sua má utilização política. Pelo contrário, penso que por causa das eleições o assunto não mereceu a atenção que merecia.

## ANEXO 3

**José Carlos Semedo** – Jornalista da TCV

1. **Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?** Foi o papel possível, dentro das limitações normais da imprensa cabo-verdiana, como falta de meios e condições operacionais.
2. **O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?** Sempre influencia, portanto, resposta afirmativa
3. **Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. O que poderá estar na origem dessas notícias erradas ou “fake news”?**  
Possíveis interesses obscuros ou manobras para desviar a atenção dos possíveis co-responsáveis ou responsáveis morais do ocorrido, ou por negligência.
4. **Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos?** Não houve. Obstáculos conhecidos na imprensa cabo-verdiana.
5. **Algo ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde?** Faltou profundidade, por isso a resposta a segunda pergunta é negativa.
6. **O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**  
Sim, bastante mesmo
7. **O massacre de Monte Txota aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**  
Possivelmente sim,

## ANEXO.4

**Hermínio Silves** – Jornalista “Freelancer”, antigo Jornalista do A Semana e editor do Jornal online Santiago Magazine

**1. Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

A cobertura mediática ao caso Antany ou caso “Monte Txota”, como se quiser, foi muito intensa, na verdade teve a dimensão que o caso em si requeria, de tão hediondo e inédito em Cabo Verde. A imprensa, salvo um início um pouco especulativo devido ao total desconhecimento do que teria de facto sucedido, acabou por fazer uma cobertura séria do ocorrido, relatando a estória verdadeira, e trazendo à ribalta a questão do tratamento que é dado aos soldados pelos seus superiores, através de entrevistas com especialistas, análise psicológica do assassino e reportagens esclarecedoras. Grosso modo, a imprensa lidou com a matéria bem.

**2. O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Esse é um problema que existe desde que proliferaram as redes sociais e a possibilidade de qualquer internauta poder contar estórias, revelar acontecimentos, o que tende a piorar. E sem as ferramentas teóricas de comunicação e sem o dever de respeitar as regras de deontológicas da profissão de jornalista, é fácil dizer-se o que se pensa, o que se especula ou, como antigamente, se dizia à boca pequena. Portanto, não há dúvida de que internet exacerbou as causas do massacre e as especulações e boatos (hoje chamados *fake news*) propagaram com rapidez, influenciando, claro está, a opinião pública que na maioria das vezes não peneira a informação que recebe.

**4. Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. O que poderá estar na origem dessas notícias erradas ou *fake news*?**

Como referi antes, foram as redes sociais. Acredito que isso se deveu ao facto de assim que se tomou conhecimento do assassinato e tiro de oito soldados e três civis (dois estrangeiros) num departamento fulcral de segurança militar e tecnológica como “Monte Txota” e o aparato policial montado imediatamente a seguir, com tropas no Palácio do Governo, zonas interditas, levou muitas pessoas a relacionar o caso com um possível atentado terrorista, tipo de luta que estava na ordem do dia em todo o mundo

e Cabo Verde, nesta aldeia global, em que sempre tomou posições pró-ocidente podia ser visado. Esta equação resultou numa especulação que de repente se deu como notícia verdadeiramente, felizmente, entretanto, esclarecida em tempo oportuno se tratar de um ato isolado de um soldado descontente e frustrado com a corporação castrense.

**5. Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos?**

Sim, depois de esclarecido o que ocorreu, a imprensa tentou de várias formas ajudar a sociedade perceber a mente do atirador, as consequências possíveis e legais e como evitar futuros surtos do tipo dentro da tropa. A imprensa – como atrás mencionei, à exceção de um certo sensacionalismo inicial – teve um importante papel no apaziguamento da sociedade que estava a entrar em pânico ante um ato horrendo e de desconhecida causa à priori.

**6. Algo ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde?**

Não creio que ficou algo por esmiuçar, porquanto, na medida do possível foi possível entender o caso, tanto que hoje toda gente lembra do episódio de “Monte Txota” como um ato isolado, específico, que não põe em causa a segurança dos cidadãos no dia a dia.

**7. O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

Continua sendo. Em Cabo Verde as instituições não respeitam o direito do jornalista em ter acesso a informações. Logo, a própria sociedade também se sente coibida de prestar depoimento, inclusive em *off*, ou seja, em total sigilo. Entretanto, temos de convir que a pequenez do país, onde todo o mundo se conhece, é sempre mais difícil encontrar fontes sem medo para partilhar informações. Existe sempre o receio de ser descoberto como fonte e ser penalizado, ainda que só por desconfiança. O jornalismo de investigação aqui em Cabo Verde não tem a profundidade exigida por causa disso. Outro motivo é a excessiva politização de tudo, com pessoas na posse de dados relevantes a engavetarem ou deixarem as coisas ruírem só para não prejudicar seu, seu governo, seus pares. Mesmo particulares

evitam estabelecer contacto com o jornalista que anda a investigar um determinado caso para não serem colados à notícia ou reportagem publicada. O que espelha muito bem a ausência da sociedade civil no país, não há massa crítica, apenas hostes partidárias beligerantes. Quando não acontece nada disso, é a intimidação e os processos em tribunal. É muito difícil fazer verdadeiro jornalismo de investigação em Cabo Verde.

**8. O massacre de “Monte Txota” aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

Penso que não e nem deveria acontecer. Esse trágico acontecimento não beneficiaria ninguém, pelo contrário, ficaria manchado e queimado politicamente se tentasse essa astúcia macabra.

ANEXO 5.

**Daniel Almeida – Jornalista e Editor do Jornal A Nação**

**1. Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

Foi bom! Dentro das limitações próprias de quem não domina as lides castrenses, considero que a imprensa cabo-verdiana deu uma cobertura à altura dos acontecimentos e com a máxima objetividade possível.

**2. O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Terá tido alguma influência. Contudo, com a verificação dos factos feita pelos principais meios de comunicação e com a pronta colaboração das autoridades (governo e Estado Maior das Forças Armadas), foi possível fornecer informações credíveis à população.

**3. Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. O que poderá estar na origem dessas notícias erradas ou fake news?**

É a primeira vez que ouço a falar disso. Pela forma como as coisas aconteceram não seria possível associar aquele massacre ao crime organizado.

**4. Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos?**

De uma forma geral, sim! O jornal A NAÇÃO, tanto on-line, como impresso, fez uma boa cobertura desse infortúnio. Os arquivos comprovam isso.

**5. Algo ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde?**

Aqui estamos a misturar as coisas. O massacre de Monte Tchota foi um facto concreto, que teve um acompanhamento à altura e não havia espaço para investigação, porquanto o processo foi célere e tudo ficou esclarecido com a detenção do autor do crime. Existe jornalismo de investigação em Cabo Verde, que é feito apenas por alguns órgãos de comunicação privados. Os meios de comunicação social do Estado estão atrelados à agenda oficial dos políticos e das instituições públicas. E, em consequência disso, os jornalistas que trabalham nesses órgãos públicos pouco produzem.

**6. O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

Nem tanto. Quem procura encontra! Mas isto não é para quem faz jornalismo sentado ou fica à espera de uma nota de imprensa.

**7. O massacre de Monte Txota aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

Acompanhei de perto essa situação e nunca me apercebi de ter havido algum aproveitamento político/partidário. Aliás o caso aconteceu no dia 25 de Abril de 2016, a escassos dias da tomada de posse da tomada de posse do Governo de Ulisses Correia e

Silva e, por isso, não seria de bom tom, até pelo drama que esse massacre provocou, falar em tentativas de aproveitamento político.

## ANEXO 6.

**Deolinda Freire** – Jornalista da TCV

### **1. Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

Foi um caso que pode ser considerado como um ataque terrorista com várias nuances ou um misto de factores que estiveram na base do massacre no seio das Forças Armadas Cabo-verdianas nomeadamente os problemas ou desafios do dia-a-dia e o ambiente vivido na instituição castrense. Acredito que num primeiro momento do ocorrido a imprensa tenta perceber e levar informação sobre as possíveis causas do atentado e acompanha o caso até o seu desfecho final isto apesar das dificuldades em termos de acesso às fontes. Um reparo sobre todo este processo o seu acompanhamento pela imprensa para o melhor esclarecimento sobre as verdadeiras razões que poderiam ter impulsionado o seu autor. De qualquer forma pode-se considerar que a imprensa cabo-verdiana conseguiu informar bem sobre o caso de Monte Txota

### **2. O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Influência sempre é algo que a imprensa não consegue travar. No entanto acredito que a informação jornalística acaba sempre por reduzir os ruídos trazendo os factos em torno o incidente.

### **3. Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. A jornalista Deolinda Freire fez a primeira notícia sobre o caso na TCV. Como se procedeu, numa altura em que já circulava alguma desinformação?**

Pode ser!

Várias hipóteses são levantadas num primeiro momento o que a meu ver é normal mas aí é que prevalece o papel da imprensa no esclarecimento do público e contributo jornalístico na formulação de uma opinião mais próxima da verdade. Trazer a veracidade dos factos.

**4. Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos ou as dificuldades encontradas?**

Acho que se tratou bem na medida da possibilidade de acesso às fontes que é um grande entrave em Cabo Verde. Temos uma cultura muito fraca em termos de colaboração das fontes.

**5. O que ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Qual tem sido a preocupação/ atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?**

Peca-se sempre pela falta de continuidade de casos como este. Deixa-se morrer e os problemas que estão na base mantêm-se. Após estes casos vários outros episódios negativos como suicídios foram registados no seio das Forças Armadas Cabo-verdianas.

**6. Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde? O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

Sim

**8. O massacre de Monte Txota aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

Não.

ANEXO 7.

**Nuno Andrade Ferreira** – Diretor Executivo da Rádio Morabeza. Na altura do massacre de “Monte Txota” também trabalhou para o “Expresso das Ilhas”

**1 – Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

Globalmente positivo. O tema era uma novidade, pela violência envolvida, pelas implicações que tinha na imagem da instituição militar e pelo mediatismo que, naturalmente, acabou por gerar. Mas, apesar disso, estou convicto de que a cobertura foi positiva e equilibrada, o que também denota a maturidade progressiva do jornalismo cabo-verdiano, nomeadamente em termos éticos. Claro que existiram alguns erros de julgamento e, aqui e ali, entusiasmos excessivos. Mas é um processo.

## **2 - O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Creio que sim, mas o caso acabou por ser bastante linear desde o início e os casos de desinformação em torno do sucedido não resistiram à curadoria de factos.

## **3 - Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. Como se procedeu, ou o órgão onde trabalha, numa altura em que já circulava alguma desinformação?**

A resposta para isso está na ética e deontologia associadas ao jornalismo. Mais uma vez, e sem prejuízo de um ou outro erro cometido pelas redações, acho que o jornalismo se saiu razoavelmente bem. No caso concreto da minha redação (em particular a rádio, na qual tenho responsabilidades editoriais diretas), fizemos aquilo que sempre fazemos: confirmar e aguardar. Preferimos perder o comboio dos primeiros a perder o comboio da credibilidade.

## **4- Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos ou as dificuldades encontradas?**

Creio ter havido alguma tentativa, mas poderíamos ter ido mais longe. A história principal foi bem coberta, mas dela resultaram várias outras histórias potenciais que mereciam melhor cobertura. É um dos problemas com que nos confrontamos no nosso jornalismo: um insuficiente “follow-up”. A nível de obstáculos, creio que aqueles que existiram foram os esperados, mais ainda ao lidarmos com as Forças Armadas.

## **5 - O que ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Qual tem sido a preocupação/atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?**

Como disse acima, o follow-up e os desdobramentos da história. Os questionamentos que resultaram da história principal e que poderiam ter sido seguidos. Poderíamos ter ido mais longe, por exemplo, na tentativa de compreensão da 'causa das coisas'. Uma explicação mais exaustiva de eventuais falhas de segurança e de protocolo, a compreensão sobre o acompanhamento psicológico garantido aos soldados no recrutamento e durante a incorporação. A questão do acesso às armas, etc.

**6 - Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde? O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

Há algumas incursões no jornalismo investigativo (e algumas bem feitas), mas há um caminho a percorrer. Porém, só lá chegaremos, à sistematização deste género de jornalismo, quando (e se) tivermos outro tipo de condições nas redações, nomeadamente financeiras. Por outro lado, a inexistência de uma cultura de fontes também dificulta o desenvolvimento de um género jornalístico que dela depende.

**7 - O massacre de Monte Txota aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

Já não me recordo, mas não me lembro de ter havido algum aproveitamento político significativo (porém, como digo, já não tenho memória).

ANEXO 8.

**António Monteiro** – Antigo Diretor do Expresso das Ilhas e atualmente Diretor Adjunto

**1. Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

Acho que a imprensa cabo-verdiana se não esteve a altura dos acontecimentos de “Monte Txota” na cobertura do hediondo massacre que custou a vida a oito militares e três civis, não

ficou muito a dever às entidades...pois entre o massacre ocorrido na noite de domingo para segunda-feira, que deixou tudo e todos estupefactos, escassas foram as informações prestadas pelas autoridades competentes. Isso só veio a registar-se na terça-feira de manhã, quando uma equipa da CVTelecom chegou ao local e deparou-se com o destacamento militar abandonado, sem militares à vista. As Forças Armadas foram avisadas e enviaram uma força para o local, tendo avisado às Forças Armadas que enviaram uma força para “Monte Txota”. Na sequência do aviso da CVTelecom, foi convocada uma reunião pelo Ministro da Defesa na qual foi constituído um Gabinete de Crise encarregado de ir “seguindo o desenvolvimento da situação e a coordenação das operações”. Neste lapso de tempo e por escassas informações oficiais, pois ainda ninguém sabia quem tinha sido o autor dos assassinatos, começaram então a surgir nas redes várias versões dos acontecimentos, indo das redes de narcotráfico a atos de terrorismo.

## **2. O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Acho que sim. Como as primeiras versões oficiais tinham muitas pontas soltas, pois o inquérito ainda decorria, a opinião pública questionava se o massacre de “Monte Txota” não era uma história mal contada. Dai que, como referido, para alimentar a curiosidade das pessoas começaram a circular nas redes sociais várias versões dos acontecimentos, incluindo teorias de conspiração.

## **3. Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. Como procedeu o Jornal Excesso das Ilhas e porquê? O que poderá estar na origem dessas notícias erradas ou *fake news*?**

De acordo com a sua atual linha editorial, o Excesso das Ilhas é um jornal orientado “por critérios de rigor e seriedade, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política ou económica”. Isso não é letra morta, mas está patente em todas as peças deste semanário. O jornal recusa o sensacionalismo e recorre-se às fontes abertas para a elaboração dos seus conteúdos. Assim, foi só a 4 de Maio que o Excesso das Ilhas publicou uma reportagem sobre os acontecimentos de “Monte Txota”, intitulada “Monte Txota: Uma história mal contada?” quando o suspeito confessou o crime, as autoridades tinham avançado com mais informações e a narrativa sobre o massacre de “Monte Txota” começa a ganhar formas. Portanto, as nossas reconstruções dos factos

basearam-se nesses elementos, com a interrogativa “Uma história mal contada”, pois as informações disponibilizadas imediatamente a seguir aos acontecimentos deixavam ainda algumas pontas soltas, o que, aliás, está na origem dessas notícias erradas ou *fake news* que circularam nas redes sociais.

#### **4. Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos ou as dificuldades encontradas?**

Bom, profundidade no tratamento de notícias depende de órgão para órgão, até porque não temos jornalistas especializados em questões militares. Acontece ainda que em casos com a envergadura do massacre de “Monte Txota”, a primeira coisa que acontece às autoridades responsáveis e apelar aos jornalistas para maior serenidade e contenção para não se pôe em causa os interesses superiores da nação. Infelizmente é neste cenário que surgem as *fake news*.

#### **5. O que ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Qual tem sido a preocupação/atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?**

O massacre colocou as Forças Armadas no centro das atenções e lançou o debate sobre as suas fragilidades, nomeadamente a nível das comunicações, e critérios de recrutamento. Não sei se o debate foi feito ou teve continuidade. Acho que o jornalismo sensacionalista tem efeito de fogo-de-artifício. Faz manchetes com determinada matéria, é volta e meia requeitada e depois cai no olvido. Embora esteja a falar em causa própria os nossos leitores seguem com interesse os temas que lançamos para debate e o subsequente tratamento que damos a esses assuntos, nomeadamente nas áreas da justiça, da economia e da saúde.

#### **6. Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde? O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

Acho que não se pode falar de um jornalismo investigativo em Cabo Verde. No nosso caso, a imprensa privada, os desafios são maiores, pois há falta de recursos financeiros e humanos. Aqui o problema nem é apenas o acesso às fontes de informação, mas

processos judiciais contra os jornalistas, que inibem o jornalismo de investigação, cujo caso mais recente foi o processo contra um jornalista do A Nação e do Santiago Magazine.

**7. O massacre de Monte Txota aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

Que me lembre, não. Decorreram sob outros signos.

ANEXO 9.

**Geremias Furtado** – Presidente da Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), Jornalista A Nação e antigo Chefe de Redação da “*Ocean Press*”

**1. A Ocean Press deu a notícia em primeira-mão e o Senhor Geremias Furtado, na altura, era responsável pela redação da Praia. Como isso aconteceu?**

Estava ainda em casa quando recebo uma ligação de um estagiário a dizer que ouviu que terroristas já tomaram conta de Cabo Verde e que foram mortos militares em Calabaceira, na cidade da Praia. Não levei a sério as informações. Momentos (uma hora e meia) depois uma outra fonte me ligou dizendo que foram encontradas armas de militares dentro de um carro em Palmarejo Grande... Daí fiquei em alerta. Ficamos a saber que o caso aconteceu em Monte Txota. Nisto liguei para um jornalista conhecido de São Domingos, Hermínio Silves, pedindo que fosse apurar essas informações. E, em menos de duas horas, chegou a notícia que todos já sabem.

**2. Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

Um papel muito importante, uma vez que trouxe o assunto para o conhecimento público. Questionou, trouxe mais novidades do início até ao fim, com a condenação de Antany.

**3. O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Naquela época havia menos influencia das redes sociais. Mas sim, a informação circulada na rede influenciou muito a opinião pública. Pode-se falar nas várias versões que foram espalhadas e que tiveram reflexo no entendimento que as pessoas tiveram deste assunto.

4. **Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. Como procedeu o seu Jornal, num momento de muita desinformação e notícias erradas?**

Avançamos com informações fornecidas por fontes. Estas iam no mesmo sentido.

5. **Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos ou as dificuldades encontradas?**

Não. Ficaram muitas coisas por saber.

6. **O que ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Qual tem sido a preocupação/atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?**

Como é que uma pessoa sem carta de condução consegue trazer um carro de Monte Txota para a Cidade da Praia?

7. **Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde? O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

Podemos sim. Há jornalismo de investigação à nossa medida. O acesso às fontes de informação tem sido cada vez mais difícil.

8. **O massacre de Monte Txota aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

Não tenho conhecimento.

ANEXO 10.

**1. Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

O assunto impactou toda a sociedade cabo-verdiana. Num primeiro instante ninguém percebia o que se passava e as autoridades foram parcas em algumas explicações iniciais. A imprensa tentou, o mais que pôde dar alguma explicação, ao que se passou no Monte Txota, buscando, primeiramente, pistas das autoridades que, diga-se de passagem, fecharam-se, o que, por outro lado, deu azo a que especulações várias se proliferassem. De resto, a imprensa foi fazendo o seu trabalho de forma correta, dentro dos limites e da sensibilidade que a matéria exigia.

**2. O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Quando as autoridades demoram a prestar declarações à imprensa, naturalmente que as redes sociais se tornam ninhos para a proliferação de teorias de conspiração, de indagações várias, levando a quem estiver menos atento a acreditar no que lhe estiver acessível.

**3. Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. O que poderá estar na origem dessas notícias erradas ou de *fake news* e como procedeu a TCV?**

Não posso responder neste caso, porque na altura não me encontrava na TCV e nem na Praia.

**4. Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos ou as dificuldades encontradas?** Não posso falar das dificuldades ou obstáculos encontrados, já que na altura não estava na Praia, mas senti, enquanto telespectador, radiouvinte ou leitor que faltou mais profundidade. Refiro-me a uma história que contasse quem estava lá, por que motivo estava lá, o que terá acontecido, o que terá motivado a que tivesse acontecido, do “Monte Txota” para a Praia o que se pretendia, como foi detido, a história de Antany, de onde veio, quem foram as vítimas, como ficaram os familiares, se o autor pagou indemnizações à família, em que condições está preso, no caso de ligações ao terrorismo ou narcotráfico (o mais plausível) com quem terá tido contato, quais eram os seus objetivos, enfim.

### **5. O que ficou a faltar no tratamento dado ao caso?**

Ficou a faltar o acompanhamento do julgamento do autor do crime e investigações jornalísticas à volta dos reais motivos da sua perpetuação. Senti que faltou uma explicação clara aos cabo-verdianos do porquê de Antany ter feito o que fez.

### **6. Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde? O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

O jornalismo investigativo existe em Cabo Verde. Algumas condicionantes a que tenhamos mais trabalho investigativo que tenha impacto social, se é isso o que se quer tentar perceber com a pergunta, prendem-se com a imediatez do dia-a-dia, sobretudo nas redações da TCV e da RCV, ao contrário dos semanários, por exemplo, que têm, por assim dizer, mais tempo para apresentarem artigos mais completos de uma semana para a outra. Dificuldades com o acesso a documentações são reais e, por aquilo que tenho tido experiência, documentos sobre assuntos que possam ter impacto político, económico ou social muitas vezes chegam a nós quando uma parte tem algum tipo de interesse a que chegue ao alcance das massas, caso contrário, ficam fechados a sete chaves.

### **7. O massacre de Monte Txota aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

As legislativas que podiam ter mais peso, sobretudo na questão da segurança no país, já se tinham passado. Creio que o que aconteceu no Monte Txota não teve grande impacto nas eleições subsequentes. Senti que o massacre teve um impacto negativo no espírito coletivo dos cabo-verdianos e os candidatos, depreendo eu, tiveram cautelas ou parcimónia em usá-lo como tema de campanha.

ANEXO 11.

**António Teixeira** – Jornalista da Televisão

de Cabo Verde. Na altura do Massacre de “Monte Txota” era Diretor da TCV

### **1 – Como avalia o papel desempenhado pela imprensa cabo-verdiana na cobertura do caso de “Monte Txota”?**

A imprensa cabo-verdiana teve um papel importante ao cobrir o caso, uma vez que foi um acontecimento único e imprevisível no país. Pode-se questionar a qualidade da cobertura, principalmente nos primeiros momentos, quando as informações ainda eram escassas e algumas foram divulgadas sem a devida confirmação, principalmente das redes sociais.

### **2- O imediatismo da Internet influenciou a opinião pública?**

Sim, o imediatismo da Internet teve um grande impacto na opinião pública. As redes sociais e os portais de notícias online permitiram uma disseminação rápida das informações, mas também contribuíram para a especulações e rumores, antes que os factos fossem devidamente apurados.

### **3- Nas primeiras horas da cobertura associaram o caso do massacre de “Monte Txota” ao narcotráfico e terrorismo. Como se procedeu, ou o órgão onde trabalha, numa altura em que já circulava alguma desinformação?**

Essas associações erradas podem ter surgido devido à falta de informações claras nos primeiros momentos após o massacre. A ausência de dados oficiais concretos e a gravidade do caso podem ter levado a especulações infundadas. A TCV, enquanto televisão pública, teve, em minha opinião, seguido os princípios de rigor jornalístico. Teve sempre a preocupação em verificar os factos antes de os divulgar, mesmo sobre a pressão da opinião pública que exigia mais informações.

### **4- Considera que houve profundidade no tratamento das notícias? Quais os obstáculos ou as dificuldades encontradas?**

Não posso afirmar que o tratamento tenha sido suficientemente profundo. A cobertura inicial focou-se muito no choque do acontecimento e nas consequências imediatas, sem um aprofundamento adequado sobre as causas e o perfil do autor do crime. As dificuldades podem ter incluído o acesso limitado a informações oficiais e a pressão para informar rapidamente.

**5 – O que ficou a faltar no tratamento dado ao caso? Qual tem sido a preocupação/atenção do seu órgão no que tange a continuidade dos assuntos que normalmente noticiam?**

Quanto a mim, faltou uma investigação mais aprofundada sobre o estado mental do soldado, os possíveis problemas nas Forças Armadas e o ambiente no destacamento militar de "Monte Txota". Também faltou uma análise mais detalhada sobre as falhas de segurança que permitiram que o crime ocorresse.

**6- Podemos falar da existência do jornalismo investigativo em Cabo Verde? O acesso às fontes de informação é uma preocupação?**

O jornalismo investigativo em Cabo Verde ainda está numa fase embrionária. A falta de acesso fácil a fontes de informação e a resistência de algumas instituições em fornecer dados detalhados constituem obstáculos para os jornalistas que desejam realizar investigações mais profundas.

**7 - O massacre de Monte Txota aconteceu no ano de todas as eleições em Cabo Verde. Houve tentativa de explorar isso durante as campanhas eleitorais (autárquicas e presidenciais)?**

Não há indícios claros de que o massacre tenha sido explorado diretamente nas campanhas eleitorais, mas como era um ano eleitoral, houve especulações sobre o impacto do caso na imagem do governo e forças armadas, o que pode ter sido utilizado de forma indireta para influenciar a opinião pública.

## **ANEXO B. Comentário de um internauta no jornal A Semana**

**Obs:** Cópia na íntegra, sem correção de português

09 Maio 2016 19:32

Muitas dúvidas e perguntas sem respostas!!!As autoridades deviam esclarecer alguns pontos que nos poderá elucidar sobre este caso, senão vejamos:1. O soldado-assassino, sabe ou não

sabe conduzir (independentemente de ter ou não carta de condução)? Façam-lhe um teste, é fácil e simples! Pertinência: se NAO SABE, como conseguiu, sem ter acidente, TRAZER O CARRO DE MONTE TXOTA A S. DOMINGOS? SE SABE, porque não conseguiu evitar o EMBATE NO HIACE que estava PARADO, EM S. DOMINGOS? 2. Tendo como projeto de vingança, matar alguns altos dirigentes da FA, porque não se dirigiu diretamente à Sede da mesma, usando o efeito surpresa, para efetivar o mesmo? 3. Tendo este projeto/intenção, porque contou e confessou aos familiares o massacre, o que, como veio a acontecer, o denunciariam à polícia? Não seria esta atitude uma estratégia para desviar a atenção de "supostos cúmplices ou mandantes? 3. Tendo este projeto de vingança, porque não escondeu as outras armas? Será porque o projeto resumia-se ao massacre que ele já tinha perpetrado? Se sim, qual o objetivo desta matança? Que mensagem subentendida e, de quem para quem? 4. Sobre o TAXISTA: a atitude dele parecia de alguém "AMEDRONTADO e ALIVIADO" por ter vivido momentos de grande aflição em que a própria vida estava em perigo, e saído ileso, ou era de alguém "PREOCUPADO EM NÃO SE AUTO-DENUNCIAR" como sendo um dos elementos do projeto/esquema? 5. Se não, como se explica que o taxista tenha tido tanta calma e capacidade para "TRABALHAR PSICOLÓGICAMENTE" o soldado-assassino até levar à sua prisão? 6. Como explicar que, alguém que tendo assassinado 8 companheiros de forma traiçoeira, esperado calmamente para assassinar mais 3 civis (com quem não tinha problemas nenhum), DEIXA SAIR ASSIM O TAXISTA, para que o mesmo tenha tempo de chamar a polícia e ele ser preso? 7. Como alguém já perguntou, onde morava mesmo o amigo do taxista? Palmarejo ou Fazenda? Revejam a entrevista dele: 'n' nganal e 'n lebal Palmarejo ku disculpa ma n sta bai atxa nha amigo pa dan chave di quarto. Kantu ni txiga, 'n dixi di carro, nha amigo abrin porta e 'n entra 'n fitxa porta. 'N ' pidi nha amigo pa leban terraço, e na terraço n txoma policia; és dura ki ben mas mesmo assin és consigui pegal (NA FAZENDA DJUNTU CAIXA ECONOMICA); Pergunta: como é que o espaço passou de PALMAREJO para FAZENDA? Acho que temos meios de encontrar estas respostas. Não precisamos de nenhum laboratório forense para tirar estas dúvidas e confirmar ou negar a história do soldado! Levemos a sério coisas sérias, que podem trazer consequências gravíssimas quando não tratadas com a devida seriedade, pertinência, profissionalismo e senso de responsabilidade! Há que responder aos "PORQUES" mudos de desespero das famílias que perderam seus entes queridos! Isto é para mim uma dívida da Nação para com estas famílias. Que Deus lhes dê força para seguir em

frente, lhes dê animo para continuar a viver. A esses jovens que perderam a vida de forma tão brutal, que encontrem um lugar ao lado de Deus pai e um descanso eterno.

**Asno**